



Ines Maria Azevedo do Nascimento

O impacto das mídias digitais na comunicação digital dos movimentos sociais brasileiros: uma análise do repertório de ação comunicativa do movimento Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) durante a campanha presidencial de 2022 no Brasil.

Tese de Doutorado

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Comunicação Social.

Orientador: Prof. Arthur Cezar de Araújo Ituassu Filho

Rio de Janeiro
Abril de 2023



Ines Maria Azevedo do Nascimento

O impacto das mídias digitais na comunicação digital dos movimentos sociais brasileiros: uma análise do repertório de ação comunicativa do movimento Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) durante a campanha presidencial de 2022 no Brasil.

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Prof. Arthur Cezar de Araujo Ituassu Filho

Orientador

Departamento de Comunicação Social – PUC-Rio

Prof. Luiz Francisco Ferreira Leo

Departamento de Comunicação Social – PUC-Rio

Prof^a. Angela Maria de Randolpho Paiva

Departamento de Comunicação Social – PUC-Rio

Prof^a. Maria Alice de Faria Nogueira

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Prof. Antonio Jose Bacelar da Silva

University of Arizona – U of A

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2023

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização da autora, do orientador e da universidade.

Ines Azevedo

Graduou-se em Comunicação Social com habilitação em Publicidade pela Universidade Gama Filho (UGF-2002), em Artes Cênicas pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO-2005) e em Comunicação Social, habilitação Jornalismo, pela Universidade Estácio de Sá (UNESA – 2010). Mestre em comunicação social, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ-2013). É Jornalista, publicitária e trabalha como professora Universitária na área de Comunicação Social.

Ficha Catalográfica

Azevedo, Ines

O impacto das mídias digitais na comunicação digital dos movimentos sociais brasileiros: uma análise do repertório de ação comunicativa do movimento Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) durante a campanha presidencial de 2022 no Brasil. / Ines Azevedo; orientador: Arthur Cezar de Araújo Ituassu Filho. – 2023.

110 f.: il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Comunicação Social, 2023.

Inclui bibliografia

1. Comunicação Social – Teses. 2. Comunicação política. 3. Movimentos sociais. 4. Mídias digitais. 5. Repertório. I. Ituassu Filho, Arthur Cezar de Araújo. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Comunicação Social. III. Título.

CDD: 302.23

Agradecimentos

Escrever essa tese de doutorado é uma conquista. Uma conquista não só minha, mas também de uma comunidade de pessoas que foram fundamentais na finalização e em todo o processo. Preencher folhas em branco com conteúdo pertinentes num processo frenético de trabalho, atravessada por uma pandemia e a chegada de uma filha foi uma tarefa desafiadora. O cansaço, o desânimo e a falta de perspectiva prevaleceram em diversos momentos. Por outro lado, entrei no doutorado com uma perspectiva de aprendizado, em busca de um arcabouço teórico que me faltava desde a graduação. E muito felizmente esse desejo se concretizou. Em cada disciplina que passei, por cada aula, debates e professores adquiri conhecimentos que ampliaram meu universo. Agradeço em especial as aulas dos professores Arthur Ituassu, minha inspiração em todo o processo, na professora Angela Paiva, que me apresentou não só as teorias dos movimentos sociais, mas me despertou o interesse pela sociologia o que levo a realizar uma nova graduação nesta área. Agradeço ainda a professora Adriana Braga por ensinamentos fundamentais no campo da comunicação.

Agradeço ao meu orientador, professor e amigo Arthur Ituassu, pela paciência, confiança, apoio, incentivo e por não desistir de mim. Você é com certeza minha grande referência em todo este processo, e espero algum dia poder retribuir o tanto que recebi. Devo a você este momento. Muito obrigada! Obrigada por todo o conhecimento que você gentilmente se propõe a compartilhar. Obrigada não só pelos ensinamentos na área, mas também por ensinar e se relacionar de forma empática e humana tão escassa atualmente.

Aproveito para agradecer aos amigos do Comp, Grupo de Pesquisa em Comunicação, Internet e Política da PUC-Rio pela ajuda e incentivo constante e amizade. Foram diversos encontros produtivos de compartilhamento de conhecimento, alegrias, medos e esperança. Fico imensamente feliz em ter participado deste exercício solidário e não solitário nos estudos. Agradeço especialmente à Caroline Pecoraro, Vivian Mannheimer, Leticia Capone, obrigada por serem minhas amigas e rede de solidariedade nesses anos. Do Comp, agradeço também a parceria dos colegas Leonardo Firmino, Luiz Leo, Luodan, por serem grandes parceiros de trocas, discussões e debates intermináveis e superprodutivos.

Agradeço em especial meus amigos de vida e de profissão Rodrigo Perestrelo e Ana Lattanzi por serem ouvintes e incentivadores nesse processo. Amo vocês! Agradeço ao amigo Carlos Henrique pela disposição em ajudar.

Agradeço em especial aos docentes que compõem essa banca. Foram todos especiais para mim seja pelas aulas e aprendizado como na inspiração profissional que você me proporcionou Maria Alice Nogueira

Agradeço à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, e a equipe administrativa do Departamento de Comunicação Social, por proporcionarem as melhores condições para a realização do meu doutorado. Não poderia deixar de agradecer a Marise, por ter acreditado em mim e me dado suporte todo esse tempo. Desde o primeiro dia que pisei na PUC para tentar o doutorado você foi minha grande amiga e incentivadora. Não esqueço das nossas conversas e de você me dizer que tinha certeza de que eu conseguiria. Consegui até aqui. Sigo adiante. Obrigada.

Agradeço imensamente ao movimento Articulação das Mulheres Brasileiras (AMB), bem como seus agrupamentos espalhados pelo Brasil pela rica fonte de inspiração e de informação disponibilizada. Agradeço em especial à Elisa, coordenadora nacional da AMB que me concedeu atenciosamente a entrevista.

Agradeço em especial a meu marido Leandir Tonasse que me apoiou e me compreendeu em toda essa jornada. Agradeço à minha filha Liz Maria, por ser fonte de energia, inspiração e motivação para eu continuar sempre. Agradeço minha mãe Jaci Azevedo, minha fonte de inspiração, fonte de recursos, amiga, protetora e maior incentivadora. Se hoje sou estudiosa e me dedico ao ensino é porque você me inspirou com seu talento. Obrigada. Agradeço a minha segundamãe minha tia Vera por todo incentivo, amor e paciência. Obrigada.

Agradeço também às minhas amadas irmãs. Braços direito e esquerdo da minha vida. São vocês que me escutam, me compreendem e me colocam num mundo real e de esperança. Somos uma equipe e essa conquista é nossa. Agradeço a minha amada afilhada e sobrinha Malu. Fonte de energia e amor para que eu siga adiante.

Por fim, agradeço ao meu pai querido Vivekanda (in memorian), por ser fonte de inspiração, amor e felicidade nos poucos anos que tivemos juntos. E agradeço (in memorian), em especial a pessoa que me faz falta todos os dias e que foi inspiração perfeita como mulher, amiga, “vizinha” e avó. Obrigada por tudo Vó Né. Te amo ao infinito.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Resumo

Azevedo, Ines; Ituassu Filho, Arthur Cezar de Araujo. **O impacto das mídias digitais na comunicação digital dos movimentos sociais brasileiros: uma análise do repertório de ação comunicativa do movimento Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) durante a campanha presidencial de 2022 no Brasil.** Rio de Janeiro, 2023. 110p. Tese de Doutorado – Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Este é um projeto de pesquisa no campo da comunicação e política que coloca em questão as consequências da comunicação digital na atuação dos movimentos sociais no Brasil, a fim de averiguar de que maneira a comunicação digital transforma os projetos de reivindicação dos movimentos sociais na esfera pública democrática. O intuito é compreender especificamente de que forma as mídias digitais contribuíram para a transformação do repertório comunicacional dos movimentos sociais por meio de um estudo de caso que busca compreender, numa unidade teste, como pensar a organização, a operacionalização e a distribuição da comunicação dos movimentos. O presente trabalho seleciona o estudo de caso como proposta inicial de futuras pesquisas envolvendo a comunicação digital e os movimentos sociais no Brasil.

Palavras-chave

Movimentos sociais; democracia; comunicação digital.

Abstract

Azevedo, Ines; Ituassu Filho, Arthur Cezar de Araujo. **The impact of digital media on the communication of Brazilian social movements: an analysis of the collective action repertoire of the Articulação das Mulheres Brasileiras (AMB) movement during the 2022 presidential campaign in Brazil.** Rio de Janeiro, 2023. 110p. Tese de Doutorado – Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This is a research project in the field of communication and politics that calls into question the consequences of digital communication in the performance of social movements in Brazil, in order to find out how digital communication transforms the projects of social movements in the public sphere. democratic. The aim is to specifically understand how digital media contributed to the transformation of the communicational repertoire of social movements through a case study that seeks to understand, in a test unit, how to think about the organization, operationalization and distribution of movement communication. The present work selects the case study as an initial proposal for future research involving digital communication and social movements in Brazil. It is intended to contribute to the debate on digital communication and its correlation with studies of social actions.

Keywords

Social movements; democracy and digital communication.

Sumário

Introdução	11
1. Complexidade na delimitação de matrizes teóricas sobre os movimentos sociais	16
1.1. Diversidade no aporte de denominações sobre o conceito de movimentos sociais	16
1.2. A gênese do conceito de movimento social	17
1.3. As correntes de investigação sociológica sobre os movimentos sociais: paradigmas norte-americanos	20
1.4. O paradigma Norte Americano - As abordagens clássicas sobre as ações coletivas e movimentos sociais norte americanas	22
1.5. A Teoria do Processo Político (TPP)	24
1.6. A Escola de Chicago	25
1.7. Paradigma Europeus: Os Novos Movimentos Sociais	31
1.8. Os Novos Movimentos Sociais (NMS): compreender o que há de novo nos Novos movimentos sociais	32
1.9. Reconhecimento e identidade na construção dos movimentos sociais	37
1.10. Movimentos sociais em rede	42
1.11. Os estudos dos movimentos sociais e a perspectiva da comunicação	45
2. Comunicação e movimentos sociais numa esfera pública democrática	47
2.1. Apontamentos sobre a Democracia	47
2.2. A esfera pública burguesa	49
2.3. A esfera pública política mediada pela comunicação de massa	50

2.4. Desafios contemporâneos das ações coletivas na esfera democrática	53
2.5 Ativismo e Ação Política	55
2.6 Engajamento e cultura Cívica	57
2.7. A esfera pública de comunicação	59
2.8. O modelo da esfera pública contemporânea, movimentos e a comunicação digital.	60
2.9. O hibridismo das mídias	64
2.10. A perspectiva da comunicação por meio da tradição dos Estudos Culturais	66
2.11. A cultura como política	68
2.12. A abordagem ritual da Comunicação - Comunicação como cultura	69
2.13. Comunicação em redes	71
3. Metodologia	73
3.1. Justificativa para a escolha do movimento Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB)	75
3.2. O Movimento Articulação de Mulheres Brasileiras AMB	77
3.3. A Realização da entrevista	78
4. Estudo de caso articulação de mulheres brasileiras AMB	80
4.1. Análise e organização das informações sobre o AMB	80
5. Conclusão	91
6. Anexos:	95
7. Referências bibliográficas	107

Lista de figuras

Figura 1: O nosso voto vale muito!.....	82
Figura 2: Aborto legal é um direito.....	83
Figura 3: Dicas de segurança para votar.....	86
Figura 4: As mulheres estão com #Lula 13	88
Figura 5: O nosso voto vale muito! Meu voto vale direito à terra.....	89
Figura 6: O nosso voto vale muito! Meu voto vale uma vida livre de violências.....	89
Figura 7: Mulheres são 52,7% do eleitorado brasileiro.....	90

Introdução

A pesquisa configura-se a partir do contexto de transformações nas dimensões políticas, culturais e tecnológicas dos séculos XX e XXI que apontam para a necessidade de novas perspectivas no subcampo de estudo da comunicação e política. O cenário de globalização e de integração, de configuração social novos atores na esfera pública, de fragmentação das identidades, hibridismo de papéis, de maior volatilidade dos atores sociais, de tecnologias híbridas, de sistemas de mídia complexos e da internet como esfera comunicativa são elementos dos contextos de mudança que contribuem para as transformações e o aparecimento de novas reivindicação. (BLUMER, 2011). Partindo de uma abordagem cultural e da visão ritualística do processo comunicativo (CAREY, 1975), esta pesquisa investiga, a partir da construção social da realidade política, como as tecnologias digitais afetam o desenvolvimento das ações coletivas, em especial dos movimentos sociais.

Para Habermas (1991) uma esfera pública democrática está vinculada à qualidade do discurso e ao grau de participação para a tomada de decisões. A lógica da ação coletiva deve ser compreendida por meio do modelo discursivo na esfera pública democrática. A existência do espaço de participação promove o poder de articulação dos indivíduos da sociedade civil. Há a possibilidade de constituição de um espaço de contestação e de solidariedade por meio dos espaços comunicativos. As disputas e confrontos são elaborados e organizados pelas ações coletivas dos diversos atores sociais nesses locais (MELUCCI, 2001).

De acordo com o paradigma das correntes teóricas da sociologia clássica norte-americana sobre ação social (TILLY, 1983; ZALD, 1988; TARROW, 1994) os questionamentos dos atores sociais surgem no “mundo da vida” e extrapolam as discussões para a esfera pública permitindo a interação no interior das estruturas institucionalizadas. As formações estruturais de ação coletiva que se apresentam demandam transformações a partir da constituição da identidade social e da subjetividade do indivíduo (MELUCCI, 2001).

Os movimentos sociais usam o espaço da esfera pública para pressionarem por mudanças na constituição das esferas política e cultural. Lutam por transformações estruturais a partir de demandas específicas. As ações

políticas dos atores desafiantes dos movimentos se realizam por meio de estruturas de oportunidades e ameaças políticas, com a utilização de estruturas de mobilização preexistentes (redes de relacionamento) e bases organizacionais para a movimentação (ALONSO, 2012). É por meio do sistema democrático, que é possível o aparecimento das diversas motivações para o estabelecimento dos movimentos sociais. As origens das motivações são diversas e se colocam em âmbitos religiosos, sociais, culturais econômicos, políticos. Entretanto, há uma dimensão universalista relacionada às temáticas motivacionais dos movimentos. As abordagens surgem de questões democraticamente legítimas como: os direitos humanos, os direitos das minorias, liberdade de expressão, meio ambiente, liberdade religiosa, justiça e solidariedade. (TOURAINÉ, 1995). As reivindicações são possíveis sempre que há um regime democrático que permita a participação dos cidadãos em relação às questões que impactam suas vidas. Quando há conflito e discordância sobre o status quo ou sobre a tomada de decisões em âmbito público os indivíduos podem se organizar para reivindicar sobre um programa (acerca da temática), sobre a identidade (construção, participação e visibilidade), e posições (visões similares).

Os movimentos sociais devem ser compreendidos como confluência de pessoas que organizam ações coletivas conflitivas, frente às adversidades e ausências de atendimento das suas demandas nos âmbitos sociopolíticos e cultural, e que se mobilizam para viabilizarem mudanças sociais que ultrapassem tais contraposições (GOHN, 1997). Em sua relação com a dimensão comunicativa, os movimentos sociais apresentam a organização de um processo de mobilização e a construção de repertórios de ação que na atualidade são realizados também por meio da comunicação digital. (GOHN, 2015). Num horizonte de possibilidades relacionado à organização e disseminação da informação; numa nova configuração de utilização espaço-temporal da esfera pública; e da disponibilidade de ferramentas de baixos custos operacionais os movimentos sociais constroem novas formas de repertórios de ação (TILLY, 1995).

No contexto da relação dos movimentos sociais com as mídias há novas configurações conjunturais: nova relação mídia e público a partir da interatividade e dos novos fluxos de comunicação como desafios para a compreensão das questões da comunicação política. As mídias estão inseridas como parte do repertório de comunicação dos movimentos sociais. Tilly (1995), ao afirmar que o repertório são formas específicas de agir inclui a comunicação como forma de ação política na esfera pública. Como os atores apreendem significados,

percepções, preferências passam pela lógica comunicativa que envolve regras culturais, cognitivas que permitem criação de rotinas coletivas e de entendimentos compartilhadas da realidade fundamentais ao processo de construção de identidade coletiva. Desta forma, tais imperativos colocam que é preciso analisar em que medida as mídias digitais e suas redes sociais colaboram para a correção do desequilíbrio reivindicado pela ação coletiva, em específico dos movimentos sociais na esfera pública.

Justificativa

A proposta deste trabalho surge a partir da observação sobre a crescente utilização das mídias digitais por movimentos sociais como ferramenta de comunicação e repertório no desenvolvimento de suas contestações.

A pertinência dos estudos da comunicação dos movimentos sociais é confirmada por meio da ampliação, ao longo do século XX, do espectro de atuação dos atores antes excluídos dos arranjos estruturais do Estado. Os novos espaços ocupados pelos movimentos sociais bem como suas apropriações de ferramentas comunicacionais digitais suscitam questões conceituais e metodológicas pertencentes ao campo da comunicação e da sociologia que apresentam respostas pouco consistentes.

As literaturas sobre ação coletiva e comunicação política apresentam estado inicial ao tentar promover uma profusa compreensão sobre de que forma os movimentos sociais se beneficiam dos usos das mídias digitais para conquista de espaços de participação na esfera pública.

As abordagens epistemológicas da relação dos meios de comunicação de massa com as dinâmicas dos movimentos sociais focaram-se na construção de questões sobre dependência dos movimentos sociais aos meios tradicionais e as relações de agendamento das causas. Entretanto, faz-se necessário um avanço na discussão da relação da comunicação política dos movimentos sociais a partir de novas abordagens teóricas que configuram a internet como uma esfera de possibilidade participação social e política de comunicação, de ampliação de repertório e de construção redes de solidariedade e resistência para as ações coletivas dos movimentos sociais. Portanto o presente trabalho visa contribuir para a compreensão acerca dos limites e potencialidades das mídias digitais enquanto ferramentas de comunicação dos movimentos sociais no Brasil.

Objetivos primários

Este trabalho tem como foco analisar as consequências da internet no processo propagação e organização das demandas e reivindicações dos movimentos sociais brasileiros. O objetivo principal é compreender quais as consequências as mídias digitais e a utilização das redes sociais trouxeram para a construção dos repertórios de ação dos movimentos sociais no Brasil de maneira a compreender se os movimentos conseguem ampliação de vozes e atuação na esfera pública democrática a partir desta possibilidade de comunicação. Para tal pretende-se analisar o repertório de ação comunicativa do movimento feminista Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) durante a campanha presidencial de 2022 no Brasil.

Objetivos secundários

Serão objetivos secundários deste trabalho: 1) contribuir o campo de estudos que buscam as interseções entre a comunicação digital e os movimentos sociais. 2) repertórios de ação dos movimentos sociais brasileiros a partir da utilização das mídias digitais.

Metodologia

No presente trabalho pertencente ao campo da comunicação e política optou-se por realizar um estudo de caso particular e representativo do universo das lutas sociais. Para Yin (2005, p. 32), o estudo de caso, enquanto investigação empírica de um fenômeno contemporâneo apresenta um contexto da vida real (situacional). A proposta é investigar, por meio de estudo de caso teste (único), através da unidade as características estruturantes que devem estar presentes em um conjunto de fenômenos semelhantes.

Enquanto estudo de caso busca-se uma análise aprofundada do conjunto de variáveis relacionadas ao fenômeno. De forma empírica o trabalho irá analisar as variáveis que se correlacionam com a questão de pesquisa e as teorizações colocadas. Parte-se da estrutura de um estudo de caso, na qual, coletou-se informações sobre o estado presente do fenômeno ou sujeito, abordar suas

experiências passadas, compreender seu ambiente e avaliar como todos os fatores se correlacionam entre si.

Objeto

O objeto desta pesquisa é a comunicação política dos movimentos sociais no Brasil realizadas por meio das mídias digitais. Em específico as estratégias de comunicação frutos do repertório de ação do movimento Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) durante a campanha presidencial de 2022 no Brasil.

Organização do Trabalho

Quanto a estrutura este trabalho está dividido em seis partes. A primeira refere-se à introdução. Nela foram expostos o campo de pesquisa, a temática, as justificativas e os objetivos e objeto de pesquisa. Na segunda parte, o estudo aborda por meio de levantamento literário as teorias, escolas e conceitos do campo da sociologia sobre a temática dos movimentos sociais. Na terceira fase, foram apresentadas as conceituações principais do campo da comunicação e política que convergem para a temática da ação social. Adiante na quarta fase, efetuou-se a descrição da metodologia em detalhes, incluindo as justificativas em relação ao objeto. Em seguida, em uma quinta seção desenvolveu-se a análise empírica, a partir de um estudo de caso teste, com a posterior análise de dados correlacionais. A última parte, que corresponde a conclusão, retoma as principais etapas da tese, propondo sugestões e possibilidades de novos desdobramentos a partir do conteúdo desta pesquisa.

1. Complexidade na delimitação de matrizes teóricas sobre os movimentos sociais

A proposta deste capítulo é debater sobre as diversas matrizes teóricas dos movimentos sociais a partir da literatura especializada com enfoque sociológico e levantar questionamentos sobre os estudos em relação aos processos de comunicação dos movimentos sociais.

De acordo com a socióloga Maria da Glória Gohn (2014) os movimentos sociais constituem um campo da ação coletiva que não deve ser separado da investigação sociológica, visto que o repertório de ações que os movimentos produzem transcrevem identidades, interesses, subjetividades e projetos de grupos sociais que precisam ser analisados enquanto fenômenos sociais. Partindo desta premissa, este capítulo propõe a sistematização de conceitos estruturantes do campo sociológico priorizando abordar autores, teorias e escolas que repercutem sobre a construção teórica dos movimentos sociais e sua correlação com os processos e ferramentas comunicativas. Do ponto de vista epistemológico busca-se apresentar os aportes sobre o tema movimentos sociais a partir das teorias clássicas e contemporâneas norte-americanas e europeias.

No que se refere à estrutura este primeiro capítulo se organiza a partir de uma revisão de literatura sobre o conceito de movimentos sociais, os termos estruturantes do fenômeno, as correntes clássicas e contemporâneas de estudos e as teorias do processo político, as visões da escola de Chicago, os Novos Movimentos Sociais, os movimentos sociais em rede e o panorama dos movimentos sociais no Brasil. Finalizando o capítulo a pesquisa busca discutir as possíveis questões do debate com a comunicação política.

1.1. Diversidade no aporte de denominações sobre o conceito de movimentos sociais

Na visão da sociologia contemporânea há na construção do conceito de movimentos sociais uma amplitude empírica no campo de pesquisa da área que resulta numa multiplicidade de teorias que analisam o fenômeno a partir de óticas por vezes não consensuais. Classificar os movimentos sociais é uma tarefa complexa que é empreendida por alguns autores a partir de ênfases ou histórica,

ou culturais, ou política ou ainda a junção desses elementos e da caracterização dos movimentos enquanto ação coletiva. Há também diversidade de formulações sobre o conceito de movimentos sociais a partir de paradigmas formulados que se referem ou a um fenômeno empírico descritivo ou ao diagnóstico de objetos locais, ou ainda ao universo dos conflitos com limitados recortes histórico-temporais. (GOHN, 2014).

Definir movimentos sociais envolve construção de termos estruturantes do fenômeno abarcando as questões empíricas que permeiam cada contexto histórico e temporal. Outro ponto aludido constantemente nas teorias é o estabelecimento de diferenciação entre os movimentos sociais e outras ações coletivas como os protestos e manifestações esporádicas ou em relação a existência de outras formas de estruturas sociais como as organizações não governamentais. Este estudo optou por não analisar tais diferenciações.

Para lidar com esses desafios e amplitudes teórica o presente trabalho elegeu utilizar as formulações conceituais de autores consagrados da sociologia, conforme desenvolvido a seguir. (TILLY, 2009; TOURAINE, 2007; TARROW 2009; MELUCCI, 2001).

1.2. A gênese do conceito de movimento social

A tentativa de um consenso das visões sociológicas que compõem o tema movimentos sociais apresenta uma diversidade de conceitos determinantes na definição do fenômeno.

A aceção dos movimentos sociais está alicerçada na diversidade de aportes teóricos no viés da sociologia clássica e moderna. Há reflexões relacionada às mudanças de práticas sociais em um novo milênio propondo que todo e qualquer ação coletiva empiricamente observável de contestação ou protesto, independente da estrutura e de atores envolvidos devem ser consideradas um movimento social. Em outra direção estão as ponderações que consideram os movimentos dentro de um limitado escopo de elementos que compõem a ação coletiva. Será esta segunda proposição o fundamento norteador deste trabalho.

Dentre tantos conceitos envolvidos na definição dos movimentos o presente trabalho versará sobre: ação coletiva, campanha, repertório, ator social, solidariedade, identidade, conflito e confronto, que favorecem a compreensão

sobre a comunicação política dos movimentos. (MELUCCI, 2001; TARROW, 2009; TILLY, 2009).

As ciências sociais, a partir da concepção clássica marxista delimitavam os movimentos sociais pelas lutas de classes do século XIX. O conceito constituía-se de contestações políticas prolongadas que surgiam de sujeitos coletivos organizados por meio de lutas sociais para promoverem transformações no sistema dominante. A ação coletiva, objeto foco das análises iniciais era compreendido como resultado das crises estruturais.

Ao ultrapassar a visão marxista clássica, o sociólogo italiano Alberto Melucci (2001), defende que conflito, solidariedade e ruptura são características definidoras dos movimentos sociais. Em suas reflexões sobre a ação coletiva elabora os movimentos sociais para além do âmbito histórico conjuntural, incluindo as motivações, os sentidos e os componentes da ação de fenômenos que são heterogêneos e complexos. Para o autor, um movimento social, depende de sistemas de referências e das dimensões analíticas. Em sua definição o autor elenca três dimensões analíticas: conflito, solidariedade e rompimento (ou ruptura). O movimento social deve ser definido pela existência de uma ação coletiva resultado de conflitos entre atores sociais que lutam opostamente pelos recursos disponibilizados pelo sistema. Atores com identidade coletiva resultante de solidariedade que orienta a ação. O conflito coloca em xeque as estruturas do sistema social, buscando rupturas dos limites que mantem as estruturas sistêmicas dominantes. Em síntese, de acordo com essa perspectiva, para caracterizar um movimento social é necessário que a ação coletiva carregue uma orientação composta por conflito, atores em solidariedade e a busca pela ruptura dos limites para transformar o mundo que se apresenta. Neste prisma, o movimento social enquanto agir coletivo não é uma resposta a uma crise. A crise são as disfunções estruturais de um sistema. Já o conflito abarca um enfrentamento de atores (adversários), para o controle de recursos. Os atores fazem parte de um sistema comum e esse sistema pode vir sofrer crises. Mas os atores se confrontam pela própria lógica que mantem o sistema e não somente por elementos estruturantes em crise. Ainda assim, somente o conflito não caracteriza uma ação social como movimento, é preciso que haja além da relação de oposição entre os atores envolvidos a necessidade de ultrapassar as fronteiras do sistema imposto colocando em crise a ordem normativa, ou seja, é preciso atores em luta por um conjunto de recursos ou valores pertencentes as estruturas de um sistema que tem sua legitimidade posta em suspensão

Um movimento social é um objeto construído pela análise e não coincide com as formas empíricas da ação. Nenhum fenômeno de ação coletiva pode ser assumido na sua globalidade, porque não expressa nunca uma linguagem unívoca. Uma aproximação analítica dos movimentos implica na decomposição do objeto segundo o sistema de relações sociais investido pela ação e segundo as orientações que tal ação assume. O significado do fenômeno varia, portanto, em função do sistema de relações sociais ao qual a ação faz referência, e da natureza do conflito. (MELUCCI, 2001 p.33)

O movimento social é o conflito, no interior do sistema, que ocorre em consequência da busca de atores pelos mesmos recursos que o sistema disponibiliza. Não é uma reação ao sistema, mas uma luta pelo domínio e participação nos recursos disponíveis.

Ao explorar como se forma o sujeito coletivo Melucci (2001) conclui que não há uma homogeneidade do fenômeno, o agir coletivo apresenta pluralidade de significados, relações e orientações que convergem para o movimento, o ator coletivo é resultado de processos sociais heterogêneos. O autor propõe uma mudança de perspectiva para abordar os problemas de constituição do ator da ação coletiva, buscando compreender como se forma o ator coletivo para além das motivações e crenças unitárias. O ator coletivo é aquele que se reconhece e são reconhecidos como parte de uma mesma unidade social e tal característica define a solidariedade no movimento. Um movimento se constitui quando atores coletivos se mobilizam por meio de uma solidariedade específica. Neste cenário, há ainda que diferenciar os fenômenos baseados em solidariedade e os fenômenos de agregação, estes mais relacionados à moda e as definições do estudo do comportamento coletivo (collective behavior) nas quais os indivíduos atomizados agem motivados por um sentimento causado por transformações ou crises específicas, mas que, segundo o autor, não caracteriza um sistema de solidariedade.

A construção de solidariedade é um fator essencial no processo de identidade. A solidariedade é o outro generalizado transbordando para além do mundo individual e provocando a realidade de novos valores.

Melucci (2001), defende ainda que os movimentos sociais devem ser analisados enquanto sistemas de ação, ou seja, dar foco as relações externas e internas que constituem a ação do movimento.

A ruptura dos limites envolve a busca por participação nos recursos, há uma reivindicação pela ampliação de acesso aos recursos e mudança nos valores

postos no sistema. São atores que buscam mais acesso aos bens, e a participação seja nas dimensões políticas, sociais ou culturais.

Tarrow (2009) em sua teoria sobre confronto político propõe que para caracterizar os movimentos sociais é necessário que haja provocações sustentadas entre opositores e redes sociais que organizam complexas ações coletivas. O autor coloca os estudos dos movimentos sociais no campo da ação coletiva de confronto. O confronto se apresenta quando os atores não possuem acesso às instituições ou não têm atendida suas exigências. Um movimento envolve além de exploração de oportunidade políticas, elaboração de ideologia, socialização, identidade coletivas e mobilização. Neste sentido, o movimento social é baseado em confronto político, desafios coletivos, propósito comum na solidariedade e identidade coletiva.

Segundo o sociólogo Charles Tilly (2004) os movimentos sociais podem ser definidos como forma de política contenciosa, por meio de campanha, e não evento único, que sustentariam as reivindicações coletivas de continuidade e participação na esfera pública. Os movimentos sociais são a síntese de campanhas existentes em reação às demandas coletivas. As campanhas envolvem a elaboração de repertórios de ação, a representação simbólica de unidade, quantidade, compromisso e valor (TILLY, 2004). Elementos que serão aprofundados na próxima etapa.

1.3. As correntes de investigação sociológica sobre os movimentos sociais: paradigmas norte-americanos

O presente trabalho ao delimitar a epistemologia dos movimentos sociais estrutura-se a partir de conceitos dos paradigmas das principais correntes teóricas clássicas e contemporâneas da América do Norte e europeias que destacam-se por definirem os grupos de ação a partir do tipo de ação coletiva, da formação das estruturas sociais e políticas, da mobilização, da construção de repertório utilizado por atores em relação à ação social, do fenômeno político cultural dos movimentos e das organizações em rede.

Nas correntes de pesquisa norte americana, os primeiros estudos focavam nos movimentos que apresentavam características de revoluções. Destacava-se a concepção de movimento como revolução, como amplos movimentos populares e históricos na busca por mudanças políticas, econômicas e estruturais.

Dos anos 1930 aos anos de 1960 a abordagem era a desmobilização política. A justificativa era que, na sociedade moderna de massa e de produção capitalista o individualismo teria gerado um egocentrismo o qual levava o cidadão a dar as costas para a política. A mobilização coletiva aconteceria sempre em reações a frustrações individuais pontuais e por vias irracionais. Na perspectiva da desmobilização política o sujeito, fruto da sociedade de massa e parte da relação de dominação e consumo do processo de produção capitalista e do padrão de individualização se desinteressa pela política em prol de um comodismo cuja explicação advém da cultura de massa. Este é um sujeito voltado para o consumo, para a autossatisfação, acomodado e pouco interessado nas questões coletivas. A mobilização ocorreria em momentos de explosão reativa, irracionais, de reações aos anseios pontuais não atendidos pelas instituições. (ALONSO, 2011). Tal paradigma é contestado a partir do cenário que se desenhava a partir dos anos 60 nos Estados Unidos e na Europa. Descortinam-se novas demandas e mobilizações que não preconizavam o retorno dos movimentos sociais enquanto revoluções, nem visavam tomada do poder de Estado, mas sim novas formas de reivindicações com bandeiras identitárias que aportavam em temáticas como os direitos civis, feminismo, ambientalismo entre outros. Os seus atores não eram caracterizados como multidões sem identidade e nem operários fabris. Eram mulheres, jovens, estudantes e até mesmo profissionais liberais que reivindicavam igualdade de direitos, de acesso e de participação. Surgem movimentos que buscam mudanças nas formas de sociabilidade e cultura e que utilizam a ação política direta.

Foi a partir da década de 60, no ocidente, com as mudanças históricas profundas, com transformação do Estado pela globalização, e sua perda na capacidade de regulador social que os movimentos sociais ganham força enquanto objeto científico e de desenvolvimento teórico.

Neste cenário, a pesquisa norte-americana, delimitada em parte neste trabalho, apresenta explicações centradas em estruturas e organizações com sistemas sociopolíticos e econômicos capitalistas. Suas abordagens clássicas baseiam-se nas questões estruturantes e no funcionalismo a partir de conceitos como: sistema, organização, ação coletiva, comportamentos organizacionais e integração social. (ZALD, 1988; TILLY, 1983; TARROW, 1994).

1.4. O paradigma Norte Americano - As abordagens clássicas sobre as ações coletivas e movimentos sociais norte americanas

A proposta desta unidade enquanto discussão teórica centra-se nas abordagens pertinentes ao estudo do objeto dando ênfase as teorias e conceitos com perspectivas de cunho política, cultural e pragmática. Desta forma, a pesquisa não contempla o eixo da sociologia clássica de estudos baseados no comportamento das massas (1940 e 1950) influenciados por estudos de Le Bon (1895)¹. Não contempla ainda o eixo metodológico clássico com ênfase nas variáveis histórico-políticas em relação aos movimentos sociais baseada nos trabalhos que abordam os movimentos a partir da noção de descontentamento dos indivíduos com a ordem social. Exclui-se também um outro eixo teórico que são as análises do comportamento coletivo a partir do funcionalismo no qual o movimento social é um fenômeno estranho e de desequilíbrio do funcionamento da ordem social. Outra vertente teórica não explicitada por não ser pertinência ao trabalho é a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) que tem como autores principais McCarthy e Zald (1977), que buscam a partir das transformações políticas ocorridas nos Estados Unidos nos anos de 1960, analisar os processos de mobilização dos movimentos sociais, exacerbando a racionalidade das mobilizações coletivas a partir do sentido de organização. Tais importantes teorias para os estudos dos movimentos sociais não serão contempladas na pesquisa pela ausência de conceitos que correlacionem na mesma direção deste trabalho, a comunicação e a constituição dos movimentos sociais na contemporaneidade.

As abordagens clássicas sobre os movimentos sociais têm nos estudos norte-americanos memórias históricas das primeiras teorias sobre os movimentos sociais e da ação coletiva. De lá vieram os referenciais da sociologia clássica e as matrizes teóricas utilizadas durante o século XX. Os anos 60 impulsionam os estudos sobre os movimentos sociais e as teorias sobre o social. Os eixos de pesquisas dão ênfase às análises sobre a ação social e a compreensão sobre os comportamentos coletivos a partir de enfoques sociopsicológicos.

Nas primeiras fases do período clássico norte-americano os autores Tilly (1983), Zald (1988) e Sidney Tarrow (1994), desenvolvem pesquisas sobre ações coletivas compreendendo o fenômeno enquanto elemento político e enfatizando os elementos históricos que permeiam a ação social. Não se referiam naquele

¹ Médico e psicopatologista, Gustave Le Bon, autor de *Psychologie des Foules* (1895), descreve o comportamento das multidões e das massas e ausência da lógica nas ações coletivas. (p.23 apud Mattelart 2008)

momento às ações coletivas em termos de movimentos sociais, porém iniciavam o debate clássico. Tilly (2010) compreendia as ações coletivas como forma política contenciosa que dão conta da elaboração política de reivindicações que conflitam com os interesses dominantes. A participação das pessoas ocorre como oportunidade democrática dentro do processo político. Mesmo tendo formas e temáticas variáveis as ações coletivas apresentam-se como uma combinação de características que envolvem: campanha (esforço), repertório (ações políticas), e representações públicas (por meios de demonstrações de valor, unidade, números e comprometimento (VUNC). As campanhas são caracterizadas a partir de esforços de interação de grupos temporários reivindicantes, os objetos de suas demandas e diversos opositores envolvidos (estado, polícia, oposição, autoridades etc.). Os repertórios abrangem as formas de ação política como reuniões, panfletagens, declarações nos meios de comunicação de massa, e outras. As representações públicas reúnem: valor, (um comportamento específico que agrega valorização ao movimento); unidade (elementos que agregam singularidade e identidade ao movimento, como por exemplo, canções e bandeiras), números (quantidade de envolvidos e de participantes do movimento, quantidade de mensagens e comunicação); e comprometimento (grau de disponibilidade a participação mediante as dificuldades e barreiras que se apresentam).

Mais adiante em sua obra Tilly (2006) aborda o termo Movimento Social definindo três tipos principais de reivindicações dos movimentos:

Os movimentos sociais combinam três tipos de reivindicação: programa, identidade e posição. As reivindicações de programa envolvem o apoio expresso ou a oposição a ações presentes ou propostas pelos objetos das reivindicações do movimento. As reivindicações de identidade consistem em declarações de que “nós” – os reivindicadores – constituímos uma força unificada a ser enfrentada... Reivindicações de posição afirmam laços e similaridades com outros atores políticos como, por exemplo, minorias excluídas, grupos de cidadãos propriamente constituídos, ou leais defensores do regime... Reivindicações de programa, identidade e posição conformam-se a códigos parcialmente separados, construídos a partir da história política particular de um regime; zimbabuanos e canadenses não sinalizam – e não podem sinalizar – exatamente da mesma maneira o valor [*worthiness*] coletivo. (TILLY, 2006; p)

As reivindicações são possíveis sempre que há um regime democrático que permita a participação dos cidadãos em relação às questões que impactam suas vidas. Quando há discordância sobre o status quo ou sobre a tomada de decisões em âmbito público os indivíduos podem se organizar para reivindicar

sobre um programa (acerca da temática), sobre a identidade (construção, participação e visibilidade), e posições (visões similares).

Durante o século XX as transformações macroestruturais e sociais operadas pelo caráter do capitalismo, das práticas de consumo da sociedade de massa promoveram transformações profundas na sociedade que apresentava novas demandas e reivindicações de caráter socioculturais. Surgem movimentos sociais como ação coletiva baseada em demandas contra a dominação do mundo da vida, com demandas acerca do papel e direitos dos cidadãos com temas relacionados a *modus operandi* da vida moderna. A abordagem clássica é ultrapassada por estudos alicerçados em diversas matrizes teóricas como o marxismo, as estruturas políticas, as teorias da sociedade de massa e o interacionismo simbólico detalhados na seção adiante.

A seguir serão exploradas as teorias, escolas e autores que serão destaque desta conforme elencado inicialmente.

1.5. A Teoria do Processo Político (TPP)

A Teoria do Processo Político (TPP) surge nos Estados Unidos a partir da exaustão dos debates marxistas e com um enquadramento histórico sobre os movimentos sociais. Estudos que combinam política e cultura para fugirem das explicações deterministas e economicistas sobre os movimentos sociais. (TILLY, 1975 e TARROW, 1993).

Para dar conta da dimensão política sobre mobilização coletiva, Tilly, o autor de maior produção nesta linha, desenvolve pesquisas para identificar a composição dos processos políticos no ocidente. No seu livro clássico *From Mobilization to revolution* (1978), busca compreender as bases das mobilizações políticas que acarretam as mudanças nas estruturas sociais. Tilly analisa as disputas de classe e argumenta que os movimentos populares e de elites possuem a mesma natureza e lógica racional, os elementos de variação entre eles são o grau de organização de estruturas e o possível uso da violência como recurso. Em suas concepções na década de 70 Tilly apresentava um viés estruturalista e racionalista, ainda influenciado pelas visões marxistas, privilegiando mais a forma das ações coletivas do que o conteúdo. O conceito de repertório, começava a aparecer como o conjunto de formas de ação, numa relação contingente e dependente do contexto.

Para dar conta da dimensão política das mobilizações apresentava o conceito de estrutura de oportunidades políticas (EOP) e estruturas de mobilização. De acordo com sua visão, as alterações no ambiente político, nas suas diversas dimensões (formais ou informais), abrem frentes para ações de reivindicações de grupos sociais a margem da organização do processo político. Os agentes coletivos coordenados surgem das oportunidades provocadas por crises e mudanças na política entre o Estado e a sociedade.

Na dimensão do conceito cultural Tilly (1978) defendia que a coordenação entre os indivíduos depende da solidariedade que é resultado do conceito que ele nomeou de *Catnet*, ou seja, o sentimento de pertencimento a uma determinada categoria juntamente com redes interpessoais densas que vinculam os indivíduos a um grupo. A ação não se estabelece somente por meio de solidariedade, é preciso ainda recursos como as organizações civis e redes para promoverem a organização dos grupos.

É a partir da década de 1990, por meio das influências das correntes culturalistas, que Tilly fundamenta o conceito de repertório de forma mais detalhada como de confronto, no qual há um conjunto de atores em conflito que desenvolvem rotinas de interação. Nos anos 2000, sob influência do interacionismo simbólico da Escola de Chicago, ao atualizar em sua obra o conceito de repertório, o autor apresenta como a definição de um conjunto de performances que sedimentam a rotina de ação como unidade mínima. Analisa como os agentes manejam as formas de ação de formas singulares e simbólicas. Os atores definem a identidade da unidade de grupo por contraste e confronto com os rivais. As reivindicações coletivas podem ser improvisadas a partir de roteiros compartilhados pelo grupo. A questão do improviso, aparece em uma de suas últimas análises, pois o repertório performático permite que os atores se apropriem das ações e as modifiquem de acordo com o contexto de sentido do grupo num determinado ambiente social.

1.6. A Escola de Chicago

A escola de Chicago é um centro de pesquisa fundamental para a concretização das investigações sociológicas no período de 1910 a 1950. Compreender as teorias sobre os movimentos sociais inclui necessariamente os estudos da Escola de Chicago, seu constructo teórico e sua importância para a constituição da sociologia enquanto ciência. Desta escola, esta pesquisa destaca

a construção pragmática dos conceitos sociológicos, a questão da mudança social e da participação.

De forma sucinta a Escola de Chicago possui como principais matrizes de pesquisa a teoria da mudança social; o pragmatismo norte americano de Charles Peirce no qual as questões pragmáticas relacionam o saber com a experiência concreta dando importância aos efeitos (significados); a fenomenologia de Edmund Husserl com a descrição dos fenômenos relacionados às experiências de vida; e a sociologia formal de George Simmel que inaugura a microsociologia. Simmel propunha isolar os elementos estruturantes para análise sociológica dos fenômenos da vida cotidiana. Desta forma as pesquisas apropriam-se da sociologia formal baseada na microsociologia para compreender o papel da ciência na solução de desequilíbrios sociais.

Nos estudos da Escola prevalece a defesa da pesquisa empírica na qual a teoria deveria ser retirada do objeto, da observação sistemática da vida cotidiana e não da aplicação teórica ao objeto. A cidade era utilizada como um grande “laboratório social”, um local privilegiado de observação. A sociologia servia de instrumento para ordenar processos sociais por meio da concepção de leis científicas.

A contribuição da escola nos estudos dos movimentos sociais é fundamentada na abordagem das temáticas da mudança social, participação e desenvolvimento de comunidade. A participação apresenta-se como ferramenta de ordenação de processos sociais. Era preciso compreender o cenário da mudança social que ocorriam por meio de processos interacionistas. As atitudes humanas e os comportamentos eram fundamentais aos estudos com enfoques psicossociais.

Em sua teoria da mudança social a escola trabalha com a questão da criação de instituições por meio da figura dos líderes e dos conflitos. Nos estudos a mudança social era promovida a partir líderes que por possuírem maior conhecimento e capacidade de realização serviriam de exemplos demonstrativos. Os líderes possuíam a função de reformadores sociais. No cenário dos movimentos os líderes eram atores com intensa participação, interação e engajamento nas ações. Já os movimentos eram ações sociais constituídas em resposta aos comportamentos sociais conflituosos. Os líderes atuavam no sentido de apaziguar e desmobilizar os conflitos, transformando os movimentos e suas reivindicações em instituições sociais e demandas atendidas respectivamente. A cidade, laboratório de estudo das pesquisas de Chicago, era também o cenário

dos conflitos e crises que constituíam os movimentos sociais. Os movimentos sociais eram a representação dos comportamentos sociais conflituosos.

A concepção de mudança social inicia-se no binômio indivíduo e sociedade. A partir deste enfoque os estudos pressupõem um interesse sobre a formação de comunidades e de participação popular como pontos de início explicativos sobre os movimentos sociais, que fundamentariam a ordenação dos processos sociais defendida pela sociologia de Chicago. Neste contexto a figura do líder significaria um agente exemplar e reformista que só serviria até o momento de conquista das mudanças sociais. Seriam participantes ativos e engajados em suas causas. Os indivíduos guiados pelo líder achariam o comportamento correto para determinado contexto social. Para tal, seriam válidos atos voluntários, ações espontâneas e os conflitos; caberia ao líder administrar o conflito ao ponto de gerar sua desmobilização, transformando os movimentos em instituições sociais e promovendo a dissolução das demandas (GOHN, 2014).

Para a importância do desenvolvimento desta pesquisa sobre a comunicação dos movimentos sociais destaca-se também da Escola de Chicago o termo interacionismo simbólico de Herbert Blumer (1939) principal formador das visões sobre os movimentos sociais na escola. A análise de Blumer (IBIDEM) correlaciona os princípios de processos sociais e a ligação entre os movimentos e as transformações culturais.

As pesquisas de Blumer (IBIDEM) permitem aos estudos dos movimentos sociais análises profícuas na compreensão das situações e nas elaborações epistemológicas sobre o assunto. São estudos abordados a partir da perspectiva teórica denominada interacionismo simbólico, com o objetivo de resgatar suas origens, consolidação, pressupostos centrais e contribuições ao campo.

O interacionismo compreende a cultura como motivações para a ação coletiva.

Nos anos 30 Blumer, influenciado pelas ideias de George Mead, formula o conceito do interacionismo simbólico. As premissas básicas da definição são a constituição de um quadro comum, uma visão geral no estudo da vida humana em grupo:

os seres humanos agem com as coisas com base nos sentidos que as coisas apresentam para elas; essas “coisas” incluem tudo que os seres humanos podem perceber no mundo, como objetos físicos, categorias de objetos, instituições, ideais, atividades e situações; o sentido dessas coisas é derivado ou emerge da interação social que temos com nossos semelhantes; esses sentidos são manipulados e modificados por um processo interpretativo, usado pela pessoa ao lidar com as coisas que ela encontra” (NUNES, 2005; p. 25-26).

A definição de situação defendida pelo interacionismo simbólico de Blumer constitui o enquadramento de tipos de conduta socialmente reconhecidos por meio de suas atribuições funcionais em um processo interativo dos indivíduos na sociedade. Tal definição apresenta-se como fundamental para a compreensão das análises empíricas dos movimentos sociais. Em seu âmbito filosófico, a definição de situação de Blumer baseia-se na construção de uma ideologia de grupo, com suas subjetividades, valores e princípios, abrindo caminhos para uma análise dos movimentos sociais por meio da vertente das interações simbólicas e das situações estabelecidas.

A teoria blumeriana sobre o comportamento coletivo defende que o motor que aciona os fenômenos sociais é definido como um estado de inquietação social. O autor valoriza a epistemologia da situação social que no caso dos movimentos sociais é de fundamental compreensão. Para ele, os movimentos sociais são fenômenos originados na insatisfação dos indivíduos em suas formas de vida na sociedade, processos inicialmente espontâneos, mal organizados, mas que ao se desenvolverem criam estrutura com cultura, organização social, valores, princípios e divisão do trabalho.

A partir da definição de Self de Mead, Blumer propõe uma análise dos movimentos sociais por uma perspectiva temporal e evolutiva

Em seu início, um movimento social é frouxamente organizado e caracterizado pelo comportamento impulsivo. Não tem objetivo claro; seu comportamento e pensamento estão principalmente sob a dominância da inquietude e da excitação coletiva. Assim que um movimento social se desenvolve, entretanto, seu comportamento, que originalmente foi disperso, tende a se tornar organizado, solidificado e persistente. É possível delinear aproximadamente estágios na carreira de um movimento social que representam essa organização crescente. (BLUMER: 1939, p. 259).

Blumer utiliza a teoria do comportamento coletivo para analisar os movimentos sociais destacando o objetivo inicial de alteração de fatos e fenômenos sociais dos movimentos e sua estruturação progressiva em uma organização social, com princípios, propostas, cultura e ações organizadas a partir de comportamentos do grupo. O que Blumer define como comportamento coletivo, torna-se ação coletiva no âmbito dos movimentos sociais. Sua definição de movimentos sociais aborda:

Social movements can be viewed as collective enterprises seeking to establish a new order of life. They have their inception in a condition of unrest, and derive their motive power on one hand from dissatisfaction with the current form of life, and on the other hand, from wishes and hopes for a new system of living. The career of a social movement depicts the emergence of a new order of life. (BLUMER, 1969; p 99).

Podemos observar algumas questões na definição de Blumer: muitos fenômenos sociais apresentam-se como construções coletivas, porém não configuram movimentos sociais. Outra questão é “emergir como nova forma de vida”, o que em princípio distingue os movimentos de outras ações coletivas que não buscam resolver os problemas que causam as inquietações e insatisfações do coletivo. Além disso, a abordagem define que os movimentos são dinâmicos e estão em uma trajetória temporária social.

O autor destaca dois principais tipos de movimentos sociais que são: gerais e específicos. Todos os tipos partem da inquietude de indivíduos insatisfeitos. O tipo geral passa pela busca de novas concepções do Self aos agentes sociais por iniciarem com insatisfações em relação a temáticas generalistas para a sociedade como educação e saúde. Nessas situações o movimento social surge, pois há uma insatisfação e ao mesmo tempo novos anseios por parte de indivíduos para uma reorientação do self dos agentes sociais. Os movimentos sociais específicos definidos pelo autor são principalmente os movimentos “reformistas” e “revolucionários” com objetivos e metas bem definidos.

Ao desenvolver a teoria sobre as carências sociais, Blumer traz para seus trabalhos a situação de inquietação social e as proposições sobre sua ocorrência: insatisfações, desejos e esperanças individuais. Blumer compreende os movimentos como organização social transitória entre a estrutura de uma comunidade e a de uma sociedade. Metodologicamente dividiu os movimentos em três categorias de análise: genéricos, específicos e expressivos. Os movimentos genéricos advêm de demandas iniciais mudanças psicológicas e individuais (no âmbito das tendências culturais) que desencadeariam motivações levando ao aparecimento dos movimentos. Os indivíduos e suas novas concepções sobre si e o seu pertencimento em relação a vida levariam a insatisfações, choques e motivações para mudanças. Por serem movimentos atrelados as mudanças culturais eles seriam indicadores de transformações, iniciando uma jornada social na qual líderes portariam novas vozes e eliminariam resistência. São exemplos desse tipo de movimento: operário, jovens, das mulheres, etc.

Os movimentos específicos trabalham com demandas cristalizadas a partir de organizações já estruturadas e com lideranças bem definidas. São movimentos com trajetória, no qual a necessidade de mudança e a definição dos objetivos já fora internalizado, e o estágio atual é o de desenvolvimento de táticas, regras e formas de ação. Há por parte dos membros desses movimentos a consciência do coletivo, o estabelecimento de regras, valores e princípios. São movimentos de cunho reformistas ou revolucionários. Os objetivos dos movimentos reformistas são mudanças pontuais no status quo baseados nos seus códigos éticos de atuação sem a destruição das instituições estabelecidas e persuadindo a opinião pública, enquanto os movimentos revolucionários buscam a completa mudança na ordem social e por isso não seguem padrões ou preceitos morais e éticos e se opõem as instituições existentes.

Segundo Blumer os mecanismos que levam os movimentos a se organizarem e evoluir em direção a organizações e que são responsáveis pelo sucesso dos movimentos sociais são:

- Agitação: auxilia no desencadeamento dos impulsos que levam as ações iniciais do movimento.
- Desenvolvimento do *Espirit de Corps*: sentimento de pertencimento e identificação com o grupo. Este desenvolvimento pode se formar a partir de três caminhos: Por meio de grupos de uma mesma categoria (ex: operários), por meio de ideias e experiências comuns (abolicionismo) e por meio de eventos cristalizadores de ideias (reuniões, cerimônias, encontros, etc).
- Desenvolvimento de uma moral: criação dos mitos, símbolos, personagens carismáticos e o culto.
- Formação de uma ideologia: são as doutrinas e princípios de um movimento elaborados e difundidos pelos líderes.
- Desenvolvimento de táticas: pensar na adesão, na permanência dos indivíduos ao movimento e nos objetivos que o movimento busca alcançar.
- Movimentos expressivos, também chamados de movimentos da *Moda* por Blumer, são movimentos que não reivindicam mudanças e sim a divulgação de comportamentos expressivos a serem cristalizados pelos indivíduos, e pela mídia.

Permanecendo no panorama da escola de Chicago é preciso contemplar à esta pesquisa os estudos de Erving Goffman, mesmo que este trabalho não se proponha a utilizar a análise dos *Frames* há que se destacar algumas proposições. Goffman (ano) buscava compreender a definição de situação, como um ato de conduta autodeterminado, com estágios de exame e deliberação. Os meios de comunicação estariam a consolidar as visões dominantes para o estabelecimento das situações sociais. A mídia seria legitimadora de determinadas situações. Goffman desenvolve o conceito de situação social que, em suas análises serve de base para os estudos dos movimentos sociais. O autor baseia-se na utilização da compreensão dos “marcos referenciais significativos e estratégicos da ação coletiva” conhecido como *Frame Analysis* para a observação da situação social. “O funcionamento dos movimentos sociais permite a construção de frames (quadros referenciais) e a análise do discurso (*frame contest*)”. A teoria de Goffman define o *Frame* como instrumento de seleção da percepção situacional, sempre levando em conta as intenções e percepções dos indivíduos envolvidos na situação. O conceito de frames é profícuo às análises dos movimentos sociais ao diminuir as visões dicotômicas sobre as situações quando propõe análise do quadro com variadas abordagens epistemológicas. O estudo de frames insere no contexto dos movimentos sociais referências de participantes dos movimentos, receptores da mensagem, influenciadores, ou seja, a visão de diversos atores relacionados ao movimento de estudo.

1.7. Paradigma Europeu: Os Novos Movimentos Sociais

Será no paradigma dos estudos europeus, sobre os movimentos sociais que algumas luzes são lançadas sobre questões mais relevantes sobre o objeto de estudo movimentos sociais e sua relação com a vida moderna que não foram elucidadas pelas teorias norte-americanas. Os estudos realizados na Europa vão enfatizar os elementos culturais e processos de criação de identidade dos movimentos sociais para além das lutas e estruturas estabelecidas (TOURAINE, 1989; MELUCCI, 1996). Os Novos Movimentos Sociais (NMS) são objetos de análise da corrente teórica europeia que a partir dos anos 60 analisa os movimentos negando a visão funcionalista da cultura buscando compreender novas formas de participação da sociedade e a construção das identidades coletivas.

Na Europa antes de 1960 apresentam-se as abordagens de cunho marxistas que trabalhavam conceitos como experiência coletiva, organização popular, cultura política, projeto político e movimentos sociais urbanos, com categorias de análise como: interesses de classe, lutas e consciência política. Os paradigmas europeus, após os anos 60 expõem dois eixos metodológicos: a abordagem Neomarxista e a abordagem dos Novos Movimentos Sociais (NMS). Os dois grandes grupos de eixos metodológicos: de um lado as abordagens neomarxistas e de outro a culturalista-acionalista reconhecida como Novos Movimentos sociais (NMS).

As abordagens sobre Novos Movimentos Sociais centram-se nos processos da vida cotidiana em explicações conjunturais, culturais e políticas com destaque para as categorias de análise como: identidade, autonomia, subjetividade, atores sociais, cotidiano, representações e interação política. A abordagem neomarxista, não será arcabouço teórico deste trabalho, em suma ela se refere a revisões das teorias marxistas com a análise a partir do campo econômico subjugando as demais esferas como a política e a cultural às questões econômicas.

1.8. Os Novos Movimentos Sociais (NMS): compreender o que há de novo nos Novos movimentos sociais

A corrente teórica dos Novos Movimentos Sociais apresentou revisões nas abordagens anteriores sobre o tema e influenciou as pesquisas em diversos países. Com ênfase no processo político das mobilizações e nos alicerces culturais apresenta um modelo teórico baseado na cultura ante a visão funcionalista e marxista dos movimentos (do marxismo restou a origem do conceito baseado na questão da ideologia).² Os NMS se organizam a partir da falta de credibilidade de formas tradicionais de participação democrática nas sociedades modernas. Esses movimentos nascem de situações problemas desenvolvidos pelo capitalismo. Os NMS são abordagens alicerçadas na cultura como elemento fundamental aos movimentos, contrários a uma visão funcionalista. Os Novos Movimentos Sociais apropriam e modificam a categoria cultura herdada do marxismo, que passa a ser interpretada como uma nova visão

² Na corrente dos Novos Movimentos Sociais há as linhas histórico-política de Claus Offe com exame crítico a partir das micro-abordagens; a psicossocial de Alberto Melucci; as análises de microestruturas de Laclau e Mouffe, e a linha acionalista de Alain Touraine com investigações macrossociais.

de ideologia fundamental para a compreensão das ações coletivas e suas formas de atuação. A partir do conceito cultural os NMS são compreendidos como forma mais fluida, aberta as novas demandas, permitindo maior participação, com as lideranças atuando diretamente com o grupo, sem hierarquia e de forma espontânea. (GOHN, 2014).

Baseado em ideologia, cultura, lutas sociais, solidariedade e processos de identidade os NMS buscam dar conta de diversos campos como o político e o cultural que atravessam as ações coletivas. A política aparece numa análise da dimensão da vida social eliminando os laços com o viés funcionalista, economicista ou estruturalista das pesquisas anteriores. No paradigma dos novos movimentos sociais o ator da ação é percebido como um sujeito participante de coletivos difusos, aliado entre si de forma não hierarquizada, solidários e comunitários. Suas ações e identidades coletivas são elaboradas por meio da lógica de grupos a partir das interações. A teoria analisa a identidade do grupo e não de indivíduos. São coletivos mais pragmáticos sem a definição de papéis, com pluralidade de ideias e valores, com construções identitárias que reivindicam em decorrência da insatisfação com as possibilidades de participação das decisões na esfera pública.

Os novos movimentos delineiam o cenário das manifestações contemporâneas, porém, sem responder como é possível observar e categorizar a produção de novos códigos culturais produzidos. A teoria dos novos movimentos sociais ao dar ênfase nas construções analíticas e nas representações simbólicas pode não dar conta de explicar como o fenômeno se mantém para além dos códigos herdados por formulações anteriores.

A cultura e a política são esferas da análise, identidade coletiva e códigos culturais produtos do processo da ação coletiva que são os movimentos.

Há nos novos movimentos uma tendência a orientação pragmática e a pluralidade de ideias e valores enquanto características ideológicas. Suas táticas de ação podem ser radicais para a mobilização e geração de ruptura. A resistência pode ser de forma de desobediência e até mesmo de violência.

Recusam a política direcionada ao Estado para priorizar os direitos sociais e o bem-estar. A teoria dos NMS busca compreender as ações coletivas para além das estruturas, da ação de determinadas classes e do âmbito macro das questões sociais. Os NMS são nomeados como Novos por não seguirem uma base de análise de classes dos considerados “antigos movimentos”, por terem interesses difusos e envolverem novas formas de politização de novos temas. Melucci (1996) inclui que a nomenclatura demonstra o caráter aberto das pesquisas acerca dos

movimentos. Cohen (1985) explora que o novo está na tomada de consciência pelos atores sociais que elaboram identidades e novas relações de poder na sociedade. Ainda sobre o caráter de novidade:

Uma das contribuições da abordagem contemporânea dos Novos Movimentos Sociais foi ter chamado a atenção para o significado das mudanças morfológicas na estrutura e na ação dos movimentos, relacionando-as com transformações estruturais na sociedade como um todo. As mudanças são, portanto, fontes dos movimentos. Mas o conceito de NMS seria difícil de elaborar por se tratar mais de uma forma de abordagem do que de uma teoria propriamente dita. (Johnston, Larãna e Gusfield, 1994; p6)

Segundo Mouffe (1988) a novidade também é resultado dos comportamentos derivados do capitalismo tardio, seu processo de consumo de massa, de homogeneização da cultura e da difusão dos meios de comunicação massivos.

O paradigma de análise dos novos movimentos sociais se constitui de conceitos fundamentais como o conceito de identidade coletiva. O sujeito faz parte de um coletivo difuso e é visto como um ator social, sem hierarquias, lutando pelo acesso aos bens da modernidade e impondo críticas aos efeitos nocivos. Neste paradigma, ações coletivas e identidades coletivas são dois conceitos de análises dos atores sociais. A categoria de identidade é iniciada nos estudos de Turner e Klapp (1969) e influenciam tanto o paradigma norte americano quanto os europeus. A identidade é criada por um determinado grupo baseada em valores e não em estruturas ou características individuais (paradigma norte-americano). Os conflitos internos ou externos aos movimentos são vistos como parte do processo da construção de sua identidade.

Melucci (1996) é um dos teóricos a debruçar-se sobre a ação coletiva. Para ele é a autodefinição e o estabelecimento de um relacionamento do grupo com o meio. Um processo que envolve interação, negociação e oposição. Os movimentos se desenvolvem a partir da construção de identidade coletiva e da ação coletiva.

Sobre a mobilidade e então dificuldade de compreender e analisar os movimentos sob a ótica dos Novos Movimentos, Melucci (1996) define os movimentos como construções analíticas na qual suas ideias fazem se presente na representação, no imaginário e nas relações modificadas que suas ideias estabelecem (por exemplo, o movimento feminista). Os NMS são considerados processos históricos sociais temporários que desencadeiam novos códigos culturais.

As bases conceituais sobre os NMS parecem ainda não estar completamente concretizadas. Não há definição de categorias de análises teóricas estabelecidas em relação ao fenômeno, porque os movimentos são processos sociais que geram novos códigos culturais que não necessariamente continuam a ser representados pelo processo ou para todos os tipos de movimento. Podem se ausentar do cenário social de liderança, militantes e movimento, esgotando as ações e o que permanecem são os resultados (os códigos culturais promovidos). O que parece ser possível é o diagnóstico das manifestações que geraram movimentos sociais e as análises dos códigos e mudanças geradas pelos NMS. A análise dos códigos perpassa pelo entendimento da comunicação dos movimentos, foco deste trabalho. A ausência de elementos concernentes à fundamentação teórica dos NMS fez com que alguns teóricos aproximassem suas visões do paradigma norte-americano, assim como esta pesquisa, para determinar a fundamentação e categorias de análise.

A relação dos NMS com as diversas instituições (Estado e Mídia) são estabelecidas para ampliar e pressionar suas reivindicações. Não buscam alianças de cooperação com Estados. Os meios de comunicação são utilizados como ferramenta pelos NMS para mobilizar a opinião pública em favor de suas demandas e na pressão por mudanças.

O presente trabalho não colocará foco nos NMS como parte do paradigma europeu que promovem uma reconstrução teórica decorrente das teorias clássicas da ação social de autores como Weber e Durkheim. Tal formulação paradigmática utiliza conceitos do funcionalismo norte americano (elementos como raça, nacionalidade, cor, etc) e resgata a função das lideranças para explicar os preceitos básicos da ação social. (GOHN, 2014). Entretanto, esta pesquisa se afasta da proposta ao optar por não desenvolver uma visão funcionalista dos movimentos.

Outra fonte teórica sobre os NMS são os autores da Escola de Frankfurt com destaque para Jürgen Habermas (1981). Com sua visão interpretativa da vida cotidiana, Habermas contribuiu para os estudos dos NMS ao elencar as dimensões distintas da esfera da vida. São tradições e pressupostos utilizados pelos indivíduos em sua vivência cotidiana. A esfera da vida é estruturada pela cultura, sociedade e personalidade que permeiam os indivíduos que partilham seus códigos culturais por meio do agir comunicativo. Há uma relação direta entre a ação comunicativa e o mundo da vida, na qual a ação reproduz as estruturas simbólicas da esfera da vida cotidiana (cultura, sociedade e pessoas).

Habermas desenvolve nos anos de 1980 a *teoria do agir comunicativo*, afastando suas visões das justificativas anticapitalistas. Habermas busca aprimorar o conceito de racionalidade, tão caro à teoria crítica, por meio dos fundamentos nos processos comunicativos sociais. Para ele a racionalidade se estabelece a partir do uso comunicativo que produz a compreensão e o saber. (1984). A racionalidade da linguagem cotidiana está expressa em critérios universais cujas razões podem ser contestadas por meio da veracidade da informação, ou seja, a verificação dos fatos; da correção normativa dos atores sociais e suas relações interpessoais e da autenticidade que envolve as experiências situacionais do indivíduo.

Em síntese, podemos dizer então que, para Habermas, a *ação comunicativa* surge como uma interação de, no mínimo dois sujeitos, capazes de falar e agir, que estabelecem relações interpessoais com o objetivo de alcançar uma compreensão sobre a situação em que ocorre a interação e sobre os respectivos planos de ação com vistas a coordenar suas ações pela via do entendimento. Neste processo, eles se remetem a pretensões de validade criticáveis quanto à sua veracidade, correção normativa e autenticidade, cada uma destas pretensões referindo-se respectivamente a um mundo objetivo dos fatos, a um mundo social das normas e a um mundo das experiências subjetivas. Para construção deste conceito, ele se baseou no interacionismo simbólico de Mead, no conceito de jogos de linguagem de Wittgenstein, na teoria dos atos de fala de Austin e na hermenêutica de Gadamer. (Pinto, 1994)

A sociedade moderna é marcada por um processo de evolução social baseado num crescimento de um sistema complexo e mundo da vida que não consegue manter o seu papel de integrador social por meio da prática comunicativa cotidiana. Esse processo demanda maiores entendimentos mediados pela comunicação o que sobrecarrega os processos comunicativos. Este processo chamado por Habermas de *Colonização do mundo da vida* produz formas periféricas às estruturas e o deslocamento de zonas conflituosas. Caberia aos NMS lutar para transformar o processo de colonização da vida. Os NMS estariam preocupados com a construção da linguagem das novas formas de vida (HABERMAS, 1981). O autor classifica os NMS em duas categorias de análise: os defensivos e os ofensivos. Os defensivos visam à manutenção de direitos éticos, morais e culturais enquanto os ofensivos buscam ganhos e ampliação da atuação dentro da estrutura político-social. Habermas defende a existência de uma arena pública capaz de produzir cultura política e novas linguagens de vida. Por escolha, este trabalho irá abordar no capítulo seguinte as questões relacionadas à esfera pública Habermasiana.

1.9. Reconhecimento e identidade na construção dos movimentos sociais

Na esfera política, as teorias sobre os movimentos sociais versam sobre questões concernentes aos conflitos e estrutura da esfera pública democrática. Nas teorias abordadas neste trabalho sociedade civil, ação coletiva e solidariedade são conceitos que compõem um aparato epistemológico complexo sobre os movimentos e comunicação política. Para além das diversas teorias abordadas anteriormente este estudo destacará conceitos pertinentes à reflexão sobre movimentos sociais num contexto de democracia na área da comunicação política.

O cenário das sociedades modernas apresenta Estados que recuam do dever de atender as demandas cidadãs, de promover as políticas públicas de reparação das desigualdades estruturais, das diferenças sociais, culturais e simbólicas no seu esquema de representação evitando privilégios e assegurando justiça social (TELLES, 1985).

Historicamente, na vida urbana a heterogeneidade e a desigualdade constituem-se como características marcantes do espaço público social. Alguns indivíduos (por exemplo, mulheres, negros e trabalhadores), somente são reconhecidos como sujeitos na esfera da vida, pois na esfera pública burguesa são excluídos, sem voz, sem participação e sem direitos; um processo que produz carências não atendidas pelos Estados e não reconhecidas pela sociedade. (DURHAM, 1984).

Habermas influenciou o debate sobre a teoria democrática e esfera pública nos diversos campos e literaturas modernas e pós-modernas estruturando, inicialmente, a formação da esfera pública dos séculos XVII e XVIII em torno de argumento crítico, e não na identidade dos argumentadores. A esfera pública é o âmbito da vida social que abrange os interesses de uma coletividade expostos por meio de argumentação e discurso. Há um processo de consentimento em prol do consenso sobre as questões de interesse público. Para Habermas (1999), a esfera pública apresenta como característica fundamental a ação comunicativa, a racionalidade e razoabilidade no processo de argumentação e discurso, por isso a participação na esfera pública deve seguir tais princípios. Porém, inicialmente seus estudos apresentavam uma esfera pública composta de estreitos segmentos

da população europeia, que não representava o interesse de toda a população excluindo da participação do debate mulheres e trabalhadores.

A esfera pública moderna nasce com a burguesia que possuía posição chave na economia, mas que em princípio estava excluída de outros âmbitos de poder exercidos pela igreja e o Estado. Na esfera pública burguesa as razões práticas para a tomada de decisões foram institucionalizadas por meio de normas de discursos fundamentados em argumentos (e não no estado ou tradições). “Uma esfera pública adequada a uma democracia depende da qualidade do discurso e da quantidade de participação” (Habermas 1999). Mas, a esfera públicamoderna modifica-se a partir das mudanças da sociedade. Para Habermas (1999), os indivíduos autônomos participariam das ações discursivas que promovem a transformação da esfera pública. O papel do estado se modifica assumindo as responsabilidades que antes faziam parte da esfera privada. Com o avanço dos direitos sociais, com destaque para o século XX, as camadas mais pobres (principalmente de trabalhadores desfavorecidos) lutam por participação na esfera pública de debate e ampliam sua participação nas sociedades democráticas.

Há que se destacar a importância do que Habermas chama de mundo da vida, o mundo da sociabilidade. É no mundo da vida que os indivíduos encontram a possibilidade de racionalizar e se mobilizar para mudanças. É o plano das relações de sociabilidade, construção das ideias. Indivíduos compartilham tradição cultural. É a partir desse mundo privado que o indivíduo constrói ferramentas para buscar atendimento às suas necessidades no espaço público. O indivíduo moderno, um cliente do Estado, com acesso à educação formal consegue articular a construção de nova cultura política que irradia para o espaço público discursivo gerando conquistas de direitos e transformações estruturais. Racionalizar e questionar o mundo da vida foi um passo importante para os indivíduos modernos para descolonizar o mundo da vida. Descolonizar esse mundo passa pela busca de direitos dos indivíduos que não apresentam as identidades contempladas na esfera pública democrática. O que passa a mudar o sentido da ação do indivíduo provocando novas formas de sociabilidade nas democracias modernas e mudanças estruturais. A partir da construção da subjetividade (por meio de processos como alfabetização, escolarização, etc) o indivíduo se emancipa e elabora ferramentas para ações coletivas para demandar mudanças no mundo da vida social.

O espaço público se constitui democraticamente quando as diferenças de demandas podem ser expressas e representadas em um processo de negociação.

A esfera pública é importante porque é nesse espaço que as relações sociais são construídas, nesse espaço que as identidades devem ser reconhecidas e legitimadas.

Os indivíduos com identidades não contempladas forçam a ampliação e o surgimento de novos espaços públicos. As mudanças na esfera pública passam por criação de novos arranjos sócio-políticos o que as tornam estruturais.

As identidades sociais são elaboradas a partir do mundo da vida, das ações coletivas para impactar na esfera pública democrática e até mesmo nas relações dos indivíduos com o Estado. Há normas reconhecidas pelos indivíduos que se organizam para atuar como membros de um grupo (sociedade), e ao compartilhar as normas as pessoas se integram. São formas de sociabilidade e regras de reciprocidade demandadas da vida em sociedade que constroem vínculos entre os cidadãos. As práticas e interações sociais se reproduzem a partir dessas regras baseadas em justiça social.

Uma questão de destaque nesse processo é a coletividade, conceito compreendido por meio das carências comuns dos indivíduos. Os indivíduos sociais se organizam, se articulam a partir de necessidades comuns que são caracterizadas como as carências. São pessoas das mais heterogêneas que se tornam iguais ao apresentarem a mesma carência. As carências coletivas caracterizam a flexibilidade das ações sociais e de movimentos: há diversos tipos e níveis de carência nas diversas sociedades dependendo sempre dos atores sociais, da esfera de participação na esfera pública e no nível de justiça social e de representação dos indivíduos.

Essa vivência de comunidade, isto é, de coletividade de iguais criada pela ação conjunta de todos, se dá numa dimensão própria que implica uma novidade muito importante: o reconhecimento da pessoa num plano público e não privado. (DURHAN, 1984; p10)

Na medida do reconhecimento dos direitos, não apenas aqueles estabelecidos no âmbito das leis, mas sim no modo como as relações sociais se estruturam, estabelecem uma forma de sociabilidade ordenada pelo reconhecimento dos interesses de todos como válidos e legítimos. A identidade política se constrói no processo de luta perante a sociedade. As identidades coletivas são processos de socialização que podem variar em contextos e conjunturas diferentes.

O conceito de sociedade civil apresenta rica quantidade de interpretações à luz da teoria social. O conceito moderno abrange a ideia de associação livre de

dominação de indivíduos que comunica e estabelecem objetivos e normas de ação comuns que regulam seus interesses norteados pelo princípio de justiça social. São formas de ação normativas e pluralistas, há autonomia individual, moral e social. Passa-se a buscar a mudança de padrões existentes, há a inclusão de demandas e de legitimidade das necessidades de indivíduos não representados e excluídos do processo político-social.

Para Cohen e Arato (1999) é na mediação entre família e Estado os interesses dos indivíduos poderiam ser conquistados e demandados. A questão da identidade na teoria social reúne o essencialismo, a existência de identidades fundamentais no processo social (como por exemplo, a ideia de nação). Mas que sozinha não comporta as mudanças da sociedade complexa da atualidade. Adiciona-se a defesa do construtivismo, que permite que as análises não sejam essencialistas ou desfragmentadas em demasia. É preciso levar em conta marcadores primordiais e essenciais para a sociologia (como classe e gênero).

A identidade é construída de maneira coletiva e é preciso que haja a legitimação para determinado público ter o direito de participação e de justiça social. Os movimentos sociais lutam por reconhecimento de identidades e visibilidade.

É fundamental a caracterização das ações coletivas para compreensão da construção das identidades coletivas e das ações de movimentos sociais. No estudo dos fenômenos coletivos o sociólogo Melucci (1996), afirma que os modos por meio dos quais as ações se constituem são relevantes para a compreensão dos fenômenos. Melucci (1996) classifica os movimentos como categorias de análise e não como fenômeno empírico. Os movimentos são caracterizados por questões de identidade, solidariedade e de quebra de limites de um sistema. Sua ênfase na identidade e na cultura coloca-se pela visão da existência da dominação simbólica das sociedades atuais, criticando a simplificação numa visão sobre motivação política. Os processos de mudanças da vida social geram conflitividade e ação coletiva é proveniente de grupos não contemplados nas questões sociais, culturais e econômicas. Melucci (1996), ao analisar a vida social e suas dimensões individuais e a experiência subjetiva traduz a sociedade atual como complexa, planetária, globalizada e por outras interpretações que demonstram a dificuldade de abarcar os fenômenos da vida social de forma singular. O autor afirma que os processos sociais são resultados de escolhas, ações e decisões. O agir coletivamente é produtos das crenças e representações dos atores sociais. Os atores reagem a disfunções do sistema social produzindo representação coletiva, por meio da qual os indivíduos participantes da ação social se reconhecem.

Melucci problematiza a questão da formação do ator coletivo, como atores constituem parte de um “nós” e produzem identidade coletiva. De acordo com o critério metodológico do autor a unidade é elemento essencial da ação coletiva e dos movimentos sociais, é resultado de processos sociais heterógeno, e não somente de motivações individuais dos atores. É preciso considerar a formação da unidade e o sistema de relações sociais o qual a ação pertence.

Outro ponto abordado pelo autor é que os movimentos sociais não são respostas a uma crise e sim a expressão de um conflito ou de consenso entre atores. A crise refere-se a uma disfunção e desagregação do sistema. O conflito supõe integração a partir de enfrentamento de atores, um sistema comum de referências e uma questão sendo posta em jogo. O conflito permite o resultado de novos arranjos sociais, permitindo que questões socioculturais, antes restritas a esfera privada, sejam colocadas na esfera pública assimilando indivíduos e suas necessidades. São questões coletivas existentes internamente que põem em descrença a legitimidade estabelecida no sistema social.

Um movimento social é uma ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere. (MELUCCI, 1996; p.35)

Porém, somente o conflito não é capaz de constituir o fenômeno da ação coletiva, há que se ultrapassar os limites do sistema social impostos desestabilizando as ordens normativas.

O mundo da vida organizado produz mudanças nos padrões de solidariedade e nos padrões normativos de acordo social.

As reivindicações dos indivíduos são definidas a partir da percepção das carências comuns que caracteriza o movimento e a solidariedade. A coletividade possível é definida a partir das carências dos atores (carência coletiva).

Na teoria social os papéis foram um avanço na compreensão da vida social. Há vários grupos sociais lutando por identidade e legitimidade. Calhoun (1994), conceitua a construção da identidade alertando para os perigos, de um lado o essencialismo da ideia de comunidade e a fragmentação da identidade, e de outro as perspectivas dos estudos culturais com a concepção de identidade fluida e fragmentada. Sem descartar de todo o essencialismo na definição das identidades, por compreender que existe identidades essenciais, como por exemplo, a ideia de nação e adiciona o construtivismo, Calhoun (1994) defende que a identidade é construída de maneira coletiva e que é preciso que se torne

legítima para determinado público.

Taylor (1995), pioneiro nos estudos sobre a teoria do reconhecimento, aborda a questão da luta por reconhecimento, por meio da ideia essencial de justiça social. A sociedade precisa estabelecer acordos sociais no qual o princípio da justiça social seja basilar.

Gohn (2017) ao destrinchar os novos e novíssimos movimentos sociais apresenta uma reflexão de que há um crescente questionamento sobre a solidariedade. No século XXI a demanda por justiça permanece, mas regimes de extrema direita, modelos neoliberais impedem o avanço do alargamento das conquistas sociais de atores excluídos historicamente.

As políticas de identidade e integração ainda não conseguiram atender ao princípio de dignidade e igualdade para todos os indivíduos em sociedade. Há a necessidade de novas políticas para mitigar os padrões de desigualdade.

1.10. Movimentos sociais em rede

Outro viés epistemológico dos movimentos sociais é a conceituação de redes de movimentos. O presente trabalho, distante de detalhar todas as relativizações sobre redes parte do conceito de redes numa perspectiva de relações entre atores sociais focando na interação como amálgama das relações.

O estudo das redes parte da perspectiva de “mundo pequeno” das cartas correntes para compreender de que maneira as relações sociais estão ligadas umas às outras. A unidade de análise é justamente a interação entre as pessoas. No contexto do desenvolvimento urbano o estudo busca compreender a formação da sociedade complexa e as relações entre os indivíduos. O entendimento da vida urbana se constitui por meio da sociedade complexa que possui uma malha frouxa na qual as pessoas estão longes em termos de pressão sobre um mesmo núcleo.

Segundo Castells (2013) a mudança social dos nossos tempos está relacionada com a atuação dos movimentos sociais em rede. No século XXI apresentam-se uma variedade de movimentos cada vez mais plurais, locais e globais e interdependentes. Neste cenário a dinâmica de redes desempenham um papel estratégico na relação dos atores correlacionando interesses e oportunidades.

Redes são tecidos sociais organizadas por meio de estruturas abertas, de forma ilimitada, permitindo sempre a construção de “nós” (que devem compartilhar os mesmos códigos de comunicação para manutenção e continuidade da rede).

As redes se apresentam como flexíveis, adaptáveis, permitindo que estruturas sociais baseadas em redes sobrevivam facilmente a mudanças e reestruturações.

A rede enquanto conjunto de “nós” que se interligam em múltiplas interações é constituída pela unidade de objetivos de seus participantes e pela característica de flexibilidade e transformação. A grande teia de “nós” que se apresenta na internet e nas redes sociais digitais é organizada de forma flexível, fluida e em constante movimento. Os movimentos sociais, se organizam a partir de identidades coletivas e de vínculos que reúnem os indivíduos.

A organização da sociedade em rede, modifica a experiência nos processos produtivos, na produção de cultura e no estabelecimento das relações de poder³.

As conexões que ocorrem por meio dessas grandes teias se referem-se às relações de poder. A forma como o fluxo de informações ocorre podem representar o domínio privilegiado de instrumentos de poder. Sobre a estrutura social em rede, Castells (2013) alerta para a constituição da rede baseada em indivíduos, que se propõem a fazer algo que vai contra a legitimidade imposta, e que se conectam mentalmente num processo de comunicação baseados na motivação para a ação. O contrapoder deve buscar reprogramar as demandas políticas, sociais, culturais ou até econômicas em busca da cristalização das mudanças sociais. As redes comunicação digitais são horizontais, permitindo um alargamento na produção, reprodução e espalhamento das informações por meio da utilização das tecnologias digitais transformando a espacialidade da comunicação e as possibilidades de atuação dos movimentos.

Castells analisa as relações de poder seja por coerção ou por construção simbólica que constituem a sociedade. O poder molda mentes, formas de agir e a cultura. Porém a sociedade enquanto heterogênea em sua constituição se torna conflitiva em diversas situações o que gera o embate e o contrapoder.

Segundo Castells (2013) as redes sociais digitais da internet, apresentam-se como espaço autônomo, são canais de comunicação não monopolizado e sem interferência direta de Estado, corporações e mídia. Neste ciberespaço, indivíduos formam redes de esperança independente das suas filiações, expõem indignações, e por meio dessas redes, organizam ações para ocupar a esfera pública e reivindicar diversidade e justiça social.

³ Para Castells nas sociedades contemporâneas são constituídas por aqueles que detêm o poder. Esse poder permite a construção de significados e é por meio da conflitividade, que atores sociais se mobilizam para desafiar o poder legitimado para impor a aceitação aos seus próprios valores e significados. (Castells 2013, p.10)

São movimentos culturais com formações dinâmicas que se organizam por meio das redes sociais digitais em busca de transformações sociais. Esses atores atuam baseados em contrapoder. A luta a que se propõem passa construção e aceitação de novos significados em sociedade. Os atores sociais criam significados por meio da interação nas suas redes sociais. Na era digital a ampliação da comunicação e do acesso as ferramentas de informação, base da constituição das redes favorece o compartilhamento de significados de forma global e local e de forma genérica e personalizada concomitantemente.

Segundo Castells (2013) a comunicação digital é realizada em redes horizontais e de forma interativa, colocando o receptor como produtor, selecionador da mensagem, bem como o receptor pode também produzir, refutar, modificar e compartilhar a mensagem, ou seja, há uma autonomia do ator social em relação às instituições e aos meios de comunicação tradicionais que não permitiriam tal interação sem devido controle.

O contrapoder dos movimentos sociais está exatamente na sua atuação em busca da construção de novos significados e mais representação. Para isso, o processo de comunicação digital autônoma, livre de controle, em rede horizontal, Scherer-Warren (2006) atenta para o fato de que a horizontalidade da rede não significa que há a dissolução das estruturas de poder. As estruturas de poder podem se democratizar, mas ainda há a necessidade do estabelecimento de “nós” mais fortes de lideranças e influências para o direcionamento das ações. Estes elos mais fortes são responsáveis pelo equilíbrio das articulações e pela possibilidade dos atores se sentirem participantes ativos envolvidos no processo decisório do movimento.

Castells (2013) analisa movimentos sociais urbanos. Mais do que analisar a inserção do ator na esfera de produção há que se compreender sua inserção na esfera de reprodução abordando a vida social e as subjetividades do sujeito.

O autor aponta para a questão da confiança na atualidade. Indivíduos não confiam mais no Estado que não fornece mais o tripé saúde, educação e segurança. A mídia tornou-se cada vez mais suspeita de manipuladora, e o mercado, com suas organizações cada vez mais voraz pelos seus lucros. Sem confiança, indivíduos tornam-se defensivos, isolados, em luta constante pela própria sobrevivência. Alguns indivíduos, ao reconhecerem suas fragilidades, demandas e necessidades não atendidas, se unem, encontram novas formas de ser coletivo em busca de esperança de novas perspectivas de vida.

Movimentos sociais os quais as mobilizações iniciam por meio da internet, irradiam indignação e esperança.

Castells ao analisar os movimentos sociais do século XXI destaca que a falta de confiança foi um dos motivos que desencadeou as manifestações que aconteceram nos últimos anos pelo mundo

A confiança desvaneceu-se. E a confiança é o que aglutina a sociedade, o mercado e as instituições. Sem confiança nada funciona. Sem confiança o contrato social se dissolve e as pessoas desaparecem, ao se transformarem em indivíduos defensivos lutando pela sobrevivência. (CALSTELLS, 2013. p7)

Neste cenário de múltiplas transformações apresenta a sociedade em rede com novos arranjos de distribuição da informação. As redes se configuram por meio de articulação de indivíduos que se identificam por meio de valores e objetivos em um processo de combate e lutas por transformação social.

A teoria da sociedade em rede busca compreender o espectro da ação do movimento. A articulação entre atores é fundamental para ampliação da visibilidade das lutas e geração de impacto na esfera pública. Por meio da articulação os movimentos estabelecem dois caminhos: um de legitimação da esfera de mediação, por meio de ações como fóruns, encontros num estabelecimento de relação com o Estado, buscando com e por ele atendimento das ações. E por outro caminho o de agente autônomo da sociedade civil, atuando por meio de articulação em rede em espaços não hierárquicos, autônomos e de comunicação horizontal.

1.11. Os estudos dos movimentos sociais e a perspectiva da comunicação

Sem comunicação não há movimentos sociais, pois é a partir da interação, identificação e instituição do repertório de ação que os movimentos se definem.

Desenvolver pesquisas sobre os movimentos deveria invariavelmente levar a compreender as estratégias de comunicação dos movimentos, a comunicação de mobilização dos movimentos e a comunicação organizacional. Nem sempre esta questão fica evidente nas construções teóricas sobre os movimentos. O repertório de ação, envolve a interação, o domínio e a propagação das ações por meio da comunicação interativa e cotidiana dos atores sociais.

Compreender a dinâmica da comunicação nos movimentos sociais por meio do conceito e história dos movimentos é um desafio diante da pluralidade de

conceitos e visões que estruturam o fenômeno. A comunicação parece ser compreendida como inerente e espontânea das mobilizações, da ação e das articulações do tecido social dos movimentos. É por meio da construção política e simbólica que a comunicação assume status de processo fundamental na luta dos movimentos sociais. Desta forma, o capítulo seguinte irá discutir, por meio dos eixos da comunicação e política quais estratégias a sociedade civil, em específico os movimentos sociais assumem num contexto democrático contemporâneo no qual os meios de comunicação de massa tradicionais e a comunicação digital se complementam.

2. Comunicação e movimentos sociais numa esfera pública democrática

Iniciaremos este segundo capítulo com o debate teórico de conceitos do campo da comunicação e política que envolvem as ações coletivas na esfera pública democrática e a comunicação. É profícuo compreender em que medida o campo das lutas democratizantes se beneficia com as transformações nas dimensões política, sociais, econômicas e culturais num cenário de sistemas híbridos de mídia e quais as consequências dessa mudança para os movimentos sociais. Objetivamos especificamente, nesta seção, uma discussão sobre democracia, esfera pública, para um posterior desdobramento de análise da transformação da comunicação num contexto de novas demandas de ação social. A seção delimita ainda o contexto sistemas híbridos de mídia, sua relação com o Estado e com a sociedade civil. Para discorrer sobre tais assuntos a pesquisa se fundamenta nas teorias sobre a esfera pública e os estudos das teorias da comunicação com óticas culturais.

Para responder à questão de quais as consequências da comunicação política pós-moderna para os movimentos sociais, devemos iniciar por compreender o campo da comunicação e política num cenário de esfera pública democrática e na relação de estranhamento entre sociedade civil e Estado. Para então adentrar no cenário da comunicação, numa análise das formas de sistemas de mídias e posteriormente verificando de que forma a comunicação transforma os movimentos sociais contemporâneos.

2.1. Apontamentos sobre a Democracia

No campo de estudo de pesquisa em comunicação e política este trabalho buscará traçar o caminho da compreensão das arenas públicas disponíveis no cenário democrático de atores da sociedade civil, em específico os movimentos sociais.

É em busca de novos projetos alternativos para a manutenção democrática que parte das lutas políticas parecem se desenrolar na atualidade. As políticas neoliberais abriram um cenário de Estado mínimo e uma sociedade civil que

assume as responsabilidades sociais. Com velocidades diferentes, os movimentos sociais conseguem transformar suas agendas em políticas públicas e em pautas de debate, modificando diversos momentos o significado de cidadania, participação e da representação.

Segundo Gomes (2008) no campo da comunicação política podemos destacar três atores: o poder político, a mídia e o restante da sociedade civil. Indivíduos que compõem a sociedade civil e atores em coletivos podem usar a comunicação digital como espaço de organização de ações, espaço de visibilidade, de ensino e mobilização. Maia (2008) compreende que a internet pode ser ferramenta do processo democrática, entre outras situações, quando permite participação política e se torna meio de comunicação pública para demandas e reivindicações represadas.

No cenário das democracias o conjunto dos meios de comunicação são entendidos como mediadores da comunicação política permitindo, ou dificultando o acesso de cidadãos às questões públicas e as informações necessárias da vida cívica.

É necessário compreender os movimentos sociais a partir do campo da comunicação e política e a ação social como prática política democrática. Prática que envolve uma construção de uma cultura cívica comum, com ações de reivindicação sobre os direitos sociais.

Partindo de uma compreensão epistemológica de democracia, por meio dos estudos do campo da comunicação e política é possível afirmar que as formas democráticas de governo devem criar um cenário possível de atuação reivindicatória da sociedade civil na esfera pública. Quando nem o Estado, nem partidos políticos, ou instituições governamentais incluem as demandas da sociedade civil, os cidadãos podem se organizar por meio de ações coletivas para reivindicar por espaço e direitos

Democracia significa uma forma de governo na qual, em contraposição às monarquias e às aristocracias, o povo governa. A democracia implica um Estado em que existem alguma forma de igualdade política entre o povo. (HELD, 1987, p.1.)

Em princípio, num regime democrático, as reivindicações são ações possíveis que permitem, num cenário de descontentamento a participação dos cidadãos em relação às questões que impactam suas vidas. Quando há discordância sobre as possíveis decisões, sobre a vida pública ou sobre a

legitimação das ideologias dominantes os indivíduos possuem liberdade para mobilização, organização e reivindicação.

A democracia, na visão de Habermas (1999) deve ser vista num contexto pluralista, incluindo a necessidade de procedimentos para o estabelecimento da comunicação dos cidadãos e da interpenetração entre a tomada de decisão e da opinião pública. Os mecanismos que sustentam a democracia passam pela construção da esfera pública burguesa habermanisana. Estado de direito, imprensa livre, voto universal, são raízes e herança da esfera pública burguesa moderna.

Na tríade democrática, apresentada aqui de forma concisa, os modelos de democracia envolvem os meios de comunicação como parte do sistema de funcionamento do sistema político. A democracia liberal defende meios de comunicação que servem vigilantes ao cidadão para livrá-lo da tirania do Estado e permitir que se mantenha a autonomia do cidadão privado, seus direitos e liberdades como de expressão e de opinião. A democracia republicana, na qual os meios de comunicação cumprem o papel de reforço cívico de um cidadão com participação e engajamento cívico contínuo. E o modelo deliberacionista que pressupõe uma arena discursiva para intermediar a relação entre Estado e sociedade. (GOMES, 2008). A existência da esfera pública do debate está vinculada a uma comunicação de massa que permita a busca do consenso.

No cenário democrático, as tecnologias podem favorecer ou dificultar o processo de engajamento civil. Entretanto, para o fortalecimento de democracias é necessário bem mais que estruturas e oportunidades comunicacionais e de tecnologias bem estabelecidas. Em um sistema democrático no qual o cidadão possui acesso às informações e tem a possibilidade de ser fonte e emissor de mensagem, as lógicas de transformações social, política e econômicas podem estar ligadas as ações da sociedade civil organizada. A seguir iremos detalhar o espaço da esfera pública, os atores civis em rede numa discussão sobre as possibilidades de transformação social.

2.2. A esfera pública burguesa

Habermas ao abordar a constituição da democracia alerta para três características: a existência de uma esfera pública na qual cidadão e Estado se vinculam, a presença de cidadão livres e com autonomia privada e a possibilidade de inclusão e de igualdade dos cidadãos. É nessa esfera que homens

desprovidos do poder estatal, argumentam sobre questões publicamente relevantes como o debate sobre a atividade econômica, antes privada, numa tentativa de frear a atuação do estado e emancipar as demandas burguesas.

A esfera pública estrutura-se por meio de um público de pessoas privadas num debate racional, argumentativo e dialógico. Esse é o espaço onde todos deveriam ter a chance de introduzir-se e participar, a esfera pública não deveria ser excludente.

Para Habermas (1999) uma esfera pública democrática está vinculada à qualidade do discurso e ao grau de participação para a tomada de decisões. Nesta perspectiva, a lógica da ação coletiva deve ser compreendida por meio do modelo discursivo na esfera pública democrática. A existência do espaço de participação promove o poder de articulação dos indivíduos da sociedade civil. Nesta orientação perfaz a possibilidade de constituição de um espaço de contestação e de solidariedade por meio dos espaços comunicativos. As disputas e confrontos são elaborados e organizados pelas ações coletivas dos diversos atores sociais nesses locais (MELUCCI, 2001).

A Esfera pública habermasiana está alicerçada em Estado, economia e esfera da intimidade. A esfera dos privados de acesso às questões gerenciadas pelo poder estatal. É a esfera privada o espaço íntimo das subjetividades e das atividades que assumem características de relevância coletiva ou pública.

A esfera pública privada moderna entrou em crise com a mudança da figura do Estado que age em favor do mercado. A esfera privada protetora desaparece para dar lugar a uma esfera pública que não promove ativamente a opinião pública, por não ser mais o lugar de acessibilidade, discutibilidade e racionalidade. As diferenças inicialmente econômicas da burguesia que clamava por participar da esfera pública, passam a ser discordâncias políticas das classes daqueles (burgueses) desprovidos da proteção do Estado e que precisam reivindicar a participação na discussão sobre os interesses públicos.

2.3. A esfera pública política mediada pela comunicação de massa

O surgimento dos meios de comunicação de massa configura o espaço público de discurso e participação concebido por Habermas (1999).

O modelo da esfera pública contemporânea, definido por Habermas (1999) como espaço de contestação, argumentação e uso público da razão passa pela comunicação de massa e atualmente pela comunicação digital. É a partir deste

lugar no qual a palavra é eixo fundamental que a comunicação política deve ser analisada. É uma esfera pública que passa a ser centrada através dos meios de comunicação de massa e da cultura massiva. Esta centralidade provoca mudanças nas estruturas da esfera pública anulando ideal de espaço público moderno, com os mecanismos estruturantes da democracia. Ao ser tomado pelo surgimento das mídias de massa e pela cultura massiva, esse espaço perde a ênfase na função de esfera argumentativa de participação democrática. O público torna-se mero espectador, de participação ínfima nas decisões e escolhas. A comunicação pública que expunha a discutibilidade resume-se então as ações dos meios de comunicação e a cultura simbólica disseminada por esses meios. A mudança estrutural da esfera pública intimamente ligada ao papel da imprensa e da comunicação de massa, no qual o debate perde a centralidade, e a difusão das ideias para a concordância e adesão são propagadas por um modelo de comunicação e manipulação.

As teorias da comunicação desenvolvidas no início do século XX, com destaque para a corrente de pensamento norte-americano intitulada *Mass Communication Research*⁴ apresentam este prisma de transformação. Nesta corrente, os meios de comunicação de massa são concebidos como instrumentos de gestão das opiniões, e a propaganda, parte focal dos estudos, pode servir de ferramenta para desencadear a adesão das massas em apoio aos esforços de guerra e disseminação das ideologias. A teoria Hipodérmica, uma das teorias que compõem o conjunto, baseada no esquema estímulo-resposta da teoria do Behaviorismo⁵ teoria da Psicologia das massas de Le Bon constituía o indivíduo social como um ser amorfo, alvo da onipotência da mídia que atingia com sua injeção de informação resultando em indivíduos passivos e manipulados. (MATTELLART, 1999, p. 37).

Apesar da importância dos estudos norte-americanos deste período, o presente trabalho considera, assim como o diagnóstico de Habermas concretiza que a crise da vida política e apatia dos cidadãos está relacionada a uma conjuntura da esfera pública, dos interesses de mercado e das relações de poder estabelecidas.

⁴ A corrente teórica *Mass Communication Research* é inaugurada em 1927, a partir dos estudos do livro *Propaganda Techniques in The World War*, de Harold D. Lasswell que apresenta uma abordagem dos meios de comunicação como instrumentos de manipulação das opiniões. (MATTELLART, 1999; p37)

⁵ O Behaviorismo originado em 1914 nos estudos de John B Watson e Ivan P. Pavlov nos seus experimentos sobre o condicionamento humano (estímulo- resposta).

“A procura do consenso político pelo livre uso da razão individual teve de retroceder perante o emprego da mídia a serviço da razão de estado e a conversão da atividade política em objeto de espetáculo.” (RUDIGER, 2008, p.141).

Em outro sentido, com as transformações estruturais e ampliações de participação a esfera pública passa a ser também um espaço de pressão. Para Habermas os indivíduos autônomos participantes das práticas discursivas são componentes da virtude cívica que transforma a esfera pública. Neste contexto, a condição para o aparecimento de novos protestos é propiciada a partir da colonização do mundo da vida, o espaço de representação simbólica de produção de subjetividade de interação e de comunicação. O debate, a contestação e a reivindicação são condições fundamentais dos processos comunicativos e discursos promovidos no embate simbólico da esfera pública. É por meio deste modelo discursivo que os movimentos sociais podem operar. Os movimentos sociais estruturam-se na lógica da sociedade civil e da ação social.

No nível da personalidade estão as identidades individuais com a autonomia para fazer escolhas. É no mundo da vida que se encontra a sociedade civil. O mundo da vida é o plano das relações de sociabilidade, das ideias dos sentidos, de sujeitos partilhando códigos culturais em suma: da cultura, da sociedade e da personalidade, parte inerente da sociedade civil. A esfera pública apresenta-se como o espaço de contestação dos argumentos e ideias construídos e internalizados na esfera da vida. Racionalizar o mundo da vida é fundamental para que o indivíduo possa reivindicar novas questões não apropriadas pelo estado. A sociabilidade tem o poder de provocar mudanças. E a partir do mundo da vida que os movimentos podem encontrar a possibilidade de racionalizar e reivindicar por mudanças. Por meio dessa esfera da vida que a cultura política se diferencia de um cenário homogeneizado na esfera pública. Através de cada movimento que participa na esfera pública há uma ampliação da pluralidade da esfera e legitimação da participação.

Habermas ao analisar a esfera pública e relacionar estado e sociedade civil apresenta fundamentação para que possamos compreender os movimentos sociais enquanto ação política na esfera pública. Ao mostrar as tensões nas estruturas internas de uma esfera pública integra a importância dos discursos e da participação.

A esfera pública é compreendida como espaço discursivo. Os movimentos sociais formam novos espaços públicos, e no momento que são considerados

como participantes da esfera pública caminham para a legitimidade de suas ações.

Em suas revisões sobre a esfera burguesa Habermas destaca na transformação da esfera pública a socialização do estado que assume o que antes estava na esfera privada dos indivíduos. A visão da sociedade civil como possuidora de direitos universalizados. A importância do mundo da vida, na qual existe a possibilidade de racionalização e produção de mudanças com o poder de articulação da sociedade civil.

2.4. Desafios contemporâneos das ações coletivas na esfera democrática

Bobbio (1986) expõe desequilíbrios a partir de regras prometidas, mas não cumpridas, pela democracia. Primeiro o autor evidencia a distribuição do poder na sociedade. Alguns grupos possuem o protagonismo da vida política em sociedade em detrimento de diversos grupos que formam as chamadas minorias. Nas sociedades contemporâneas pluralistas a democracia deveria permitir diversidade de participação política para o processo democrático. Isso significa, que esses grupos minoritários deveriam ter acesso na participação das decisões sobre questões coletivas. Mais ainda, por representarem minorias com questões específicas, que levariam a reparações históricas e construções culturais específicas, deveriam ter acesso a políticas públicas diferenciadas.

Há ainda a questão da representação, uma dualidade entre o interesse real e o particular. Na estrutura democrática deveria prevalecer os interesses do coletivo, porém na atualidade, num modelo de sociedade neoliberal, com o enfraquecimento do Estado, e fortalecimento do mercado, os interesses de corporações neoliberais e até mesmo de grupos de mídia prevalecem nos âmbitos políticos e econômicos, contra os interesses dos cidadãos da sociedade civil.

Bobbio (1986), ao abordar o estado atual dos regimes democráticos transcreve as ilusões relacionadas a promessa da democracia. Bobbio ao discorrer sobre o futuro da democracia opta pela abordagem de um cenário de transformação e não de crise. Um regime democrático, segundo ele é dinâmico e envolve a transparência do poder, um conjunto de práticas e regras estabelecidas que afetam a vida coletiva e que permite a participação ampla dos cidadãos. Minimamente a democracia envolve o estabelecimento de quem estará autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos isso será realizado. Os

indivíduos possuem direitos invioláveis como liberdade de expressão, de opinião e de atuação por meio do voto. Sobre a participação, a democracia deve permitir que seja mais ampla possível para que diferentes indivíduos possam ser representados. Porém a construção da relação do indivíduo com a sociedade nem sempre acontece de maneira ideal. A associação livre de indivíduos, numa reunião não orgânica pode permitir que o sistema privilegie determinados grupos e ideias. As decisões aprovadas nem sempre representam as demandas necessárias para a manutenção da tranquilidade social.

Na dinâmica democrática há o obstáculo do acesso, os indivíduos são chamados a eleger por meio de alternativas reais de escolhas. Mas, nem sempre a condição de poder, seja ele econômico ou político estão em equilíbrio entre os cidadãos. Aqueles que possuem mais acesso à informação e aos recursos econômicos e políticos estarão em melhores condições de escolhas.

Outro desafio contemporâneo relativo às ações sociais numa análise baseada na esfera democrática é o interesse dos cidadãos a participar e engajar na vida política e ocupar as esferas públicas.

Na diretriz da busca por soluções, Bobbio (1986) defende, entre outras, a ideia de educação para a cidadania como caminhos para o processo democrático neste cenário de transformação. Uma das ilusões, a educação para a cidadania, na qual haveria cada vez mais uma compreensão coerente do cidadão sobre como eleger os mais sábios e melhores governantes.

John Dewey (1927) desenvolve em sua teoria a epistemologia da educação democrática. O conhecimento e seu desenvolvimento eram vistos como um processo social que integra os conceitos de sociedade e indivíduo. Dewey insere a questão da constituição e da organização dos públicos como desafio central às democracias. Em sua visão o indivíduo deve ser parte inerente da sociedade. Dewey defende a soberania popular como princípio democrático. A própria sociedade só tem significado com o indivíduo.

John Dewey (1927), aborda a existência do ator social responsável e atuante na esfera pública. Ao examinar o cidadão ativo na esfera pública que através da prática dialógica conseguem participar da política e da promoção de mudanças, Dewey busca compreender como se forma o cidadão interessado pela política. Em seus estudos a centralidade da questão da constituição da organização e dos públicos aparece como principal desafio às democracias. A sociedade só possui significado com o indivíduo. O público é constituído por todos aqueles que são afetados pelas consequências das ações do Estado, esse público, constitui os atores da sociedade civil. O público é parte constitucional do

estado democrático e ele surge sempre que é chamado atuar devido a problemas. Na sociedade moderna um dos desafios revitalizar o público para transformar a democracia, para isso precisa torná-lo ativo por meio de sua participação e engajamento na esfera pública.

A ação política acontece por meio da comunicação. O público é quem constitui a ação política e a constituição da ação comunicativa gerando impacto sobre alguma externalidade que o afeta.

De acordo com a abordagem de Dewey (1927) o cidadão deve ter autoridade no processo de decisão. Sua definição de público abarca todos aqueles que são afetados pelas consequências das ações políticas. O público é parte constitucional do estado democrático e que este surge sempre que é chamado a existir devido a problemas externos. Na sociedade moderna é preciso recriar o público para transformar a democracia, tornando este ativo por meio de sua participação. O Estado por sua vez, cabe proteger os interesses dos indivíduos e impedir o controle da agenda política por disputas de poder. Para Dewey “não há Estado sem governo, mas além disso, não há nada sem o público”(p.76). O Estado está a impedir o aparecimento dos dispositivos que permitam a constituição do público. Um público organizado, articulado e que opera por meio da representatividade é o próprio Estado.

2.5 Ativismo e Ação Política

Young (2006) em sua construção teórica sobre a democracia propõe a análise da ação de ativismo, visto que as nas democracias as desigualdades estruturais e injustiças fazem parte da organização e limites do sistema. Mesmo no mundo ideal da política alguns atores com mais poder na esfera democrática podem se beneficiar e produzir exclusões e injustiça. O ativismo, então como atividade e ação em busca de promoção de mais justiça age em oposição em busca de transformações na esfera democrática.

Regras e práticas comuns das instituições comumente apresentam problemas que não podem ser corrigidos dentro das próprias regras do sistema. Além disso, partindo da visão de democracias em transformação, nem todos estão incluídos igualmente na esfera pública democrática, mesmo quando há regras de ampla participação. A oposição do ativista, movida por paixão, frustração ou simplesmente raiva produz ações que buscam transformações e ações concretas

para diminuir ou finalizar com as injustiças. E por meio da indignação esperam que outros cidadãos sejam motivados a agir. Em grande parte, o ativismo coloca-se contrário à deliberação por não acharem racional discutir com os agentes que organizam, estruturam e legitimam as desigualdades. Por isso, o repertório de ação com as diversas possibilidades oposicionistas é a forma de atuação do ativismo. Passeatas, greves, manifestações, protestos, guerrilhas fazem parte do arcabouço de práticas de atuação, violentas ou não, que são constituídas essencialmente da comunicação.

Um objetivo desafiante comum que se coloca em essência é comunicar as demandas e ideologias a um público cada vez mais amplo para conseguir adesão na mobilização e visibilidade com o intuito de provocar mudanças. O ativista pode atuar por meio de apelos emocionais, menos irracionais e até violentos, por estarem imersos em suas causas e muitas das vezes serem sujeitos, vítimas atingidas pela própria injustiça sobre a qual se opõem.

A organização estrutural dos movimentos possibilita a elaboração de ações que questionam os discursos hegemônicos das estruturas existentes. Porém, os movimentos sociais nem sempre conseguem se organizar facilmente por meio da comunicação entre seus pares. Segundo Habermas (1996 Apud Young) a comunicação entre os diversos atores dos sistemas democráticos é muito mais desordenada e turbulenta; o que nos leva a compreender que

Numa sociedade complexa e com muitos milhões de pessoas a comunicação democrática consiste em discussões e decisões fluidas, sobrepostas e divergentes, dispersas tanto no espaço como no tempo. (YOUNG, 2006; p140)

Faz parte dos próprios movimentos a construção de modelos de comunicação interpessoal e grupal que permitam a organização do movimento e a busca de consenso em relação às suas estratégias e pautas. O movimento social não é um corpo organizado homogêneo e por isso a dificuldade de comunicação ocorre também dentro e a partir dele.

No contexto da sociedade democrática a comunicação social ocorre de forma fluida, centralizada nas mídias de massa e nas relações estabelecidas a partir do Estado, de forma que grupos e segmentos sociais muitas das vezes não se sentem representados e incluídos nesse processo.

Na mídia digital existe mais oportunidade de ação coletiva do que na mídia de massa. Há uma expansão das oportunidades de ação coletiva.

O movimento social é ação política e por isso é comunicação. Assim como comportamentos sociais se baseiam na estrutura de informação e comunicação. Num contexto abundante de distribuição da informação e de ubiquidade de comunicação as barreiras a ação coletiva são mais fracas.

Não que houvesse um uma obrigação de comportamento ou forçar a ação. As pessoas podem ficar em casas fazendo nada, tomar as ruas ou usar as mídias para entretenimento. Novas oportunidades de ação levam a novas disputas de poder. A liberdade de ação pode ser usada para explorar ou infringir as liberdades do outro, por exemplo.

Para além da esfera democrática delineada por Habermas, Young (2006) defende uma democracia comunicativa que valida grupos plurais com diversos formatos de comunicação bem como a compreensão sobre suas narrativas e retóricas. A democracia comunicativa envolve particularidades, narrativas com elementos emotivos, o que leva a autora a defesa de que o modelo deliberativo deve ser completado pelo modelo de democracia comunicativa para dar conta de incluir os diversos e plurais sujeitos coletivos e seus grupos.

2.6 Engajamento e cultura Cívica

Dahlgren (2005) ao abordar a questão sobre o potencial de engajamento cívico por meio e a partir das mídias digitais, defende que a consciência política não é impelida pela disposição das tecnologias digitais. A atividade online de coletivos interessados nas questões públicas depende de um contexto político e educacional. Uma das principais características do modelo democrático é propiciar a participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão. A política diz respeito a possibilidade de atuação e interação no espaço público. A internet apresenta um potencial de engajamento, cívico e abre espaço para uma participação política civil na defesa de causas específicas, interesses, e estilos de vida. Dahlgren (2005) faz uma análise da internet enquanto esfera pública e de espaço de deliberação. Para tal o autor expõe a ideia de três dimensões constituintes da esfera pública para realizar um detalhamento das características que promovem problemas e potencialidades relacionadas a dinâmica da rede enquanto esfera pública.

Dahlgren (2005), descreve as dimensões estruturais, representativa e de interação abordando as principais questões de cada dimensão em relação às práticas democráticas. A dimensão Estrutural está relacionada com as

características formais das instituições que compõem a esfera pública e os espaços comunicativos relevantes para a democracia estão amplamente configurados nela. A dimensão representativa refere-se aos meios de comunicação de massa tradicionais que focam em pequenos grupos específicos para sua atuação e que buscam também a massificação na internet. Representação torna-se altamente relevante para os contextos da esfera pública. Neste sentido surgem questões possíveis de investigação sobre a comunicação política pública envolvendo temas como: justiça social, agendamento, e modos de endereçamento. A justiça social envolve o papel dos movimentos na esfera pública democrática. A última dimensão é a de interação que reside na ideia que a democracia necessita de cidadãos engajados em debater uns com outros. A interação é estruturada a partir de dois aspectos: o contexto do cidadãos e seu encontro com a mídia que resulta num processo comunicativo de dar sentido, interpretar, e usar o que foi produzido pela mídia. O segundo aspecto é o cenário da interação entre os próprios cidadãos, que pode incluir qualquer forma de comunicação interpessoal até as grandes reuniões.

Dahlgren (2005) destaca que a desestabilização das democracias ocidentais modernas. Neste cenário, os sistemas de comunicação política tradicionais apresentam-se desestabilizados. A internet, com suas redes sociais se configuram com uma estrutura integrada a lógica de mercado capitalista que por um lado pode constranger o potencial enquanto um espaço público comunicativo, por outro pode permitir o aparecimento de diversas esferas públicas deliberacionais. Destaque para alguns dos pontos de atenção que o autor destaca sobre o potencial negativo da rede como a característica de fragmentação e a difícil ligação destes espaços públicos de comunicação e as esferas de tomada de decisão. A fragmentação pode atingir os movimentos no sentido de dificuldade na construção da identidade, o reconhecimento, bem como a solidariedade entre seus atores. Analisando os movimentos sociais sobre a ótica da representação e da interação, a questão reporta sobre a cultura cívica, vista como agente motor de participação dos indivíduos na esfera pública. Diferentes grupos sociais, mesmo que com pautas comuns podem expressar cultura cívica de diferentes formas baseados em diferentes parâmetros como: valores, afinidade, conhecimento, identidades e práticas. Esse processo pautado em diferenças pode afetar a estrutura do movimento. O potencial positivo pode ser pensando a partir do momento que os movimentos sociais utilizam a rede não somente como mobilizadoras e de janelas publicitárias, mas como um caminho de deliberação entre os atores envolvidos no agrupamento.

Sobre os ativistas atuais e a questão da falta de engajamento James Sloam (2014), ao analisar os movimentos de determinados países (defende que no cenário das mídias digitais há uma cultura cívica alternativa, composta em maioria por jovens com alto grau educacional e de renda que se envolvem de diversas forma em torno de questões relevantes ao seu universo pessoal. Jovens de fácil acesso às mídias digitais e com facilidade de organização dos protestos.

Desta forma, a internet e suas redes sociais, mesmo que permitam um alto grau de dispersão dos atores em rede pode contribuir para que atores engajados interajam, deliberem e realizem ações em relação à justiça social e as transformações democráticas.

2.7. A esfera pública de comunicação

A teoria de Habermas (1999) define que é na esfera pública onde se encontra o local do debate nas quais autoridades políticas são confrontadas. As esferas públicas sempre estiveram condicionadas pelos sistemas dos meios de comunicação. O debate democrático deve ocorrer para além das esferas políticas institucionalizadas, ou seja, não somente pelo viés da opinião pública e de representantes, mas democraticamente por representados.

O preceito inicial de uma esfera pública é a palavra e em consequência a comunicação. É por meio dos fluxos comunicativos que os interesses, vontades e pretensões são postas a público e levados em consideração na formulação de enunciados. Os enunciados são os argumentos interlocutores. Argumentos aos quais se adere ou se contrasta em discussões, debates, argumentações e raciocínios públicos.

Partindo da tradição liberal de democracia presume-se que os cidadãos privados tenham liberdade e pluralidade de opiniões, igualdade de acesso à justiça e os meios de comunicação de massa servem para intermediar o acesso à informação na relação do indivíduo com o Estado.

Os movimentos, enquanto manifestações políticas e de representação simbólica sempre recorreram as diversas formas comunicativas para protesto. Desde a utilização da fala, do “grito de guerra”, da repetição de frases de efeito, da elaboração de jornais, boletins e cartilhas; de manifestações artísticas na música, na pintura de formas performáticas; na utilização de instrumentos como os gramofones e o alto-falante, em estratégias de guerrilhas nas mídias de massa tradicionais e mais recente nas formas e instrumentos da comunicação digital

como blogs, redes sociais digitais como o *Twitter*, o *Facebook*, *Instagram* e *WhatsApp*.

Ponto de obstáculo que se apresenta é a questões como o acesso universalizados as tecnologias digitais. Gomes (2008) aborda o problema do acesso explicitando o alto custo da tecnologia e o índice de analfabetismo, incluindo o digital que limitam o potencial da internet.

Na atualidade, a natureza das ações que se originam, muita das vezes a partir das redes digitais, para posteriormente ganhar o espaço público real apresentam uma nova versão de ação informativa digital: a transmissão ao vivo, a filmagem via smartphones, as fotografias, áudios e comentários online e as construções transmidiáticas.⁶

Para os movimentos sociais, os meios de comunicação assumem centralidade ao passo que as tecnologias de comunicação e informação permitem aos atores envolvidos a possibilidade de produzir e administrar a informação, bem como dominar as estratégias de comunicação que alicerçam os repertórios dos movimentos.

2.8. O modelo da esfera pública contemporânea, movimentos e a comunicação digital.

A utilização da comunicação digital por parte dos movimentos sociais tem sido alvo de estudos com visões inicialmente divididas entre positivistas ou pessimistas sobre as possibilidades geradas no âmbito das construções de estratégias de comunicação e mobilizações para a ação social (Bryan, Tsagarousianou e Tambini, 1998; Ayres, 1999). Ultrapassado o momento inicial ambíguo de euforia e descontentamento com a utilização das tecnologias de informação e comunicação (TICs), os estudos seguem em direção a uma análise para além das estruturas dicotômicas. A pesquisadora Rousiley Maia (2011) afirma que os movimentos sociais têm conseguido se beneficiar das novas estruturas e possibilidades surgidas por meio da comunicação digital, destacando a proposição de que os movimentos sociais são anteriores ao surgimento das novas tecnologias e não devem ser compreendidos somente por meio de sua utilização.

⁶ Segundo Jenkins (2001) o conceito transmidiático propõe a construção de conteúdo expansível a partir de diferentes discursos – independentes entre si - por distintas plataformas e que em conjunto constroem um novo discurso.

Os estudos contemporâneos sobre os movimentos sociais e sua relação com a comunicação demonstram que há em curso uma mudança de paradigma que se relaciona com os enquadramentos, práticas e estratégias comunicativas dos movimentos a partir da utilização de novas tecnologias de informação e comunicação pelos coletivos e de novos cenários político-sociais.

A transformação inclui em especial a utilização internet enquanto instrumento e meio de viabilização de demandas suprimidas. A comunicação realizada através das redes sociais digitais, em especial o Twitter, Facebook e Instagram tornaram-se ferramentas de articulação das ações coletivas dos movimentos estabelecendo novas dinâmicas e enquadramentos da ação social coletiva.

O processo que envolve a mobilização, a convocação e a organização dos movimentos na atualidade são realizados por meio da comunicação online via redes sociais como *Twitter* e *Facebook* (Gohn, 2015) pelas possibilidades de propagação numa nova configuração de tempo e espaço e de custos operacionais. As novas tecnologias de informação criaram possibilidades de auto-organização e mobilização dos movimentos. Castells (2014) destaca a internet como uma condição oportuna, mas não definidora das mudanças em relação ao cenário de lutas sociais.

São novas dinâmicas associativas dos movimentos, novos enquadramentos e estratégias de comunicação sem o abandono de antigas dinâmicas.

Com as novas tecnologias de informação e comunicação os movimentos sociais possuem novas formas de organizados em rede conseguem articular ações coletivas. Por exemplo, parte do processo de mobilização (chamada a ação), podem ser realizadas online a partir de *WhatsApp*, *Facebook* e *Twitter*, com a redução do tempo e a possibilidade de um amplo alcance de público a ser impactado.

Bennet (2003) afirma que as ações coletivas que utilizam os novos meios online ultrapassam as fronteiras geográficas e midiáticas. Alguns movimentos ao redor do mundo passando pela Tunísia, Egito, Iêmen, Líbia, Europa e EUA tiveram como meio fundamental a utilização da internet como ferramenta de mobilização e promoção de informações.

Castells (2012) afirma que as estruturas em redes de comunicação autônoma e horizontal permitem aos atores o envolvimento na produção das mensagens e nos mecanismos de construção de poder para exercer influência decisiva nas questões sociais. Os movimentos sociais estruturam suas ações a

partir de recursos como os humanos e de comunicação disponíveis. Os recursos de comunicação digital estão mais facilmente disponíveis e permitem agregar motivações individuais e de interesse público com maior amplitude, em menor tempo. Na contemporaneidade irrompem nas sociedades problemas relativos ao enfraquecimento da crença no regime democrático. Castells (2012) aponta que mídia de massa tradicional, governo, mercado e instituições tornaram-se suspeitas por engendrar crises econômicas, cinismo político, vazio cultural e desesperança. Há tensões provocadas por descontentamentos em todas as esferas das relações institucionalizadas. Ao mesmo tempo as ferramentas de tecnologia digital apresentam-se como possibilidade de potencializar a ação de indivíduos em cenários locais e globais. Atores que por meio da ocupação de espaço virtual de autonomia que são as redes sociais da internet buscam reivindicar suas demandas e conceber seus projetos independentemente de estruturas institucionais ou organizações formais. A web possibilita o aparecimento de agrupamentos que se organizam ativamente em debates e na organização de ações sobre certos temas de interesse público. Há na rede possibilidade mais ampla do acesso à informação do que na comunicação de massa tradicional e a condição de assegurar práticas colaborativas extremamente importantes para a diversidade cultural e práticas de políticas participativas.

Por meio deste contexto estrutural que podemos pensar o ativismo de movimentos sociais que utilizam a rede digital a seu favor. As ações realizadas pelos movimentos sociais na esfera virtual são consideradas ciberativismo, ou seja, o ativismo realizado através do ciberespaço. Os ciberativistas defendem suas causas e utilizam os meios de comunicação digital para chamar a atenção para seus coletivos. O movimento se vincula e se desdobra, em sua maioria, em um ativismo real que extrapolam suas ações em ocupação de espaço público com a utilização de repertório de ação. Castells observa:

De início, eram poucos, aos quais se juntaram centenas, depois formaram-se redes de milhares, depois ganharam o apoio de milhões, com suas vozes e sua busca interna de esperança, confusas como eram, ultrapassando as ideologias e a publicidade para se conectar com as preocupações reais de pessoas reais na experiência humana real que fora reivindicada. Começou nas redes sociais da internet, já que estas são espaços de autonomia... (CASTELLS, 2012; p7).

Num período de manifestações recentes, cada reivindicação de cada região ou país surgiu com suas peculiaridades, mas todas tinham em comum algumas características importantes de se destacar: havia a solidariedade ente os participantes, a organização espontânea da estrutura, a utilização das tecnologias digitais e móveis como canal principal de comunicação para a mobilização e ocupação das praças públicas.

Os movimentos sociais atuais possuem novos repertórios de ação: os boatos, panfletos, reuniões presenciais são complementadas com manifestações virtuais, mobilizações e pautas online, grupos de *WhatsApp* entre outros.

Castells alerta para a necessidade do desdobramento das ações dos movimentos em ações presenciais na ocupação do espaço público real “... os movimentos sociais precisam abrir um novo espaço público que não se limite à internet, mas se torne visível nos lugares da vida social” (CASTELSS, 2013 p.15). Os movimentos formados são emancipados do Estado e suas ações muitas vezes ingovernáveis pelas formas tradicionais.

O trabalho desses ciberativistas, fundado em parcerias anônimas e horizontais é capaz de mobilizar milhões em todo o mundo, em torno de um único tema ou pauta. Valores, unidade e campanhas que anteriormente eram produzidos pelos movimentos exclusivamente em necessidades nacionais e regionais, podem por meio das redes digitais se transnacionalizar e assumir valores e demandas de amplitude global. Não iremos aqui, abordar a literatura dos movimentos transnacionais, por exprimirem uma estrutura teórica específica que se afasta do objeto desta pesquisa.

A comunicação digital, possibilitou a sustentação de campanhas permanentes, facilitou grandes protestos em escala global, preservação da mídia alternativa. Há movimentos sociais que iniciam suas ações por meio da internet. Iniciam no ambiente online e transpõem as fronteiras virtuais. O repertório de ação dos movimentos sociais contemporâneos é impetrados pelas tecnologias, pelo uso das mídias sociais, por novas formas de atuação política e de práticas sociopolíticas. A internet apresenta-se aos movimentos como um meio de organização, mobilização e propagação das ideais e ações dos grupos, com a possibilidade de reunir atores distantes geograficamente, que não se conhecem, mas que compartilham da construção de identidade de um grupo que almeja justiça social.

2.9. O hibridismo das mídias

O direcionamento da teoria da ação coletiva passa pelas proposições de Bennett and Segerberg's (2013) que correlacionam as ações individuais com estruturas conjuntas. Estruturada numa visão organizacional analisam a personalização e de que maneira os estilos individuais podem moldar as estruturas de ação coletiva. Neste trabalho, optamos por seguir a visão de Chadwick (2013), sobre a ação coletiva por fornecer uma ampla visão da comunicação política, atores engajados e o hibridismo dos meios de comunicação.

Em sua teoria pós burocrática, Bimber (ano) trata a mídia como parte do contexto político e visualiza um cenário de oportunidades para ativistas e coletivos em redes de iniciar a ação do que em um momento essencialmente determinado pelas mídias de massa. Nesta perspectiva, o ambiente de mídia digital constitui um contexto da ação e as oportunidades são expandidas devido ao baixo custo de comunicação e informação.

Ao analisar o sistema midiático contemporâneo Chadwick (2013) defende a existência de sistemas híbridos de mídia caracterizados pela complexidade, fluidez e interatividade, ultrapassando a dicotomia de classificação das mídias em velhas e novas mídias. A produção de notícias, marcada pela atividade do jornalismo e alicerçado no mercado publicitário combinam na atualidade novos modelos de negócio que combina novas fontes de receita e novos formatos de produção no qual o cidadão pode participar de diversas formas.

Na visão de Chadwick (2013) a comunicação política é cada vez mais moldada pela interação das diversas mídias. O poder é exercido por quem maneja a informação influenciando nas agendas e configuração das mídias mais antigas. Os movimentos ativistas e a comunicação governamental são impactadas por este cenário de transformações. As mídias digitais podem ser utilizadas pelo ativismo para subverter ou reforçar outras ações de mobilização.

A lógica híbrida da mídia permite novos repertórios de engajamento, que transformam as visões tradicionais sobre a participação política. Os movimentos sociais utilizam mídias mais antigas e mais recentes numa mesclagem de ações, porém com finalidade única determinada pelas estratégias do movimento. A comunicação entre os atores do movimento é monitorada constantemente por seus líderes por meio das ferramentas digitais. As campanhas são elaboradas e seus conteúdos transmitidos rapidamente em diversos momentos como resposta

à influência das mídias de massa tradicionais e pautas que se tornam emergenciais.

A organização para ocupação do espaço real de protesto ocorre por meio das mídias sociais e por meio do hibridismo conseguem alterar o fluxo de informações, antes controlados por meios de massa como a mídia televisiva e os jornais.

A fronteira entre o jornalismo, como um negócio de mídia de controle de produção de informação, centralizada na esfera pública de debate é desestruturada por novos modelos de produção de informação horizontal, em rede

Considerando a existência de um sistema híbrido de mídia, no qual mídias de massa oriundas cristalizadas durante o século XX e mídias digitais mais recentes precisam interagir entre si, com atores da sociedade civil e com a política. O hibridismo apresenta complexidade, interdependência e transição. Para a compreensão do atual fluxo dinâmico das informações dos movimentos sociais na atualidade, a articulação das mídias num sistema híbrido que envolve um componente de poder e disputas na esfera pública democrática. Chadwick (2013) em sua sistematização sobre o sistema híbrido de mídia destaca para a importância das mídias de massa tradicionais e as mídias digitais se integrarem na vida política.

É preciso compreender como os movimentos sociais aparecem e são retratados pelas diversas mídias. As diferentes mídias possuem diferentes lógicas na dinâmica de produção e propagação de notícias e sua relação com a esfera pública.

Gomes e Almada (2014) ao descreverem o processo de propagação e visibilidade dos noticiários das mídias tradicionais de massa, utilizam a metáfora da onda de notícias, no qual está é apresentada inicialmente num pauta central de destaque e a onda iria se desfazendo na medida em que a pauta converge e se esgote e novos acontecimentos ganhariam destaque.

A dinâmica das mídias digitais é diferente. Primeiramente a pauta pode ser definida por quaisquer produtores de conteúdo, todo e qualquer usuário, em princípio, com o domínio das tecnologias e das ferramentas pode ser fonte e emissor do processo de comunicação.

Segundo Gomes (2016) A nova sociabilidade que emerge das redes digitais estreita a relação do mundo real com o virtual; empodera o cidadão que constrói e divulga a ação em tempo real (e cada vez mais com a mobilidade das mídias digitais e os smartphones) e permite como a ação política o domínio para construção e compartilhamento dos conteúdos de informação pelo cidadão. As

mídias digitais apresentam uma variedade de vozes e de e de atores, numa dinâmica pluralista e descentralizada na cobertura dos eventos sociais. Em várias coberturas as redes digitais a arena digital parece favorecer o aparecimento do contra público.

É possível pensar as mídias digitais como espaço de mobilização frente a acontecimentos.

A dificuldade de mensurar o uso das mídias digitais num nível individual é retratada por diversos autores. Individualmente os participantes das ações sociais são motivados a participar dos protestos, mas não se recordam facilmente de qual mídia surgiu o convite. Mais preocupados com o contexto e o chamamento. (Bimber).

A participação se correlaciona no âmbito interno da capacidade deliberativa de um estado democrático. Enquanto que os movimentos sociais, e as ações sociais conduzem a uma ruptura com o Estado, ou seja, advindo de um movimento externo às instituições legitimadas.

Estruturalmente um governo democrático precisa abrir frente e alargar a participação seja por meio de fóruns, plebiscito, conferências, consultas públicas. A sociedade civil precisa ter caminhos de participação na esfera estatal. Entretanto, mesmo com essa possibilidade de participação as demandas, principalmente as questões no âmbito da identidade não estão sendo atendidas.

2.10. A perspectiva da comunicação por meio da tradição dos Estudos Culturais

A perspectiva teórico-metodológico dos Estudos culturais, especialmente às pesquisas focadas na comunicação é inserida neste trabalho por apresentar a correlação entre a cultura e os meios de comunicação de massa. A partir desta ótica é possível correlacionar como os movimentos constroem e compartilham na atualidade seu repertório de atuação, bem como as suas diversas formas de comunicação, enfatizando a atividade humana e a produção ativa de cultura. (ESCOSTEGUY, 2008; p.155).

Neste trabalho, optamos por analisar o termo cultura, no viés do Estudo cultural a partir do espectro mídia e cultura, sem fazer um detalhamento das demais classificações que cultura pode ter adquirido em diversos estudos das teorias da comunicação (cultura de massa, cultura popular, indústria cultural); por

corroborar com a perspectiva da cultura em relação a maneira como ocorre produção, distribuição e consumo dos produtos midiáticos levando em consideração o receptor.

Os estudos culturais introduziram a visão de que a cultura oferecia forças de dominação e também recursos de resistência e desta forma destrincha caminhos para pensar a comunicação dos movimentos numa ênfase cultural e da recepção.

Nas teorias da comunicação os estudos culturais centralizam a cultura na arena de lutas políticas e simbólicas. A corrente de estudos denominada Cultural Studies, originada nos estudos de Frank Raymond Leavis nasce como um guia contra a cultura comercial fruto do capitalismo industrial (MATTELART, 1999). Afastando-se das visões funcionalistas. Leavis propõe foco nos valores socioculturais nas produções literárias. Nesta mesma direção Richard Hoggart, primeiro diretor do Center of Contemporary Cultural Studies (CCCS)⁷, critica a dissociação entre cultura e sociedade. Ao associar cultura e sociedade, o autor define a cultura como processo de construção de significados construídos socialmente em um momento histórico.

Para as pesquisas a cultura é vista como uma manifestação heterógena, diferente em cada grupo social e espaço temporal, que inclui intervenções ativas representadas pelo discurso e representação. Vida cotidiana, instituições e práticas constituem o artefato cultural e a produção de sentido. Os estudos culturais impõem legitimidade à cultura popular como atividade crítica e de produção, criticando a estrutura hierárquica entre a baixa e alta cultura.

Distante de ser visualizado como um estudo que isola a cultura, os estudos culturais britânicos devem ser compreendidos a partir do ponto de vista político e da busca de transformação política. Jameson (1994), alega que os movimentos sociais empreendem a visão política proposta pelos estudos culturais. Para os estudos, os vários agrupamentos que tentam resistir a estrutura dominante de poder, o fazem por meio da construção da cultura popular, de resistência, com construção de identidades e articulação entre seus pares. (HALL 1975). Na esfera da comunicação destaca para a relação de receptores e da recepção que não são homogêneos, além disso os estudos afirmam que em todo processo de comunicação há negociações simbólicas e que essas negociações estão ligadas as referências culturais dos grupos sociais que tem sua própria identidade cultural. Sobre a questão da identidade cultural, Hall defende que é preciso considerar o

⁷ Fundado em 1964 o *Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS)* estava associado ao *English Department* da Universidade de Birmingham.

contexto histórico cultural a que a recepção se encontra. Levando em conta o lugar, as histórias e cultura.

Hall (2003) pesquisou o papel desempenhado pela mídia no contexto cultural e como o público formado por pessoas com contextos socioculturais diferentes recebia e decodificava as mensagens. Como resultado ele observou que cada segmento de público tinha sua própria decodificação da mensagem, podendo concordar ou se opor a ela. Ao negar a participação passiva das audiências em relação à mídia, Hall procura explicar o processo de codificação e decodificação das mensagens. A hegemonia, para Hall (2003), transcreve a transparência entre a codificação e a decodificação. Isto é, ser perfeitamente hegemônico significa, para o codificador, que cada significado comunicado seja compreendido apenas do modo pretendido, ou seja, levando em conta a compreensão do receptor. Segundo ele, o receptor possui três formas de decodificação da mensagem; uma de posição dominante na qual o sentido da mensagem será decodificado de acordo com as referências que o receptor possui para sua construção. Uma segunda posição chamada de negociada, ou seja quando o sentido da mensagem entra em discussão levando em consideração as particularidades do receptor. E o terceiro status de oposição quando a interpretação do receptor ocorre segundo sua referência alternativa à proposta dominante. (ESCOSTEGUY, 1998: 92).

2.11. A cultura como política

A cultura como o conjunto de significados pertencentes as interações sociais se relacionam com a esfera política por meio das relações de poder estabelecida nas interações. O conceito de política cultural busca promover a interseção das esferas e na visão da cultura como fato político. Molda a experiência social e configura as relações sociais.

A política cultural envolve articulações discursivas híbridas com embate às culturas dominantes. O que forma a cultura política é a construção social particular de cada sociedade. Os movimentos sociais, constituídos como atores sociais políticos, tendem a buscar novas formas de representação política e cultural.

Castells (2013) afirma que é inerente ao movimento social um processo de comunicação que conecte e motive os indivíduos. As emoções positivas que mobilizam os indivíduos a participar dos movimentos e vislumbrarem um cenário de esperança dependem da cognição entre emissores e receptores e dos canais

eficientes de comunicação. Os sentimentos, sejam eles negativos ou positivos mobilizam um circuito comunicacional entre indivíduos que se relacionam em redes compartilhando sentimentos comuns.

Os movimentos sociais em rede digitais são interativos, com pouca hierarquia, mais participativos permitindo que os indivíduos sejam mais representados e esperançosos.

As pessoas conseguem se manifestar, reivindicar se conectando e se reunindo, e para isso precisa ocorrer processo de comunicação interativo. Neste processo, há o estabelecimento não só das demandas, ações e regras, mas o compartilhamento de repertórios de ação e de construção simbólicas.

A cultura da autonomia propiciada pela rede aos movimentos permite que novas definições e formatos de movimentos se constituem, mesmo sem liderança, sem centralidade e controle dos espaços físicos.

2.12. A abordagem ritual da Comunicação - Comunicação como cultura

A perspectiva cultural da comunicação que parte de Carey pensa a comunicação como uma experiência coletiva. Sem excluir a representação transmissional e linear da teoria da comunicação. Há nessa visão a ideia de que a comunicação é um processo simbólico pelo qual a realidade é produzida, mantida e transformada Carey. São várias formas dos indivíduos constituir a fala e por consequência o processo de construção simbólica. Há nesse processo lutas pela legitimação do sentido simbólico. Daí os movimentos lutando pela identidade num processo de legitimação. Os estudos culturais partem de uma abordagem marxista propondo uma visão material e simbólica. Segundo Carey os indivíduos a partir da capacidade de pensar e refletir, produzem símbolos e constroem uma ordem simbólica a ser compartilhada em forma de cultura. Carey vê a comunicação como um processo simbólico de produção da realidade. Os meios de comunicação segundo ele, fazem parte da vida dos indivíduos, os meios de comunicação mudaram além de consciência os sentimentos e sensações dos indivíduos passando por uma experiência de estar vivo. A comunicação requer interação e troca de significados produzidos coletivamente. Compreende o problema da comunicação como um problema de comunidade.

Carey apresenta duas perspectivas sobre a comunicação: uma transmissional, a abordagem mais comum nos estudos norte-americanos,

originada da mobilidade dos transportes (coisas, pessoas e informações). Nesta perspectiva, de origem do imaginário religioso, com intuito de evangelização, de revelação de uma verdade. Esse formato prioriza a comunicação é linear, de enviar e transmitir.

Em outra perspectiva Carey aborda a visão ritual da comunicação. Esta é a experiência do estar junto, de comunhão e de comunidade vislumbrando a comunicação como uma experiência coletiva. Voltada para a representação de crenças compartilhadas essa visão da comunicação evoca a noção de compartilhamento, associação e partilha, focada na manutenção da sociedade em relação temporal que serve de enquadramento da ação humana. Assim como a noção transmissiva carrega a concepção de religião só que no âmbito da construção e compartilhamento simbólico das atividades diárias como a oração. Sua visão ritual da comunicação, originada na influência de Dewey.

Carey alerta para a compreensão de que não duas perspectivas em separada da comunicação, são duas representações complementares de uma mesma comunicação.

A perspectiva ritual, enfatiza as associações, na coletividade das interações e desta forma, torna -se fundamental para pensarmos a ação coletiva dos movimentos sociais e a comunicação. Os atores sociais organizam-se em coletivos numa construção simbólica da comunicação, mais que transmissão há um compartilhamento e construção de identidade coletiva que se baseia no ritual da comunicação. Para construção de repertórios de ação, por exemplo, há que se criar elementos de reconhecimento, identificação para que as ações sejam compreendidas por todos do grupo e posta em prática. Os grupos constroem a realidade, ou seja, a representação do mundo sobre um certo ponto de vista, pelo uso de simbologias e pela própria construção social dos elementos culturais. Esse coletivo, é uma comunidade de fala construindo a realidade da sua maneira, com suas demandas e visões por meio de um processo simbólico para depois partir para a ação de reivindicação. Em sociedade, nas múltiplas realidades existentes, haverá sempre campo de lutas simbólicas, para a manutenção e legitimidade de sentidos legitimados, e os movimentos buscam legitimar seus sentidos através dessas lutas.

2.13. Comunicação em redes

O estudo das redes de comunicação, iniciado durante a década de 1950,⁸ vai buscar compreender de que maneira as relações sociais se conectam. Há no contexto de urbanização a necessidade de se compreender a sociedade cada vez mais complexa, A rede são o conjunto de pontos, pontos podem ser pessoas ou grupos que se ligam.

A malha pode ser frouxa ou apertada. Nas complexas redes da contemporaneidade, a malha é frouxa, ou seja, há um distanciamento maior em termos de pressão que as pessoas exercem sobre um núcleo, mais difícil de organizar.

O estudo das redes contribui para compreendermos a relação dos movimentos sociais com a comunicação, nessa perspectiva ritual visto que, a unidade de análise das redes é a interação social entre as pessoas. Interação social entre o próprio grupo da ação social. Carey também é responsável pela análise a partir do telegrafo como modelo do que viria mais adiante no âmbito da tecnologia da informação.

Sociedade em rede. Busca compreender de que maneira as relações sociais estão ligadas umas às outras.

Seguindo outra direção sobre as questões democráticas está Jonh Dewey (1927) defensor de uma filosofia da educação democrática. O conhecimento e seu desenvolvimento eram vistos como um processo social que integra os conceitos de sociedade e indivíduo. Dewey insere a questão da constituição e da organização dos públicos como desafio central às democracias. Em sua visão o indivíduo deve ser parte inerente da sociedade. Dewey defende a soberania popular como princípio democrático. A própria sociedade só tem significado com o indivíduo. De acordo com a abordagem de Dewey (1927) o cidadão deve ter autoridade no processo de decisão.

Sua definição de público abarca todos aqueles que são afetados pelas consequências das ações políticas. O público é parte constitucional do estado democrático e que este surge sempre que é chamado a existir devido a problemas externos. Na sociedade moderna é preciso recriar o público para restaurar a democracia, tornando este ativo por meio de sua participação dentro do estado. O Estado por sua vez, cabe proteger os interesses dos indivíduos e impedir o controle da agenda política por disputas de poder. Para Dewey “não há estado

⁸ Iniciado com o estudo das cartas correntes pelo correio. Surgimento também da ideia de 6 pontos de distância entre as pessoas e 6 graus de separação.

sem governo, mas além disso, não há nada sem o público” (Dewey,1927, p.76). O Estado está a impedir o aparecimento dos dispositivos que permitam a constituição do público. Um público organizado, articulado e que opera por meio da representatividade é o próprio Estado da soberania popular.

3. Metodologia

No presente trabalho pertencente ao campo da comunicação e política optou-se por realizar um estudo de caso particular e representativo do universo das lutas sociais. Para Yin (2005, p. 32), o estudo de caso, enquanto investigação empírica de um fenômeno contemporâneo apresenta um contexto da vida real (situacional). A proposta é investigar, por meio de estudo de caso teste (único), através da unidade as características estruturantes que devem estar presentes em um conjunto de fenômenos semelhantes.

Enquanto estudo de caso busca-se uma análise aprofundada do conjunto de variáveis relacionadas ao fenômeno. De forma empírica o trabalho irá analisar as variáveis que se correlacionam com a questão de pesquisa e as teorizações colocadas. Parte-se da estrutura de um estudo de caso, na qual, deve-se coletar informações sobre o estado presente do fenômeno ou sujeito, abordar suas experiências passadas, compreender seu ambiente e avaliar como todos os fatores se correlacionam entre si.

O estudo de caso envolve uma análise empírica com etapas de planejamentos coleta e verificação dos dados.

Metodologicamente o estudo se organizará primeiro delimitando a unidade do estudo a ser investigada para em seguida levantar questões a partir de uma abordagem bibliográfica. Após a fase de delimitação da unidade do estudo de caso e da investigação sobre o objeto a pesquisa empreende para a fase de coleta de dados, divididas entre a realização de uma entrevista formal, e uma seleção de informações, expostas por meio das postagens do grupo nas redes social *Instagram* para triangular com a fundamentação teórica e entrevista para contribuir com a observação aprofundada do fenômeno.

A entrevista é definida por Haguette (1997, p86) como um “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”.

A entrevista é uma das formas de se obter informações, por meio da coleta de dados objetivos e subjetivos. Os dados subjetivos, se relacionam a valores e atitudes dos entrevistados. Neste sentido este trabalho busca realizar uma entrevista semiestruturada que compreenda as consequências da comunicação digital dos movimentos sociais relacionando valores e atitudes construídos.

A escolha pela entrevista semiestruturada foi porque este modelo combina perguntas abertas e fechadas, nas quais o entrevistado tem a possibilidade de discorrer amplamente sobre o assunto e de haver a possibilidade de inserções de novas questões durante o processo.

Para a etapa de entrevista da pesquisa houve a elaboração de um roteiro em formato de questões previamente elaboradas e baseado no apanhado bibliográfico. As perguntas abordam os conceitos estruturantes da fundamentação teórica, bem como abrem fronteiras para que o entrevistado ao responder, possa trazer novos elementos que desencadearão novas questões.

Em um momento final o estudo apresenta as considerações baseadas na empiria do caso. Como instrumento de investigação, a proposta é estudar uma parte deste universo complexo que envolve movimentos sociais e a sua comunicação digital por meio de estudo de caso teste, para dar início a compreensão do que este exemplo sugere sobre o fenômeno e quais consequências.

Sobre a escolha do objeto em específico elabora-se que o objetivo do estudo de caso é aprofundar o conhecimento sobre as questões colocadas em relação a comunicação digital dos movimentos sociais. Por meio do detalhamento das variáveis do fenômeno o estudo pretende correlacionar as consequências da comunicação digital sobre o movimento escolhido, compreendendo de forma detalhada como ocorre o planejamento, a organização a elaboração de ações, a construção da ação comunicativa e como a comunicação permeia todas essas etapas. Em específico, o estudo irá assimilar a elaboração das ações do movimento social Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), pelo prisma da comunicação e política durante o período determinado de análise que foi o momento da campanha eleitoral para presidente, ocorrida entre 16 de agosto a 29 de outubro de 2022.

Nesta pesquisa e na empiria, optou-se por não abordar ou definir categorias específicas de movimento social, visto que a ênfase é na construção da comunicação dos movimentos e não pela análise do discurso ou estrutura de organização. Notoriamente, ao analisar um movimento como objeto de estudo e o levantamento de suas ações, sua classificação será colocada, mas não como uma variável de destaque.

Ao analisar a totalidade do fenômeno espera-se apresentar como resultado as consequências da comunicação digital que podem ser comuns a todo e qualquer movimento social, para que em desdobramentos de estudos futuros o trabalho sirva como referência de estudo.

3.1. Justificativa para a escolha do movimento Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB)

O processo de seleção do movimento social a ser objeto desta pesquisa e foco do estudo de caso, envolveu uma busca por movimentos sociais brasileiros, com origens presenciais, por meio da leitura de artigos, da literatura dos movimentos e do acesso aos sites e páginas das redes sociais do movimento. Foram descartados movimentos sociais que não apresentavam a organização e estruturação bem definidas, movimentos que não possuíam considerados repertório de ação e movimentos que não possuíam comunicação constante em suas redes sociais.

A escolha pelo movimento Articulação de Mulheres Brasileiras foi definida baseada em vários prismas. De maneira geral, como a questão versa sobre as consequências da comunicação digital dos movimentos a escolha da AMB permite que se verifique de quais maneiras a comunicação digital alterou seu escopo de atuação e quais as consequências.

Especificamente, enquanto coletivo o AMB apresenta a definição completa e complexa de um movimento social. É um fenômeno político que se apresenta em permanência, organizado por meio de redes de atores da sociedade civil, que produzem campanhas e repertórios de ação em busca de legitimação.

Em seguida, dentro do contexto brasileiro, o movimento apresenta um espectro amplo de lutas, não somente do feminismo, mas de questões correlacionadas com as minorias (por exemplo, indígenas e quilombolas), com o processo de redemocratização do país e contra as estruturas do sistema econômico nacional. Outro destaque é que em função possui uma atuação histórica a AMB de permanência de atuação enquanto movimento e estrutura em rede nacional e local sendo um coletivo típico para análise do fenômeno.

Ainda na justificativa de escolha, o movimento AMB nasce antes da era da comunicação digital, e consegue de forma gradual vincular-se ao cenário das redes sociais digitais e utilizar uma amplitude de ferramentas de comunicação.

Durante a campanha eleitoral e em paralelo, verificar na rede social do movimento as postagens, as interações e os possíveis resultados do trabalho.

Delimitando algumas características, e considerando a escolha unitária como exemplo de análise para o todo, o movimento AMB apresenta o que chamamos de variáveis de análise baseadas no fundamento dos autores fundamentados na pesquisa. As variáveis são apresentadas por meio de:

estrutura e organização dos movimentos, atores em rede, identidade e reconhecimento, repertório de ação, comunicação interna e comunicação externa, ferramentas e estratégias de comunicação.

Como decisão metodológica esta análise qualitativa realizará uma entrevista semiestruturada com uma representante da AMB. Por orientar a pesquisa para a busca de informações específicas a escolha auxilia na compreensão das vivências e experiências da AMB.

A preparação da entrevista contou com a construção prévia de um roteiro, aberto a acréscimo de informações complementares. O roteiro e as questões que o constituem foram elaborados a partir do referencial teórico da pesquisa.

Em seguida, para compreender como esse movimento social organiza e elabora sua comunicação e quais as consequências, determinou-se a realização uma entrevista com uma das responsáveis pela comunicação do movimento, para compreender os meandros da elaboração das ações, focando no repertório de ação, nas ferramentas e estratégias de comunicação e na disseminação da informação.

A terceira fase foi composta pela seleção, transcrição e análise das informações. A seleção considerou os objetivos da investigação, os seus limites e as referências teóricas para avaliar o que seria válido ou não para a análise.

Em seguida a elaborou-se uma análise da entrevista, com as informações profícuas obtidas correlacionando com as informações selecionadas a partir de postagens na rede social *Instagram*. A escolha pelo *Instagram* foi por ser a rede mais utilizada atualmente pelo movimento AMB. O WhatsApp, também muito utilizado pelo movimento, foi descartado por limitar-se na maioria das vezes a uma estratégia de comunicação interna.

Para o desenvolvimento deste estudo foi considerado o período de campanha eleitoral oficial determinado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) - princípio dos atos de campanha e de propaganda eleitoral, iniciado em 16 de agosto de 2022 até o processo final em 29 de outubro, dia anterior a votação em segundo turno.

3.2. O Movimento Articulação de Mulheres Brasileiras AMB

Para compreender inicialmente a história e o contexto da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) foi realizado um levantamento de informações com busca no site⁹ do movimento e no *Instagram*.¹⁰

A seguir a pesquisa apresenta uma breve contextualização do movimento para em seguida fornecer detalhes por meio da entrevista e análise das postagens.

Um movimento que se apresenta em movimento constante. A Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) se apresenta como um movimento feminista apartidário, antirracista, anticapitalista e antipatriarcal que luta para democratização do país.

É um movimento organizado em rede, atuante em diversos estados brasileiros por meio de coletivos de mulheres com diversas coordenações nacionais.

A atuação nacional é construída por meio de articulação política horizontal, com autonomia e respeito as especificidades locais trabalhando com diversas pautas como a igualdade de gênero, justiça ambiental, respeito aos povos originários, quilombolas, etc.

O movimento nasce em 1994 com articulação de mulheres no Rio de Janeiro, que se organizam para definir a participação na IV Conferência Mundial sobre Mulher, Desenvolvimento e Paz da ONU, realizada em Beijing (China), no ano de 1995. A partir deste momento, diversos grupos feministas espalhados pelo território brasileiro iniciaram uma articulação com o intuito de somarem forças.

A continuidade do movimento fortaleceu a luta feminista de maneira local, nacional e internacional, das mulheres envolvidas e articuladas potencializando a voz feminina num caráter contra hegemônico e em luta pela democratização do país. A luta feminista do movimento construiu-se pautada num contexto de ausência de autonomia da mulher nas diversas esferas da vida pública e privada e por isso, o movimento se vincula às lutas como a anticapitalista e a antirracista.

Com foco no desenvolvimento de ações de auto-organização feminista o movimento defende que por meio do fortalecimento de mulheres será possível elaborar novas formas plurais e inclusivas de se fazer política no Brasil, valorizando as diversas forma de expressão, solidariedade e o autocuidado.

⁹ Endereço: <https://ambfeminista.org.br/>

¹⁰ Endereço: https://www.instagram.com/amb_feminista/

A articulação, funciona a partir da força política feminina e se estrutura por meio de diversos grupamentos locais sediados nos diversos estados brasileiros. A articulação nacional define a atuação política e as estratégias de lutas são definidas em plenárias nacionais. A organização das ações é decidida por meio de redes, fóruns, encontros, plenárias e grupos de discussão. Cada agrupamento possui autonomia organizativa e política, com processos decisórios horizontais e participativos, baseados nos diálogos entre as diversas instâncias e na busca do consenso para a ação.

O espaço de militância da AMB é regulado nacionalmente pela Carta de Princípios¹¹ do movimento na qual consta a política geral a ser seguida para o fortalecimento da estrutura do coletivo. A Carta de Princípios é composta de normas, regras, valores, práticas e visões que norteiam as ações dos agrupamentos e de todo o movimento.

Respeitando as diversidades existentes nas articulações a AMB desenvolvem um repertório de ações regionais e nacionais, baseado no movimento feminista e em pautas emergenciais correlacionadas. Faz parte deste repertório protestos nas ruas, atos públicos, marchas, encontros, Ativismo, construção de cartilhas e dossiês entre outros.

A comunicação é tratada pela AMB de forma estratégica. Tanto a comunicação interna quanto a comunicação voltada para a sociedade civil sobre as causas das lutas. Internamente, por exemplo, é por meio da comunicação estruturada que é possível manter fortemente as articulações nacionais e os agrupamentos locais. A comunicação da AMB, foco desta pesquisa detalhada e analisada mais adiante a partir do processo de pesquisa.

3.3. A Realização da entrevista

Este trabalho está pautado em um estudo de caso com o objetivo de compreender as consequências da comunicação digital em um Movimento Social. Para tal a escolha do movimento com larga atuação social tanto no campo espaço-temporal quanto histórico.

Do ponto de vista organizacional o movimento escolhido possui várias redes de redes, como descrito. Do prisma da ação do movimento, a AMB apresenta as dimensões de identidade, projeto e confronto descritas na fundamentação teórica. Seus participantes se unem pela identidade da pauta

¹¹ Disponível em <https://ambfeminista.org.br/carta-de-principios/>

feminista em combate ao legado machista patriarcal da sociedade brasileira. A dimensão da identidade feminista apresenta interseção com outras pautas como a da mulher preta, mulheres indígenas e do movimento anticapitalista.

Na sociedade atual globalizada, multicultural, complexa e de elaboração de identidades plurais, as redes aproxima atores, independentes da territorialidade permitindo a construção de diálogos que englobam a diversidade de interesses e pautas como é o caso da autodescrição que o movimento AMB faz atualmente:

A Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) é um movimento feminista, antirracista, anticapitalista, antipatriarcal e não partidário. Lutamos pela democratização radical do Estado brasileiro e da vida social. Estamos organizadas em diferentes estados do Brasil em redes, fóruns, articulações e coletivos de mulheres e atuamos a partir de Coletivas de Luta e com o apoio de uma Coordenação Nacional.¹²

¹² Trecho retirado da página <https://ambfeminista.org.br/quem-somos/> do site da AMB

4. Estudo de caso articulação de mulheres brasileiras AMB

4.1. Análise e organização das informações sobre o AMB

A etapa de entrevista resultou em uma vasta elaboração de conteúdo para o estudo de caso proposto. Conceitos teóricos tanto do campo da Sociologia bem como da Comunicação e Política foram colocados à tona por meio do processo de entrevista.

A seguir o trabalho discute algumas questões, a partir da entrevista, que concernem diretamente ao aparato teórico utilizado na pesquisa, sem ter a pretensão de esgotar todas as possibilidades de investigação sobre o conteúdo. Além de usar o conteúdo da entrevista serão colocadas na análise postagens que permite uma ampliação profícua da compreensão do caso e do contexto do período.

Ao elaborar as perguntas de forma semiestruturadas da entrevista foi pensada uma separação em sessão de temáticas centrais. A comunicação, especificamente a comunicação digital dos movimentos sociais, seria abordada de maneira focal no último bloco. Porém, foi interessante observar, durante a interação com a entrevistada, que a comunicação, percebida e vivenciada como ato político não poderia ser desvinculada da história, da estrutura nem das formulações estratégicas de ação.

Sendo assim, é possível perceber que as questões levantadas pela comunicação, seja questões da comunicação interna dos movimentos, da comunicação de articulação com os agrupamentos, da comunicação com outros atores sociais e da comunicação consequência da construção de repertório da ação (digital ou não); aparecem a todo momento nas respostas da entrevistada.

Sobre a divisão temática o primeiro bloco de questões versava sobre a construção histórica da AMB, sua breve apresentação, com fatos peculiares e específicos. Ainda nesta sessão procurou-se compreender a estrutura do movimento e seu funcionamento, a articulação entre os diversos atores, o estabelecimento das lutas e pautas, a construção da estrutura de valores estabelecidas, a identificação e o reconhecimento e finalizando a relação com o governo e suas instituições.

No segundo segmento, as perguntas focavam na construção das ações, no repertório de ação e na comunicação do movimento. Sobre a comunicação, buscou-se verificar a relação com as mídias de massa tradicionais como rádio e Tv, a utilização de ferramentas de comunicação, as estruturas de comunicação interna e externa e a comunicação antes e depois da era digital do movimento.

Na terceira e última seção, a relação de perguntas foi realizada especificamente para compreender a atuação, o repertório e a comunicação digital do movimento durante a campanha presidencial de 2022.

No primeiro bloco de perguntas, a apresentação da AMB é possível constatar que o movimento possui uma estrutura sedimentada, de ações contínuas desde o processo de redemocratização do país. A estrutura criada por meio de redes de articulação parece ser resultado natural da interação entre seus atores. Como o entendimento de Castells (2013), o movimento está alicerçado em redes de indignação e esperança, numa formação dinâmica, horizontal com valores bem construídos em perspectiva de transformação social. A rede é construída num emaranhado global, nacional e local de forma genérica e ao mesmo tempo generalizada. Sendo assim a AMB consegue horizontalmente funcionar com pautas regionais e locais numa articulação nacional de lutas e confrontos. Construída como uma rede de ação política e de poder o movimento alcança uma multiplicidade de atores que engajados em suas causas se tornam as intituladas “Companheiras” dos agrupamentos regionais. O respeito a regionalidade e suas causas é uma questão de princípio norteador do movimento que a todo momento busca das visibilidades às questões regionais como o exemplo a seguir.

Figura 1: O nosso voto vale muito!



Fonte: página da AMB no Instagram (postagem do dia 8 de setembro de 2022).¹³

As postagens da AMB no Instagram, como a da figura acima que aborda a questão das terras dos povos originários durante a campanha presidencial transcreve e destaca as características regionais sem perder a pauta nacional relacionada as eleições e ao voto. A comunicação é estruturada para impacto regional e nacional numa interação de pautas emergenciais.

Conforme aborda Scherer- Warren (2014), o que se chama de redes de movimentos passa pela unicidade totalizadora do movimento juntamente com a interação natural entre o local e o global permitindo interação, solidariedade, articulação fundamental entre os diversos atores do coletivo.

Assim como os NMS a AMB possui uma organização fluida, receptível as novas demandas, buscando constantemente a ampliação da participação e do engajamento e organizadas por meio de lideranças que atuam diretamente com os agrupamentos sem hierarquia e de forma espontânea.

É possível identificar ainda nos relatos da primeira parte da entrevista, aquilo que Blumer chama de *Espirit de Corps* ligado ao sentimento de identificação e pertencimento ao grupo por meio das ideias defendidas. A tomada de consciência dos atores envolvidos ocorre por meio da elaboração das identidades baseadas em valores relacionados as lutas. A construção política do movimento está relacionada à construção simbólica dos diversos agrupamentos por meio da ênfase da cultura e da identidade do grupo (MELUCCI, 2001).

¹³ Disponível https://www.instagram.com/amb_feminista/ Acesso em: 11 de março de 2022.

As dimensões analíticas de conflito, solidariedade e ruptura são devidamente constatadas. Há um conflito constante com fins de ruptura ao conjunto político do governo Bolsonaro.

No espectro da comunicação externa e utilização das ferramentas de comunicação e das redes sociais digitais as pautas emergências parecem ganhar destaque e ocorrer a partir de estruturas de oportunidades, de fissuras e afrouxamentos, em momentos de enfraquecimento de poder que legitimam as políticas impostas. O movimento AMB aproveita destes momentos para comunicar pautas emergências, principalmente usando o Instagram para disseminar suas “falas” e dar visibilidade as causas. Como a pauta do aborto, colocada em suas redes sociais no período eleitoral. Esta esfera pública das redes digitais serve de palco para mobilização, debates, encontros ao vivo e atividades que ampliem a visibilidade das causas.

Figura 2: Aborto legal é um direito.



Fonte: página da AMB no Instagram (postagem por meio de vídeo realizada em 16/08/2022).¹⁴

As atividades do movimento englobam os diversos tipos de reivindicação delimitados por Tilly com um programa em oposição às estruturas legitimadoras. Há constantemente a reivindicação da identidade como força unificadora das mulheres (companheiras dos agrupamentos). Os valores e subjetividades do

¹⁴ Disponível em: https://www.instagram.com/amb_feminista/ Acesso em 11 de março de 2022.

movimento se misturam a sua construção de repertório de ação e das estratégias de comunicação. A reivindicação de identidades apresenta-se como força unificadora de companheiras em rede e seus agrupamentos.

Outro destaque é a construção em rede e as soluções para que o emaranhado de pessoas e informações não atrapalhe o processo. A articulação é uma rede de movimento. É a rede de agrupamentos espalhados

A partir do questionamento proposto de compreender quais as consequências da comunicação digital nos movimentos sociais, pensar quais os resultantes do que é produzido no espectro da comunicação digital de movimentos.

Na segunda seção de perguntas na qual a comunicação é foco de todo o conteúdo. Porém as análises sobre a comunicação do movimento aqui percorridas levarão em consideração os diversos momentos em que a comunicação foi proeminente na entrevista.

Em primeiro, a abordagem daquilo que o movimento chama de comunicação interna, que se refere à comunicação horizontal e interativa entre seus diversos agrupamentos. A estrutura desta comunicação, como relatado anteriormente é a partir do conceito de rede, numa estrutura não hierarquizada. Todos os agrupamentos possuem autonomia para construir suas comunicações, seguindo os critérios valorativos da Carta de Princípios do movimento.

Como a história do movimento é anterior às tecnologias digitais a comunicação do momento analógico ocorria por meio de telefone, cartas e principalmente das reuniões dos agrupamentos que eram dificultadas pela questão territorial, de deslocamento e de recursos. Com a utilização do e-mail a comunicação entre os grupos passou a ser mais constante e assertiva. Com a chegada do *WhatsApp* a articulação da comunicação foi beneficiada por proporcionar a criação de diversos grupos de atuação. Há grupos de coordenação nacional e local e grupos que tentam (por uma questão técnica não é possível) incluir todas as companheiras do movimento nacional. Deve-se destacar a criação de formas de comunicação elaborados pelo grupo no *WhatsApp*: o *AMB Forte*, o *Mural* e a *Rádio Zap*, focados na comunicação interna, mas que auxiliam no espalhamento das reivindicações por todo o território.

Como bem observou Young (2006), internamente a AMB se estrutura beneficentemente ao permitir que seus agrupamentos ativistas construam modelos de comunicação interpessoal e grupal que permitam a sua organização e a busca de consenso em relação as suas estratégias e pautas.

A relação da AMB com a mídia de massa tradicional tende a ser de complementariedade, vai sempre depender da conjuntura a qual tanto as mídias de massa quanto o governo se apresentam. Durante o governo Bolsonaro, a estratégia de relação e comunicação da AMB como esses meios foi de apoio no que tange a conquistar espaços de fala contra o governo e suas ações. A mídia de massa, principalmente as regionais (norte e nordeste), foram usadas em favor das pautas do movimento. É preciso apontar para a estratégia da AMB para lidar com os momentos com as mídias tradicionais de radiodifusão. A tentativa é sempre fazer partes de pautas que estarão ao vivo no ar, para que as falas e os formatos não sejam distorcidos e assim manter os valores simbólicos que constroem a comunicação do movimento.

A ação comunicativa de Habermas apresenta-se por meio da interação das companheiras, da construção da interação entre os diversos agrupamentos e pela racionalização da própria linguagem do movimento.

A perspectiva ritual apresenta-se na ênfase das associações entre as companheiras, na coletividade das interações estabelecidas. As mulheres dos diversos agrupamentos da AMB organizam-se em coletivos numa construção simbólica da comunicação. Cada agrupamento constrói simbolicamente sua comunicação e representação, ao mesmo tempo em que a articulação nacional constrói simbolicamente valores gerais. Essas construções horizontais são complementares e seus símbolos distribuídos por meio das redes.

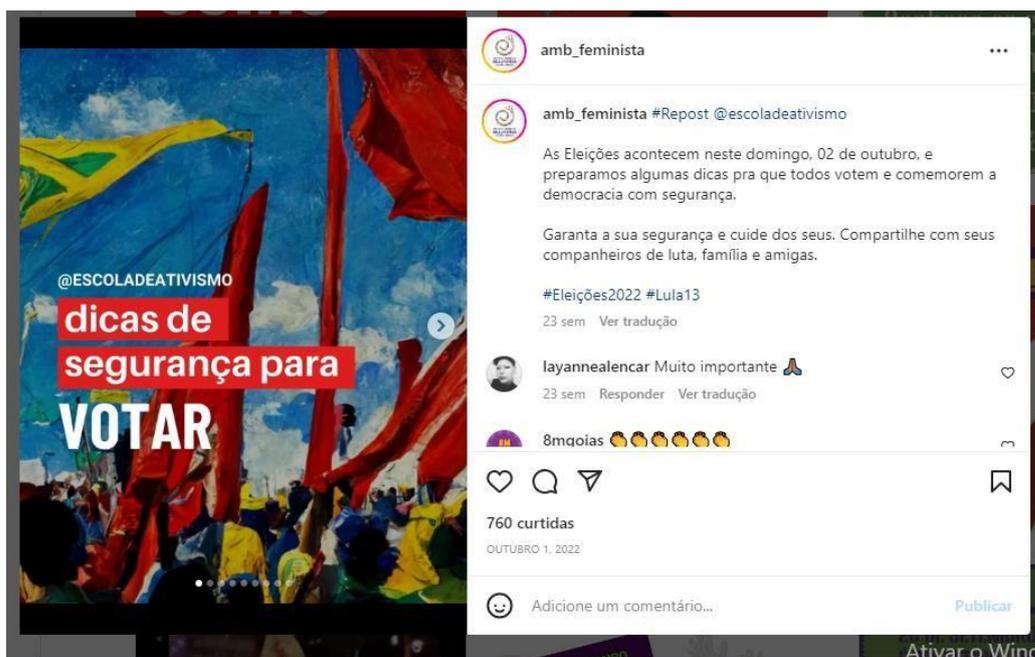
A comunicação para dar visibilidade aos movimentos é pensada a partir e por meio da construção do repertório de ação dos movimentos. Segundo Tilly, o repertório de ação envolve a interação, o domínio e visibilidade das ações através de uma comunicação interativa e cotidiana que é composta por meios de comunicação, como os digitais. Os atores sociais, representados pelas companheiras do movimento elaboram os atos políticos por meio de construções simbólicas de comunicação. O *Instagram* enquanto esfera pública virtual é utilizado para a divulgação, para o chamamento dos atos e também como espaço de colocação de pautas do debate. Em alguns momentos, essas pautas, colocadas por meio de vídeos ao vivo na rede, tornam o espaço propício de interação e debate no qual o vídeo proporciona o passo inicial para as postagens e curtidas.

A questão da democratização da informação também é uma temática de importância no movimento AMB. O movimento, realiza internamente, cursos e momentos de ensino principalmente no universo da comunicação. O livro *Comunicação de Guerrilha e Cuidados Digitais* é fruto da preocupação desta

temática que o AMB chama de democratização da comunicação. A questão educacional perpassa pelo domínio das ferramentas de comunicação com fins de segurança e visibilidade.

Mesmo com a chegada da internet, fica visível a questão do acesso as tecnologias. O relato é de que a dificuldade de acesso acontece por questões financeiras, territoriais e até mesmo educacionais no sentido de que algumas companheiras não possuem conhecimento sobre as ferramentas de comunicação para interagirem ou para a produção de material de divulgação. Reafirma-se a questão da educação democrática elaborada por Bobbio, na qual é preciso pensar a educação para a cidadania para que as transformações sociais possam acontecer. A pequena cartilha com dicas de segurança compartilhada nas redes sociais representa proficuamente esse aspecto.

Figura 3: Dicas de segurança para votar.



Fonte: página da AMB no Instagram (postagem realizada em 01 de outubro de 2022)¹⁵

Outra construção a ser salientada é a Playlist do *Spotify*, para a utilização das músicas como parte do repertório performático do movimento. As músicas foram selecionadas a partir da coordenação nacional e refletem uma playlist de

¹⁵ Disponível em https://www.instagram.com/amb_feminista/ Acesso em 11 de março de 2022.

canções com temática, conteúdos e melodias que impõem força e elaboração simbólica aos atos.

A comunicação no Instagram durante o período eleitoral se intensificou na medida em que se intensificaram as ações da AMB. Um destaque que é preciso realizar é que a comunicação na rede nunca acontece desvinculada das ações e repertórios do movimento. Se fossem solitárias não fariam sentido e não teriam impacto como relatou a entrevistada. A estratégia de comunicação digital compreende que não é possível ter uma dinâmica de postagens com calendário de produção ativo pensado a partir da rede. As postagens são elaboradas e efetuadas a partir e por consequência das ações dos movimentos. Tanto para apresentar as ações que irão ocorrer e mobilizar quanto para apresentar o que já foi realizado e é preciso registrar. A pauta do aborto foi um exemplo desta associação. A pauta foi colocada em discussão pública, num momento um pouco anterior ao período de campanha em um encontro da AMB com o então possível candidato Lula e semanas depois, já tendo iniciado o período da campanha, o candidato em questão traz à tona a sua visão sobre a temática como um assunto que deveria ser discutido pela sociedade brasileira.

O material gráfico de comunicação sobre a campanha foi elaborado pela coordenação nacional do AMB (não por centralizar a comunicação), mas por ter uma profissional especificamente para a função. Folhetos, panfletos e outras papelarias foram distribuídas para os agrupamentos para que por meio de recursos (caso sejam existentes), pudessem imprimir e compartilhar localmente. Alguns desses materiais foram postados nas redes. Mas, por exemplo, os adesivos criados para carros com frases de efeito não aparecem no Instagram.

Ao analisar as postagens é perceptível o apoio declarado do movimento AMB ao então candidato Lula.

Figura 4: As mulheres estão com #Lula 13.



Fonte: página da AMB no Instagram (postagem realizada em 26 de setembro de 2022).¹⁶

Uma percepção nas análises que pode servir de pesquisas futuras é que as postagens do período de campanha que mais possuem curtidas e comentários são as que se referem e apresentam explicitamente o nome do candidato Lula.

Destaque também na análise diversas estratégias para confrontar toda a política do governo Bolsonaro sem citar o seu nome (para evitar a ação dos algoritmos). Neste sentido o mote da campanha: *O nosso voto vale muito* ganha contexto central.

¹⁶ Disponível em: https://www.instagram.com/amb_feminista/ Acesso em 11 de março de 2022.

Figura 5: O nosso voto vale muito! Meu voto vale direito à terra.



Fonte: página da AMB no Instagram (postagem realizada em 11 de setembro de 2022).¹⁷

Figura 6: O nosso voto vale muito! Meu voto vale uma vida livre de violências.



Fonte: página da AMB no Instagram (postagem realizada em 11 de setembro de 2022).¹⁸

¹⁷ Disponível em: https://www.instagram.com/amb_feminista/ Acesso em 11 de março de 2022.

¹⁸ Disponível em: https://www.instagram.com/amb_feminista/ Acesso em 11 de março de 2022.

Aproveitando-se da hibridização das mídias a AMB consegue em diversos momentos alterar o fluxo de informações, iniciando pautas que posteriormente são trabalhadas não somente pelos meios de comunicação tradicionais em situações como, durante a campanha pela rede de televisão (especificamente na *Band*) a pauta sobre a importância do voto feminino compôs a maioria das perguntas feitas aos candidatos.

Figura 7: Mulheres são 52,7% do eleitorado brasileiro



Fonte: página da AMB no Instagram (postagem realizada em 31 de agosto de 2022).¹⁹

A cultura está presente como motivação para a ação social, na visão interacionista num processo de interação constante entre as companheiras do movimento. A partir do prisma dos estudos culturais, as identidades se apresentam fluidas, fragmentadas entre os agrupamentos, mas isso não impede que a comunicação aconteça no âmbito nacional.

A análise transcreve as questões de visibilidade, mobilização, organização do Movimento de Articulação das Mulheres, selecionando alguns autores, teorias e escolas para debater singularidades que forma apresentadas por meio do estudo de caso. A compreensão exposta não esgota as possibilidades do material. A proposta analítica inicia uma compreensão sobre as consequências da comunicação digital no movimento AMB, para que sirva como delimitado na metodologia um teste sobre todo um universo.

¹⁹ Disponível em: https://www.instagram.com/amb_feminista/ Acesso em 11 de março de 2022.

5. Conclusão

O presente trabalho é vinculado a área da comunicação e tem foco na comunicação política, em particular no estudo da comunicação digital dos movimentos sociais.

A proposta deste trabalho parte da observação sobre o alargamento das possibilidades das mídias digitais pelos movimentos sociais como canal de comunicação e construção de repertório no desenvolvimento de suas contestações.

A importância dos estudos da comunicação dos movimentos sociais é confirmada por meio da ampliação de atuação dos coletivos da sociedade civil antes excluídos dos arranjos estruturais do Estado brasileiro.

As novas esferas engendradas pelos movimentos sociais bem como as formas de apropriações da comunicação digital suscitam questões conceituais e empíricas que pertencem a convergência dos campos da comunicação e da sociologia e que apresentam respostas ainda em construção.

Desta forma, este trabalho de pesquisa procurou analisar as consequências da comunicação digital dos movimentos sociais, sua incidência no processo de propagação e organização das demandas e reivindicações.

O objetivo principal era compreender quais as consequências as mídias digitais e a utilização das redes sociais trouxeram para a construção dos repertórios de ação dos movimentos sociais no Brasil de maneira a compreender se os movimentos conseguem ampliação de vozes e atuação na esfera pública democrática a partir desta possibilidade de comunicação.

A metodologia do trabalho propôs um estudo de caso particular e representativo do universo das lutas sociais. A proposta foi por meio de estudo de caso teste (único), através de uma unidade. Foi proposto estudar as características estruturantes que devem estar presentes em um conjunto de fenômenos semelhantes. Para que os resultados possam servir de embasamento para novos estudos.

Enquanto estudo de caso foi realizada uma análise aprofundada do conjunto de variáveis relacionadas ao fenômeno. As variáveis foram retiradas do espectro conceitual dos autores referenciados dos campos relacionados.

A empiria organizada por meio de um estudo de caso teste propõe compreender a relação da comunicação digital com o movimento social brasileiro AMB buscou por meio das variáveis que se correlacionam as teorias da pesquisa.

Sobre a questão colocada na pesquisa, a análise do movimento social Articulação de Mulheres Brasileiras apresenta um panorama de possibilidade de consequências para todo o fenômeno. Foi possível constatar um aumento na construção das redes de solidariedade, mais fortemente constituídas possibilitando que o processo de compartilhamento de significados seja ampliado independente da territorialidade. Não que novas militantes procurassem constantemente o movimento por serem impactadas por meio dos algoritmos relacionados à página do Instagram. As redes, se ampliam por virtude de uma comunicação mais constante, mais estreita e mais mobilizadora. Características que parecem manter vivas a interação entre os diversos agrupamentos e a própria movimentação da articulação. Essas qualidades impactam repercutem na manutenção de valores e identidade do movimento. A questão da identificação tão cara para a permanência dos atores bem como da existência do próprio movimento é conseqüentemente reforçada.

Por meio da análise fica constatado que a ampliação da tecnologia digital e a utilização das redes sociais digitais trouxeram consequências para a política e para os movimentos sociais. Ampliou-se a capacidade de compartilhar o descontentamento sem o controle do estado. As Novas tecnologias possibilitaram novas dinâmicas na forma que os ativistas se estruturam e se organizam. As companheiras do movimento assumem papel importante como criadoras e distribuidoras de conteúdos numa rede de comunicação horizontal. A validação de grupos plurais ocorre com o auxílio dos formatos e da utilização das tecnologias de comunicação em rede. Isso significa dizer que há novos repertórios de ação e ações comunicativas sendo criados em particular (dos movimentos), como é o caso da RádioZap do AMB, e que podem servir de ações para outros coletivos e futuras análises.

O que se compreende também como consequência é que as estruturas comunicativas utilizadas nos repertórios performático, se adequam as dinâmicas, locais e globais dos movimentos, bem como as suas necessidades, pautas e reivindicações e na construção de suas narrativas e retóricas. Cada movimento

social e seus diversos agrupamentos, podem por meio da comunicação digital elaborar uma ampla possibilidade de ações comunicativas e de ampliação do repertório. As narrativas e as retóricas dos repertórios de ação respeitam a cultura local sem ferir a razão estruturante do movimento nacional.

Há que se destacar, que a ampliação ainda está em curso, por conta da dificuldade do acesso às tecnologias digitais bem como ao conhecimento sobre as ferramentas, plataformas e funcionamento da estrutura de comunicação que fazem parte da realidade brasileira. A questão da educação política, se apresenta como repertório de ação do AMB e que deve fazer parte de todos os movimentos independente da classificação. A ênfase na educação política, por meio das estratégias de comunicação, permitiu uma ampliação não só na mobilização e participação, mas no caso estudado possibilitou que os conhecimentos sobre a campanha eleitoral presidencial, os direitos e os questionamentos sobre o voto chegassem a companheiras do movimento, que em seguida poderiam disseminar essas informações.

Compreende-se por meio do estudo de caso, que os movimentos ainda precisam avançar no processo de utilização e domínio da comunicação digital. Esse domínio, limitado por conta de recursos financeiros e humanos, aparece em alguns momentos da análise por meio da realização de estratégias de comunicação pouco estruturadas e com poucos impactos na rede. Foi possível verificar que, mesmo com uma campanha de abrangência nacional, a página do Instagram do movimento, teve na época analisada, pouca interatividade. Essa é uma observação, não sistematizada, mas feitas por meio da coleta dos posts e da verificação de curtidas, compartilhamentos e comentários. Há como possibilidade futura de se averiguar se tal suposição se concretiza por meio de uma análise quantitativa.

Ainda em relação à observação da página no Instagram em correlação à entrevista, foi possível perceber que o processo de comunicação da AMB ainda é muito pautado pelo ambiente real, a utilização da página é pensada em complementariedade e não como protagonista de um processo. O que permite levantar ainda outras questões (que podem ser desdobramentos desta tese), como a validade de movimentos temporários que utilizam somente a rede para organizar, mobilizar e realizar suas ações.

Outro caminho de desdobramentos de estudo possíveis e profícuo, a partir da análise e da organização dos dados seria a observação da dinâmica e das consequências do uso do *WhatsApp* como meio de comunicação pelo movimento AMB. A Articulação, utiliza o *WhatsApp* como principal meio de comunicação entre

os agrupamentos, suas líderes e as companheiras de forma inovadora com resultados promissores para o processo de comunicação interna. Ainda sobre a utilização desta rede, seria possível analisar como seria a utilização para dar visibilidade as causas para além do universo das companheiras (atores que já pertencem ao movimento).

Com esse estudo pretendeu-se acessar caminhos de possibilidades na pesquisa sobre a comunicação digital dos movimentos sociais aproximando-se de do objeto de análise de maneira inicial para em continuidade desdobrar novas análise a partir do conteúdo do estudo de caso, bem como uma exploração etnográfica que permitirá um detalhamento vívido sobre a relação da cultura com a comunicação política do movimento.

Espera-se com essa pesquisa possa contribuir para futuras análises do campo da comunicação e política, em específico na relação com os movimentos sociais, fornecendo indicações a partir de possíveis variáveis e literaturas serem consideradas nas pesquisas.

6. Anexos:

Transcrição da entrevista

O momento da transcrição envolveu uma pré-análise do vasto material resultante da entrevista. Esta etapa, fundamental para a obtenção do objetivo da pesquisa trouxe à tona novas possibilidades de entendimentos sobre a comunicação atual dos movimentos sociais a partir de uma unidade. O presente trabalho optou por transcrever somente os conteúdos que versam sobre às questões pertinentes ao trabalho e se correlacionam com as teorias e questões colocadas na fundamentação teórica. A entrevista resultou num conteúdo rico de análise que não se esgotará por meio desta transcrição. Em momento futuro, o desdobramento desta pesquisa prevê entre outras possibilidades, a utilização deste material com fonte de informação.

Todo o material audiovisual gravado ficará à disposição da AMB e daqueles que despertarem interesses de pesquisa acadêmica sobre o assunto.

Transcrever uma pesquisa implica em escolher um recorte e impor regras e critérios. O recorte conteúdo apresenta fundamentalmente o conteúdo de natureza verbal (MANZINI, 2006).

A transcrição, enquanto segundo exemplar (material escrito), seguiu como normas ser fiel na reprodução do material, complementando o conteúdo impressões e considerações correlacionadas à fundamentação teórica da pesquisa.

Quanto as normas esta transcrição seguirá algumas regras baseadas nos estudos de Marcuschi (1989) que apresenta dezenas de sinais úteis de regras de transcrição. Como primeira norma iremos evitar sequenciação longas de orações para evitar a sobreposição dos conteúdos. Em segundo lugar indicaremos os falantes por siglas com as iniciais dos nomes, a saber Elisa Aníbal (EA) entrevistada e Ines Azevedo (IA) entrevistadora. Ainda como regra para realizar a diferenciação entre a fala da entrevistadora e da entrevistada, optou-se por colocar em negrito as perguntas executadas. Em terceiro os comentários realizados pela entrevistadora para explicar algum conteúdo específico, ou ocorrência durante a entrevista serão indicados entre “duplo parênteses” (()). Em quarto, quando se trata dos comentários e pensamentos da entrevistada a opção foi por colocar um único conjunto de parênteses (). Em quinto, quando os

conteúdos foram suprimidos por não exprimirem significados pertinentes utilizou-se reticências dentro de parêntese para dar prosseguimento a fala (...).

As falas que envolvem vícios de linguagem, redundâncias e erros gramaticais somente serão transcritas caso sejam fundamentais enquanto conteúdo de estudo e serão sinalizadas previamente. Foram realizados pequenos ajustes que adequam a fala à descrição textual em respeito a norma culta da língua portuguesa. Por fim, optou-se em realizar o trabalho de descrição manual sem auxílio de tecnologias por entender que desta forma haveria uma nova oportunidade de contato, agora distanciada da pesquisa com a entrevista.

A entrevista fora realizada no sábado dia 04 de março de 2023, via plataforma *Zoo Meet* e teve duração de 2 horas e 42 minutos. A entrevistada, escolhida pelo próprio movimento como representante para participação, foi a coordenadora nacional do movimento Elisa Anibal. A coordenadora Elisa Anibal se apresenta como jurista, jovem, pernambucana e militante feminista. Atualmente coordena a Articulação de Mulheres Brasileiras, é defensora DH e integra a equipe do Grupo Curumim Gestação e Parto. A entrevista, com perguntas semiestruturadas foi dividida em blocos de assuntos para facilitar a interação e o comprometimento no objetivo do encontro. No primeiro bloco houve uma breve contextualização do movimento, suas características e particularidade menos conhecida. No segundo bloco, as perguntas versavam sobre a estrutura do movimento, seus atores, suas lideranças, as oportunidades políticas e a forma de elaboração de campanhas.

No segundo bloco, as perguntas buscavam correlacionar construção de identidade, valores, solidariedade e processos de ruptura, os tipos de reivindicação e os repertórios de ação. No terceiro bloco as perguntas faziam alusão a comunicação do movimento. As questões foram colocadas no intuito de compreender quais as formas de comunicação, formas de comunicação internas e estruturantes, formas de comunicação externa e relacionamento com a mídia de massa, formas e ferramentas de comunicação digital e as consequências da comunicação digital no movimento. No quarto e último bloco, as questões versaram especificamente a compreender como o movimento desenvolveu campanha, mobilização, repertório e comunicação durante a campanha presidencial de 2022 no Brasil.

Transcrição textual da entrevista realizada com a coordenadora nacional da AMB- Elisa Anibal:

IA- Primeiro gostaria que você realizasse uma breve apresentação da AMB, obviamente eu já pesquisei, tem a história de vocês no site, mas gostaria de conhecer algum viés, algumas questões e curiosidades que você acha importante destacar nesta história do movimento e que você possa relatar.

EA – Nós temos uma publicação recente de quando a AMB fez 25 anos, que traz um pouco da nossa história, algumas imagens (...) mas basicamente a AMB é uma articulação que surge em meados de 93 e 94 (tem umas dissidências de quando surge efetivamente a articulação); mas a gente coloca como ponto marco 94. Surge da articulação de mulheres nos seus territórios, nos seus estados, para participar do processo democrático ainda, no processo da constituinte, mesmo que não estivesse fundada como a AMB, existia uma articulação de vários grupos fóruns regionais e estaduais, que se articularam para construir o Lobby do Batom, construir a própria constituição. E naquele momento nós já havíamos reunido 33 mil assinaturas para implementação de um projeto, no âmbito da constituinte que falava sobre o direito ao aborto. Um marco importante para dizer que a gente se articula antes de existir. Decidem que precisam incidir no processo de Beijing (China), e precisam mandar uma representação para a conferência de Beijing. A partir deste momento surge a Articulação de Mulheres Brasileiras. A AMB é um movimento que possui uma diferença da maior parte dos movimentos Feministas brasileiros, porque a nossa força está especialmente no norte e nordeste do País. Estamos no centro-oeste, estamos no Sudeste, já estivemos no Sul, hoje em dia não há mais agrupamento no sul. Acho que isso é importante para a comunicação também, porque de vez em quando vimos circular principalmente nas redes sociais uma importância do feminismo que está muito visibilizado no Sudeste. Uma outra coisa é que a AMB é um movimento social feminista popular. Então, isso significa que temos mulheres que são da academia, mas setenta por cento das mulheres que compõem a AMB são mulheres do campo popular. São trabalhadoras rurais, são pescadoras, são indígenas, são quilombolas, são trabalhadoras domésticas, então isso também é importante para contribuir o que é a comunicação da AMB.

Atualmente nos temos uma coordenação nacional que é composta por oito coordenadoras ((isso pode variar de eleição para eleição – as eleições ocorrem a

cada 3 anos.)). ((essas coordenadoras, bem como as outras participantes dos movimentos são chamadas de companheiras)). Temos uma companheira do Pará, uma da Bahia, duas de Pernambuco (contando comigo), duas do Rio de Janeiro, uma de São Paulo e uma do Espírito Santo. Esta coordenação foi eleita em novembro de 2021, em 2024 com eleição de nova coordenação. Não são cargos financiados, são cargos políticos de um processo de coordenação A AMB tem muito essa relação de que muitos agrupamentos surgem antes. (o que são agrupamentos – é a ação territorial). Nós somos uma articulação nacional, mas nós estamos embaçadas no território. Por exemplo nós temos o Fórum de Mulheres de Pernambuco que tem 38 anos, surge antes da AMB.

IA- Você está falando sobre a articulação, a ideia da articulação, de ter uma grande rede pelo Brasil, foi acontecendo de forma natural ou houve um planejamento?

EA - Não existia o planejamento da construção de um movimento nacional, existia uma articulação entre os agrupamentos regionais (hoje chamamos de agrupamentos, mas são os movimentos estaduais), conforme ia se construindo esse processo (era um processo de muita efervescência do movimento feminista no Brasil, em que estávamos reiniciando o processo de redemocratização nos anos 70 e 80). E em 94 nós dissemos que se fosse para colocar a pauta do feminismo a gente precisa construir um movimento nacional e este movimento surge com o nome de articulação. Temos uma orientação política, um viés político construído com todos os agrupamentos. Mas também, a gente também tem em nossa própria política a ideia de que o nacional não se sobrepõe ao local. Por exemplo, nós temos a ideia de horizontalidade, a decisão não virá do nacional e os estados implementam, a ideia é os estados discutem e a decisão é tomada de forma coletiva através do consenso nacionalmente.

IA- Em questão das lutas, como são decididas as pautas dos movimentos, e como vocês decidem ou não por uma estrutura de valores, dentro desta articulação.

EA (é a pergunta de milhões). Nós possuímos uma carta de princípios, que foi construída com o conjunto da militância. Nós temos uma organização que chamamos de plenárias nacionais, que ocorrem todos anos. A plenária é aberta para as militantes ((as vezes presencial e as vezes online, de acordo com recursos para a participação)). Nessa plenária tomamos decisões políticas. A Temos plenárias auto- organizativas, traz na sua pauta o princípio organizativo interno.

Discute caráter de lutas emergenciais. As militâncias vão ocorrendo (...) e tem as plenárias conjunturais que é para analisar conjunturas e decisões a serem tomadas a partir desta conjuntura. Entre esses caminhos possuímos reuniões “Plenarinhas”, e tem a plenária permanente de e-mails e *WhatsApp*. Criada em 1994, a Plenária Permanente de E-mails, quando não existia ainda o *WhatsApp*. Todas as militantes que estão no grupo de e-mails podem sugerir pautas, podem colocar assuntos, podem mandar material e sugerir discussão a ser seguida por e-mail. No *WhatsApp* temos um grupo de discussão Nacional que se chama AMB Forte. (É um grupo que está lotado e que tem lista de espera). Acaba sendo mais um grupo de troca de ideias, não é um grupo de tomada de decisões. É um grupo para que os agrupamentos possam colocar suas ações. Há outro grupo de *WhatsApp* que se chama de Referencias com as coordenadoras locais. Quando precisamos tomar decisões. Quando a gente precisa tomar decisões que são urgentes e que não dá para convocar uma reunião online, as pautas são colocadas e pedimos que as coordenadoras consultem seus agrupamentos regionais e darem retorno a coordenação nacional. E para além disso, nós temos o Mural, que são listas de transmissão, são grupos que funcionam como listas de transmissão. Toda vez que saí um material nosso, uma carta, uma nota, um card (...) nós mandamos no Mural para que as companheiras fiquem sabendo. O Mural acontece no *WhatsApp*. Estratégias de *WhatsApp* surgem de 2016 para adiante. Os Murais são só de recebimento da informação. Uma das coisas que a gente nota de dificuldade do movimento é fazer com que as companheiras acessem a informação. Tem uma dificuldade de centrar o que precisa divulgar.

IA- Já que você está me contando da questão dos Murais dos grupos do WhatsApp de uma forma geral, uma pergunta anterior, como vocês faziam essa comunicação da articulação, antes do WhatsApp ((talvez do e-mail também))?

EA- Então era por e-mail e antes disso era por ligação, ligações feitas em grupo. Então o que acontecia também era que os agrupamentos acabavam reunindo em si e acabavam elegendo uma pessoa para fazer a comunicação nacional. Porque tem uma dificuldade de acesso mesmo. A integração era mais difícil. Ou nas reuniões presenciais. Mas, tinha muito mais dificuldade de integração. Era muito mais difícil de você conhecer a companheira. Hoje em dia não, hoje em dia temos as reuniões que se chamam de “Plenarinhas” que ocorrem a cada quinze dias. E que são abertas para todas as militantes ((então você está ali com a carinha)). Nos agrupamentos onde tem mais dificuldade de acesso à internet geralmente as

companheiras se juntam. Por exemplo tem companheiras indígenas que moram em Aldeias, elas não conseguem cada uma ter o seu celular. Então geralmente elas se juntam e ficam juntinhas na mesma tela.

Durante a pandemia a gente conseguiu um projeto, com um apoiador com parcerias, porque nós não temos CNPJ, e conseguimos mandar um telefone para cada agrupamento. E esse telefone ficava com a companheira que não tinha telefone ou aquela que tinha a capacidade de articular as demais para estarem juntas. E possibilitou recursos para colocação da internet em algumas áreas de agrupamentos. Essa foram algumas formas que nós encontramos durante a pandemia e que hoje em dia seguem. É uma forma de minimamente, equalizar as possibilidades de discussão e manter o princípio organizativo de horizontalidade. Antes disso, era basicamente por e-mail, ligação e esses processos das reuniões nacionais.

IA- Durante a pandemia vocês sentiram mais necessidade de se articular entre os agrupamentos?

EA - Exatamente. Essa necessidade sempre existiu. A gente sempre teve. Essa sempre foi a grande questão da AMB: como é que a gente respeita nossa horizontalidade, como é que a gente constrói os nossos processos, mas construindo a identidade nacional do movimento. Com o advento do WhatsApp, das redes sociais, *Facebook*, *Instagram*, nós tínhamos um Blog. Com isso a gente consegue se articular mais. E na pandemia a gente sentiu ainda mais necessidade de estar articulada. De estar juntas uma das outras. Por causa do aumento da violência, por causa do aumento da fome, por causa do adoecimento mental e físico das companheiras. Então estar juntas, mesmo que virtualmente era o caminho para seguirmos vivas. Vivas individualmente e vivas como movimento. Porque um movimento que não tem militância não é movimento.

IA- Como vocês lidam com a questão do recurso financeiro de vocês? Eles existem?

EA- Sobre a questão dos recursos. A AMB tomou a decisão política de não ser uma organização, com CNPJ e com isso, acabe enfrentando a questão de recursos. Neste momento dois projetos apoiam a AMB um da união europeia que possibilitou durante a pandemia compra de celulares e computadores para que os agrupamentos pudessem ter acesso à comunicação. Isso possibilitou contratar dois serviços: uma comunicadora e uma secretaria de maneira paga. A

comunicação permanece horizontal, mas a comunicadora responsável pelo processo de comunicação interna e externa entre os diversos agrupamentos. Ela quem faz a elaboração de cards, vídeos, e mantém as redes sociais.

Mas, independente disso, o ato de comunicação é um processo de luta da AMB. A comunicadora ela faz a manutenção das redes, mas ela não toma as decisões políticas em relação da comunicação. Essas decisões são tomadas no âmbito do conjunto da AMB. Nós temos uma forma organizativa também de coletivas de luta. Temos a luta pela democratização da comunicação. Então temos companheiras que integram essa coletiva e fazem a discussão política sobre o que significa a democratização da comunicação e da comunicação popular.

IA - Uma questão, vocês têm alguma frente, neste sentido de luta pela comunicação neste sentido do educacional? De alguma forma ensinar as companheiras a ter o acesso as ferramentas de comunicação e como usar?

EA – Sim, sim. Dá para imaginar a dificuldade que as companheiras têm de acessar. Então a gente internamente possibilitou cursos presenciais e online. Ensinamos as companheiras por exemplo, a utilizarem o *Meet*. Há sempre um grupinho que fica responsável, nas reuniões a auxiliarem as companheiras a entrarem na sala. A segurança digital que nós chamamos de Cuidados Digitais, como porquê que você deve ter senha no seu celular, como tirar fotos a serem postadas, processos de segurança. Como visibiliza as lutas nas redes sociais, tem que curtir, tem que compartilhar... tudo isso há um exercício constante de ensinar as companheiras. Mas já tivemos processos específicos como por exemplo discutir comunicação popular, discutir redes sociais. Programa de rádio nós já tivemos um que se chamava Nas Ondas do Rádio, que amplificava a voz das mulheres e era para ensinar para compreender como as companheiras dariam uma entrevista também. Isso também é democratização da comunicação. Esse processo de comunicação popular feminista vem com a ideia de que todo mundo pode, basta saber um pouco. E para isso a gente democratiza o acesso à informação. Temos uma prática que chamamos de “Rádio Zap”, que é assim, está acontecendo um evento de importância, como a Marcha das Margaridas, aí tem uma companheira participando e nós gravamos um áudio dela no celular, fazendo perguntas. Tipo entrevista sobre o ato. Uma companheira edita rapidamente e soltamos no WhatsApp com um textinho. E as companheiras espalham para todo mundo no WhatsApp e para fora. São áudios curtos de 2 e 3 minutos. Esse material é disponibilizado também no site como memória do processo. Não é periódico. Acontece principalmente quando temos ações nacionais. Para levar as

companheiras que não conseguiram ir nessa ação. A Rádio Zap é um novo formato de democratizar a comunicação e a informação. Por exemplo, a gente criou um canal no *Spotify* e temos lá uma playlist. Porque muitas mulheres diziam que nós temos um ato e queremos colocar uma música e não sabemos como encontrar as músicas. Nós criamos a playlist e mandamos o link para elas. A gente criou um canal *Youtube* também, então a gente coloca vídeo e *lives*.

IA - Sobre as participantes. Como elas se agregam ao movimento? Elas não entram na articulação pertencem a agrupamentos e esses agrupamentos pertencem a articulação.

EA - As companheiras são de articulação e fóruns locais. E meio confuso porque as vezes o agrupamento tem nome de AMB e as vezes não.

IA – Como vocês conseguem trabalhar a questão da identificação e o reconhecimento. Para que as companheiras possam entender que meu agrupamento é parte desta articulação.

EA - Primeiro é a ideia de trazer discussões nacionais. Onde você pode colocar a realidade do seu agrupamento, do seu território para o conjunto nacional, se reconhecer nacionalmente. Ter reuniões, momentos nacionais onde a gente possa se ver e se enxergar. Uma outra coisa é visibilizar nas redes as ações dos territórios. Ações territoriais da AMB em um determinado território. E a ideia de discutir, sempre que possível trazer a discussão do que é AMB, o que é nossa Carta de princípios, porque ao final das contas, o que nos une é o nosso viés político, é aquilo que a gente acredita politicamente. Para nós isso é muito caro. Então nós somos um movimento feminista, antirracista, anticapitalista, que a gente nomeia popular, e que a gente nomeia como antissistêmico. O que isso significa na realidade. E isto traz pertencimento. E se sentir pertença é também você construir nacionalmente.

IA- Finalizando o primeiro bloco de abordagem. Qual a relação da AMB com a figura do Estado e as formas de governo, e qual é a importância para vocês de construir uma relação com esse poder legitimador?

EA - Primeiro é importante dizer que a AMB é um movimento autônomo. Isso é importante porque nós não temos necessariamente relação com partidos. Então dentro da AMB temos companheiras de vários partidos, lógico de esquerda. Nós não integramos o governo. Mas é lógico que temos decisões políticas que permeiam processos democráticos. Então, por exemplo, nesta eleição (este foi

um marco histórico para AMB), pela primeira vez nos apoiamos um candidato a presidência no primeiro turno. A gente não apoiava candidato no primeiro turno. Nós saíamos com o manifesto dizendo quais são as nossas lutas (...) mas neste ano diante da emergência democrática, nós tomamos a decisão política de nós precisamos apoiar o Lula no primeiro turno, porque ele é o único capaz de derrotar o fascismo. Mas, a gente segue no campo teórico político de que somos autônomas e de que fazemos elogios ao governo, mas também fazemos muitas críticas.

IA- Como todo movimento, vocês estão em busca de transformações de cunho social e política, em algum momento, mesmo vocês sendo autônomas, vocês adentram algumas instancias, ou situações do governo para tentar forçar as transformações?

EA - A gente tem uma política de aliança com outros movimentos. Geralmente a gente se articula no nosso campo e faz ações de incidências coletivas. Mas, também fazemos ações de incidências individualmente. Por exemplo, tivemos essa semana uma agenda extensa, por exemplo, visitando o Ministério da Cultura, o Ministério das Mulheres, Ministério dos Povos indígenas o Ministério da Igualdade Racial. E o que levamos lá, a gente lava o nosso movimento. Então é o caminho de Advocacy, que nós chamamos de incidência. A partir deste olhar de quem se coloca para contribuir. A gente já integrou e fez parte de grupo para construir a política. A gente se coloca à disposição de processos para pensar a política pública. ((como parte da sociedade civil)).

IA – Além da relação com o governo como é a relação da AMB, nas suas diversas ações, com o domínio e a visibilidade das mídias de massa tradicionais como a TV e o rádio? Vocês buscam de alguma forma aparecer nessas mídias tradicionais?

EA- Vai depender muito da conjuntura. Mas cada estado também toma a decisão do que vai fazer. Mas a decisão nacional reflete as estaduais. Com o processo do governo Bolsonaro, nós tomamos a decisão de que voltaríamos a dar entrevista nas mídias de massa, porque a gente precisaria contrapor. Isso não nos ausenta de luta pela democratização da comunicação. Mas nós temos estratégias, geralmente quando nós temos entrevistas a serem dadas nós pedimos para entrar no ao vivo. Porque eles não conseguem cortar nossa fala. A gente tenta, por mais que não consiga muitas vezes.

IA - Vocês procuram que a pauta de vocês chegue até a mídia de massa?

EA - Procuramos também. Em momentos específicos. A gente não tem assessoria de imprensa, mas uma das coisas que nós aprendemos dentro da AMB é fazer um release. Então quando a gente tem momento que a gente precisa visibilizar nossas lutas a gente manda releases e visibilizar nossas pautas.

IA- Vamos falar neste período especificamente da campanha presidencial no Brasil que foi a partir de 16 de agosto. Como vocês planejaram, como vocês decidiram se articular, vocês começaram junto com este período. Vocês começam as ações de vocês antes e de que maneira.

EA -A gente começa muito antes. A gente já fazia críticas ao governo há muito tempo. A nossa incidência política estava muito nesse campo. A gente inicia isso a partir da decisão política que a gente vai apoiar o governo Lula no primeiro turno. Quando a gente toma essa decisão política nós iniciamos nossos processos de campanha. Mas, se você olha a nossa comunicação, olha para as redes, para os textos para a forma que a gente comunicou a nossa campanha era muito mais como é que a gente visibiliza as mulheres nesse processo das eleições. Como é que a gente diz para os candidatos que as mulheres são importantes nessas eleições. De que política para mulheres é importante. Como é que a gente diz que o atual governo (governo Bolsonaro), foi muito ruim para a vida das mulheres. Como é que a gente comunica com as mulheres. O nosso foco foi esse. Nós produzimos material, por exemplo banner, camisa, com textos próprios como: Pela vida das mulheres vote pela democracia; Mulheres com Lula contra a fome; Mulheres com Lula contra a precariedade; Mulheres com Lula pelo fim da violência. A gente estava ali fazendo luta e não apenas para a eleição do Lula. A gente estava ali, inclusive disputando a ideia de que o que Lula queria como candidato. Como é que a gente iria disputar na sociedade a ideia de que fazer uma campanha voltada para as mulheres com pauta das mulheres, com lutas feministas é o que vai fazer os candidatos ganharem. Essa também é uma narrativa.

IA- Em algum momento neste processo de construção da narrativa, vocês chamaram a atenção dos candidatos e dos partidos. Em algum momento eles se aproximaram de vocês?

EA - Em março de 2022, eu estive com o Lula numa ação que era mulheres com o Lula. Que ainda não era eleitoral. E eu fiz uma fala que foi o quanto o processo

de democratização depende das mulheres. E de como a gente só alcança a democracia se a gente tiver a democracia verdadeira com as mulheres.

IA- Vocês perceberam se essa narrativa que vocês criaram lá em marco de 2022, de alguma forma isso impactou a campanha eleitoral dos candidatos de esquerda.

EA - Impactou completamente. Eu não posso ser ingênua e dizer que foi só a gente. Mas nós somos uma realidade estatística. Nós somos a maior parte da população, a maior parte das votantes, a gente precisava reafirmar o discurso. Eu saí do evento do Lula ((em março falando sobre isso)), e falando da importância da legalização do aborto, e uma semana depois o Lula dá uma declaração dizendo que aborto é uma questão de saúde pública. Então, isto demonstra uma relação direta. E depois tem um outro evento de Lula dizendo essa eleição depende das mulheres. Depois a gente tem o primeiro debate eleitoral que foi o da band em que setenta por cento do debate inteiro eram perguntas sobre mulheres, renda, empobrecimento, racismo... que são pautas nossas. Então isso mostra uma repercussão de como essa narrativa que ganhou as ruas que ganhou as redes também foi importante para impactar nesse processo.

IA - Durante o período de campanha quais as ações que a AMB empreendeu. Especificamente o que vocês fizeram na produção de material de comunicação?

EA- Nós fizemos as artes e mandamos para os estados. E os estados faziam suas impressões conforme era possível. A gente não tinha recurso de produção de material. E os estados articularam comitês populares e tinham disputas internas sobre o que estava sendo produzido.

IA- E nas redes sociais, especificamente o Instagram. Quais estratégias vocês utilizavam neste período?

EA – Não mudamos muito o que a gente já fazia. A gente costuma dizer que o Instagram é a visibilização, é a nossa janela das nossas ações para o mundo. A gente faz a postagem das nossas cartas teóricas política, mas também nossas ações de rua. Nós fizemos muitas ações de panfletagem, de “adesivaço”. Nossa estratégia na rede era visibilizar aquilo que a gente estava fazendo. A gente intensificou as ações da rua e isso intensifica na rede. Quando a gente está mais na rua nosso Instagram “bomba”.

IA - Outra questão sobre esse período eleitoral é como vocês lidaram e se vocês tiveram algum caso específico com a extrema direita, com o Gabinete do ódio, questão da fake News e todas as estratégias que impactam negativamente o processo de comunicação?

EA- Nós intensificamos nossos cuidados digitais durante o processo de campanha eleitoral. A gente retomou discussões importantes sobre quais as necessidades de cuidados digitais e de cuidados físicos das militantes nos atos. A gente nunca sofreu ataques verdadeiros. Já recebemos ameaças, mas não durante o processo eleitoral. Nós não somos um Instagram que costuma receber muitas ameaças ou “Haters”.

IA – Como você compreende a atenção que os movimentos sociais obtiveram da direita e dos partidos de direita durante esse processo eleitoral? Acredita que foi dada credibilidade à esses movimentos?

EA- Eu acho que dão sim. Uma coisa é o que acontece no presencial, no presencial sofremos muita coisa. Mas, ataques direcionados as nossas redes não. E eu acho que tem a ver com o tamanho da nossa rede. Não é uma rede enorme. A gente não tem muita visibilidade nas redes para alcançar a extrema direita organizar. Mas a gente toma muitos cuidados. Desde onde a gente coloca nosso servidor do site, que é servidor feminista. Um servidor que não está necessariamente nos Estados Unidos. Desde quem auxilia a gente nos processos nas nossas redes. Nós intensificamos esses cuidados.

7. Referências bibliográficas

ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais: um balaço do debate**. Lua Nova, n 76, 2009,

BLUMER, Herbert. ***Symbolic Interactionism. Perspective and Method***. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1969.

BRAGA, Adriana. GASTALDO, Édison. **O legado de Chicago e os estudos de recepção, usos e consumos midiáticos**. In Revista Famecos, n. 39, ed . Agosto, 2009

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. Paz e Terra, 9a edição.

BRANTS, Kees ; VOLTMER, Katrin Foreword: In **Praise of Holistic Empiricism in: Political Communication in Postmodern Democracy: Challenging the Primacy of politics**, 2011.

BRINGEL, B. **Movimentos sociais e democracia: os dois lados das “fronteiras”**. Caderno CRH, Salvador, vol.21, 2008

CALHOUN, Craig. **Introduction: Habermas and the Public sphere**. In: Craig (ed) Habermas and the public sphere. Massachusetts. The MIT Press, 1999.

CAREY, James . : **Communication as culture. Essays on media and society**. [1975]. Londres: Routledge, 1992

CARLOS, Euzenéia. **Movimentos sociais: revisitando a participação e a institucionalização**. Lua Nova, n. 84, pp. 315-48. 2011 CARTY, Victoria. **Social movements and new technology**. Westview press, 2015.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. SP: Paz e Terra, 2000.

_____ **Redes de Indignação e esperança. Movimentos sociais na era da internet**. 1ed- Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____ **A sociedade em rede**. 17 ed – São Paulo: Paz e Terra, 2016.

CHADWICK, Andrew. **The Hybrid Media System – politics and power**. Oxford, 2017.

COHEN, A. P. **The symbolic construction of community**. London: Tavistock Publications. (1985).

DALHGREN, **The internet, public spheres, and political communication: dispersion and deliberation**. *Political Communication*. v. 22, p. 147-162, 2005.

DEWEY, John. **Public and its problems**. Pennsylvania. 1927.

DURHAN, E., **Movimentos sociais e construção da cidadania**. *Novos Estudos*, 10: 24-30. 1984.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina (1998), “**Uma introdução aos estudos culturais**”. *Revista FAMECOS*. Porto Alegre.

GAMSON, William A. **Talking politics**. Cambridge, 1992.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Rj Vozes, 1998

_____. **Frame analysis**. New York: Harper, 1974.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

_____ **Movimentos Sociais no início do século XXI. Antigos e novos atores sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

_____. **Sociologia dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Cortez, 2014.

GOMES, Wilson & MAIA, Rousiley C. M. **Comunicação e democracia**. São Paulo, Ed Paulus, 2008.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo - vol. 1: Racionalidade da ação e racionalização social**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____ **Direito e democracia**. Rio de Janeiro: Ed Tempo Brasileiro, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. Rio de Janeiro ed DP&A , 2000

_____. ***Da diáspora: identidades de mediações culturais***. Belo Horizonte: Editora UFMG(2003).

HELD, D. **Modelos de Democracia**. Belo Horizonte: Paidéia, 2007 [1987].

JOHNNSTON, H., LARANA, E., & GUSFIELD, J. R. **Identities, grievances, and new social movements**. Philadelphia: Temple University Press. (1994).

LÈVY, Pierre; LEMOS, André. **O Futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária**. São Paulo: Paulus, 2010.

MARTINO, Luís de Sá. **Teoria das mídias digitais: linguagens, ambientes**, redes. 2ed- Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MATTELART, Armand e Michèle. **Histórias das teorias da comunicação**. 2d- São Paulo: Ed Loyola, 1999.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**. Petrópolis: vozes, 2001.

_____. **Challenging codes: collective action in the information age**. Cambridge, Mass.: Cambridge University Press, 1996.

NUNES, Jordão Horta. **O interacionismo simbólico e a dramaturgia: a sociologia de Goffman**. São Paulo: Humanitas/Goiânia: Editora da UFG, 2004.

_____. **Interacionismo simbólico e movimentos sociais: enquadrando a intervenção**. Revista Sociedade e Estado - Volume 28 Número 2 Maio/Agosto 2013

SCHERER- WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. 6ed.São Paulo: Loyola, 2014.

_____. **Para uma abordagem pós colonial e emancipatória dos movimentos sociais**. In: **Movimentos sociais e participação**. Florianópolis. Editora UFSC, 2011

_____. **Fóruns e redes da sociedade civil: percepções sobre exclusão social e cidadania**. In: **Política & sociedade – Revista de Sociologia Política**, v6, N11, outubro de 2007.

Movimentos sociais e engajamento político.

Trajetórias e tendências analíticas. Florianópolis, Ed UFSC, 2015.

SIMMEL, Georg (1917) **Questões fundamentais da sociologia.** Rio de Janeiro. Zahar, ed1, 2006.

TAYLOR, Charles. **A política do reconhecimento.** In: Argumentos filosóficos. São Paulo: Edições Loyola: 1995.

TILLY, C& TARROW, S. **Contentious Politics.** London: Paradigm Pub., 2007.

TOURAINE, Alan. **O retorno do actor.** Lisboa: Instituto Piaget, 1984.

TARROW, Sidney. **Power in Movement: social movements and contentious politics.** Cambridge: Cambridge University Press, 2011

YOUNG, Iris - **Activist challenges to deliberative democracy. Political Theory**, Vol. 29, No. 5 (Oct., 2001), pp. 670-690